



## **Amostragem em Auditoria**

Ângela Rita Costa Salgado

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade para a obtenção do Grau de  
Mestre em Auditoria

Orientada por Professor Doutor António Carvalho Pedrosa

Porto  
Julho de 2011





## **Amostragem em Auditoria**

Ângela Rita da Costa Salgado

Orientada por Professor Doutor António Carvalho Pedrosa

Porto  
Julho de 2011

## RESUMO

Este trabalho tem como objectivo mostrar a aplicabilidade da amostragem em auditoria. Baseia-se num inquérito à totalidade das 193 sociedades de auditoria existentes em Portugal, em Abril de 2011, utilizando um questionário previamente elaborado em que se obteve resposta de 26 delas. Os resultados obtidos evidenciam que estas sociedades utilizam a amostragem e que a maioria recorre a técnicas computacionais, fazendo previamente uma análise de custo/benefício e identificando o objectivo da auditoria. O tipo de amostragem mais utilizado é a determinística em que os testes de auditoria são condicionados pela materialidade dos documentos em análise. Desenvolvemos, ainda, uma aplicação da amostragem aleatória usando o *Microsoft Excel*, *software* utilizado pela maioria das sociedades.

**Palavras-chave:** Auditoria financeira; amostragem em auditoria; testes substantivos; testes de controlo.

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to show the applicability of the sampling techniques to auditing. It is based on a inquiry sent to the 193 Portuguese audit companies and where 26 of them have answered. The results showed that the surveyed companies use the sampling and the majority use computational techniques and a cost-benefit analysis in their work. The deterministic sampling based on the materiality of the documents under review is the most used technique. We also develop a random sampling application using Microsoft Excel which is the software used by the majority of the companies.

**Key-Words:** Financial audit; audit sampling; substantive test; control test.

## AGRADECIMENTOS

No terminar desta longa caminhada, agradeço com muito carinho aos meus pais pela vida, pela alegria e pelo conforto. Sem eles nada teria sido possível.

Aos meus irmãos, Xavier e André, à minha sobrinha Marina e à minha cunhada Sandra pela disponibilidade, compreensão e cooperação.

Ao meu orientador, Doutor António Pedrosa pela sua atenção, motivação e paciência.

Ao Dr. Artur Leite, à Teresa Silva e à Glória Carvalho pela ajuda, compreensão e disponibilidade prestada ao longo deste ciclo.

Ao Dr. Rafael Sousa pelos conhecimentos e pela disponibilidade dispensada nos momentos de maior aflição.

A todos meus amigos, mas particularmente à Fátima pela amizade e conforto nas horas de maior desespero.

À Ana Luísa pela dedicação e pelo apoio total na fase final.

Às sociedades de auditoria de Portugal, pela disponibilidade em partilhar informações que tornaram possível a elaboração deste trabalho.

Por último, não por ser menos importante mas sim especial, agradeço ao Hélder, pelo sorriso amigo e carinhoso, pelo companheirismo, incentivo, compreensão e paciência, valores fundamentais que me ajudaram neste caminho, constituindo um pilar na minha vida.

## LISTA DE ABREVIATURAS

- CMVM** – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
- CNC** – Comissão de Normalização Contabilística
- DF's** – Demonstrações Financeiras
- DRA** – Directriz de Revisão/Auditoria
- ISA** – Norma Internacional de Contabilidade (“*International Accounting Standard*”)
- IFAC** – *International Federation of Accountants*
- ISCAP** – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
- IVA** – Imposto sobre o Valor Acrescentado
- IT** – Interpretações Técnicas
- NCRF** – Norma Contabilística e de Relato Financeiro
- NTRA** – Norma Técnica de Revisão Auditoria
- PED** – Processamento Electrónico de Dados
- PPS** – *Probability Proportional to Size*
- RT** – Recomendações Técnicas
- TAAC** – Técnicas de Auditoria Assistidas em Computador

# ÍNDICE

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

## **Capítulo 1 Revisão de Literatura e Metodologia**

1.1 INTRODUÇÃO.....	3
1.2 REVISÃO DE LITERATURA .....	3
1.3 METODOLOGIA.....	5

## **Capítulo 2 Planeamento e Aplicação da Amostragem em Auditoria**

2.1 INTRODUÇÃO.....	7
2.2 METODOLOGIA.....	7
2.3 PROGRAMAS DE TRABALHO EM AUDITORIA .....	8
2.3.1 CLASSE 1 – MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS.....	9
2.3.2 CLASSE 2 – CONTAS A RECEBER E A PAGAR .....	13
2.3.3 CLASSE 3 – INVENTÁRIOS E ACTIVOS BIOLÓGICOS .....	21
2.3.4 CLASSE 4 – INVESTIMENTOS .....	22
2.3.5 CLASSE 5 – CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS.....	25
2.3.6 CLASSE 6 – GASTOS.....	26
2.3.7 CLASSE 7 – RENDIMENTOS.....	27
2.3.8 CLASSE 8 – RESULTADOS.....	28
2.4 AMOSTRAGEM PARA AUDITORIA.....	29
2.5 APLICAÇÃO DA TÉCNICA DA AMOSTRAGEM AOS TESTES SUBSTANTIVOS .....	31
2.5.1 DETERMINAÇÃO DO TAMANHO DA AMOSTRA.....	31
2.5.2 SELECÇÃO DA AMOSTRA .....	31
2.5.3 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA AMOSTRA .....	31
2.6 TÉCNICAS DE AUDITORIA ASSISTIDAS POR COMPUTADOR.....	32
2.7 CONCLUSÃO.....	34

## **Capítulo 3 Amostragem nas Sociedades de Auditoria de Portugal**

3.1 INTRODUÇÃO.....	35
3.2 METODOLOGIA.....	35



3.3 MÉTODO E TÉCNICA DE PESQUISA.....	35
3.3.1 POPULAÇÃO .....	35
3.3.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA .....	36
3.3.3 TRATAMENTO E REDACÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA .....	36
3.3.3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA SOCIEDADE.....	37
3.3.3.2 AMOSTRAGEM EM AUDITORIA .....	40
3.4 CONCLUSÃO.....	50
 <b>Capítulo 4 Ferramenta Computacional de Apoio à Auditoria</b>	
4.1 INTRODUÇÃO.....	52
4.2 METODOLOGIA.....	52
4.3 PROBLEMAS TIPO PARA APLICAÇÃO COMPUTACIONAL.....	53
4.4 APLICAÇÃO COMPUTACIONAL .....	54
4.4.1 AMOSTRAGEM ALEATÓRIA SIMPLES COM REPOSIÇÃO .....	56
4.4.2 AMOSTRAGEM ALEATÓRIA SIMPLES SEM REPOSIÇÃO .....	58
4.5 CONCLUSÃO.....	63
 <b>Capítulo 5 Conclusão .....</b>	<b>64</b>
 <b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>66</b>
 <b>Glossário.....</b>	<b>69</b>
 <b>ANEXO I - Lista de SROC's .....</b>	<b>74</b>
 <b>ANEXO II - Carta de Apresentação .....</b>	<b>94</b>
 <b>ANEXO III - Inquérito da Dissertação de Mestrado de Auditoria.....</b>	<b>96</b>
 <b>ANEXO IV - Exemplo de Aplicação .....</b>	<b>107</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Base de dados da aplicação .....	55
Figura 2 – Amostra aleatória simples com reposição .....	56
Figura 3 – Extracção da amostra aleatória simples com reposição .....	57
Figura 4 – Função ALEATÓRIOENTRE() .....	57
Figura 5 – Extracção da amostra aleatória simples com reposição .....	58
Figura 6 – Amostra aleatória simples sem reposição.....	59
Figura 7 – Extracção da amostra aleatória simples sem reposição.....	60
Figura 8 – Colar especial.....	61
Figura 9 – Processo de ordenação dos números aleatórios .....	61
Figura 10 – Ordenação ascendente dos números aleatórios gerados.....	62
Figura 11 – Função ALEATÓRIO().....	62

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Áreas de actuação .....	37
Tabela 2 – Número de empregados .....	38
Tabela 3 – Aplicação da amostragem em auditoria .....	38
Tabela 4 – Técnicos dedicados à amostragem .....	39
Tabela 5 – <i>Software</i> usado.....	39
Tabela 6 – Formação em amostragem .....	39
Tabela 7 – Programas de trabalho.....	40
Tabela 8 – Planeamento da amostragem.....	41
Tabela 9 – Fases da amostragem .....	41
Tabela 10 – Aplicação da amostragem aos testes substantivos .....	42
Tabela 11 – Tipo de amostragem.....	42
Tabela 12 – Critérios para cálculo do tamanho da amostra .....	42
Tabela 13 – Critérios para seleccionar a amostra .....	43
Tabela 14 – Aplicação da amostragem aos testes de controlo .....	44
Tabela 15 – Testes de auditoria por classe (Número de empresas) .....	45
Tabela 16 – Testes de auditoria por classe (Percentagem de empresas).....	45
Tabela 17 – Amostragem por classe .....	46
Tabela 18 – Critérios de selecção do <i>software</i> .....	47
Tabela 19 – Etapas de utilização das TAAC'S .....	48
Tabela 20 – Funções do <i>software</i> .....	49
Tabela 21 – Avaliação do <i>software</i> .....	49

## **Introdução**

As demonstrações financeiras são elaboradas e divulgadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as legislações vigentes à data de preparação. As auditorias financeiras, obrigatórias em alguns casos, certificam que as demonstrações financeiras mostram a verdadeira situação económica, financeira e patrimonial da empresa. As demonstrações financeiras auditadas dão uma maior credibilidade às empresas, transmitindo uma maior segurança aos utilizadores na tomada de decisões e evitando preocupações com possíveis manipulações de dados.

A actividade profissional exercida pelo auditor implica grande responsabilidade, pelo que necessita de total independência e neutralidade em relação ao objecto auditado, possibilitando que o trabalho de auditoria seja produto de análises imparciais e, consequentemente, confiável, pois, só assim, poderá ser realizado com uma elevada qualidade técnica.

Na execução dos seus trabalhos, o auditor necessita de responder a diversas necessidades, nomeadamente a necessidades dos utilizadores das informações financeiras. Para dar maior credibilidade à opinião emitida sobre as demonstrações financeiras, o auditor utiliza procedimentos de auditoria, ou seja, utiliza um conjunto de procedimentos técnicos para a obtenção de evidências ou provas que sejam suficientes e adequadas para fundamentar o seu parecer.

Em auditoria é necessário verificar e testar as transacções ocorridas na empresa, analisar e testar documentos, livros, sistemas de controlo interno e demonstrações financeiras. Estes procedimentos abrangem testes de controlo e testes substantivos. Os testes de controlo são utilizados com o intuito de verificar se o sistema de controlo interno estabelecido pela empresa é observado e cumprido. Os testes substantivos destinam-se a obter evidências suficientes sobre a exactidão das transacções e saldos das demonstrações financeiras.

Dada a diversidade de documentos necessários à apreciação do auditor, é inviável o exame de todos os registos, devido aos factores tempo e custo e à qualidade do trabalho prestado pelo auditor. Assim, a amostragem surge como uma técnica possível (podemos dizer que quase indispensável) de utilização pelo auditor, particularmente quando se depara

com uma população de difícil análise, devido à sua dimensão, e pretende concluir sobre todo o universo de transacções a serem examinadas e testadas.

As técnicas de amostragem podem ser utilizadas em todos os tipos de auditoria, tornando-se ferramentas de muito interesse, razão pela qual se optou por este tema.

No presente trabalho pretende identificar-se a aplicabilidade da amostragem e o recurso a meios computacionais em auditoria financeira. Deste modo procurou-se identificar os procedimentos de trabalho das sociedades de auditoria em Portugal, dando maior importância às questões sobre o tipo de amostragem que as sociedades aplicam nos trabalhos que realizam e o *software* mais solicitado. Também se pretendeu mostrar uma possível aplicação computacional no *Microsoft Excel*, visto ser uma ferramenta de fácil acesso, com custos reduzidos e que permite gerar amostras aleatórias.

Esta dissertação desenvolve-se ao longo cinco capítulos, além desta introdução, das referências bibliográficas, glossário e anexos.

No Capítulo 1 apresenta-se a revisão de literatura e metodologia do trabalho.

No Capítulo 2 trata-se do planeamento e aplicação da amostragem em auditoria. Inicia-se com a identificação de possíveis programas de trabalhos por classe de contas, e em seguida mostra-se a aplicabilidade da amostragem nos trabalhos de auditoria, especificamente nos testes substantivos. Por fim, discute-se as técnicas de auditoria assistidas por computador.

No Capítulo 3 apresenta-se a análise e interpretação dos resultados obtidos na sondagem realizada. Em particular, descreve-se as características das sociedades de auditoria em Portugal, os procedimentos e a aplicação da técnica de amostragem em auditoria.

No Capítulo 4 mostra-se uma aplicação de amostragem aleatória no *Microsoft Excel*, a um problema de auditoria da Classe 6.

Finalmente, no Capítulo 5 apresenta-se as conclusões, identificando os aspectos centrais do trabalho e a relação dos objectivos previamente definidos com os resultados obtidos.

# Capítulo 1 Revisão de Literatura e Metodologia

## 1.1 Introdução

A presente dissertação tem como objectivo mostrar a aplicação da amostragem pelas sociedades de auditoria de Portugal e analisar a correspondente utilização de ferramentas computacionais.

Tendo em conta o objectivo do trabalho, foi realizada uma investigação da literatura existente, procurando publicações relevantes na *Web*. Desenvolvemos um trabalho preparatório de identificação de pontos comuns do nosso trabalho com possíveis publicações.

## 1.2 Revisão de Literatura

Foram realizadas pesquisas em livros, jornais e revistas, e ainda na *Internet*. Recorremos a sítios da *Internet* de diversas entidades e, também, à plataforma *RCAAP* – *Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal* que tem por objectivo a recolha, agregação e indexação de conteúdos científicos em acesso livre existentes nos repositórios institucionais das entidades nacionais de ensino superior e outras organizações de investigação e desenvolvimento, e à plataforma *b-on* – *Biblioteca do Conhecimento Online* para pesquisar revistas científicas internacionais.

Em Portugal, a literatura em auditoria aborda de modo limitado o tema da amostragem em auditoria. Deve destacar-se, no entanto, *Técnicas de Amostragem em Auditoria* de Leonardo Cerejeira, publicada em 1997, que aborda as técnicas de amostragem aplicáveis em auditoria, e *Controlo, Risco e Amostragem em Auditoria* de Daniela Monteiro e Sérgio Pontes publicada em 2002, que mostra a relação causal entre o controlo, o risco e a amostragem e trata da amostragem aleatória e determinística e da definição de fases de trabalho com recurso à amostragem. Em *Auditoria Financeira* de Carlos Baptista da Costa, publicada em 2010, são evidenciadas as diferentes etapas e áreas de trabalho da auditoria financeira, em Portugal. Outra obra com interesse é *Introdução Computacional à Probabilidade e Estatística* de António Pedrosa e Sílvio Gama, publicada em 2007, que trata de métodos probabilísticos e estatísticos e tem um capítulo sobre

amostragem. Procurou-se identificar trabalhos académicos realizados. Previamente foram identificadas diversas palavras-chave: *amostragem*, *auditoria*, *métodos e técnicas de auditoria*. De acordo com a pesquisa nas plataformas anteriormente mencionadas não encontramos trabalhos em português realizados na área. No entanto, encontramos duas dissertações de fim de curso/licenciatura na biblioteca do ISCAP, *Técnicas e Tratamento de Amostragem em Auditoria* (Tiago André de Castro Lopes e Vale, 2001) e *Amostragem em Auditoria* (Manuel Jorge Maia Moreira, 1999) que abordam o tema.

Quanto a pesquisas realizadas na *Internet*, tivemos maior preocupação com publicações das seguintes entidades:

- OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas: A revista *Revisores & Empresas* é uma publicação da OROC (trimestral) na qual encontramos um único artigo, *Amostragem em revisão/auditoria – uma aplicação prática do método PPS*, de Sérgio Paulo Pereira Carmelo, na revista de Janeiro a Março de 2006, publicada a 01 de Maio de 2006, que não está relacionado com este trabalho.
- OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas: A revista *Contabilidade & Gestão – Revista Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* é publicada pela OTOC, não tendo encontrada trabalhos de amostragem.
- Tribunal de Contas de Portugal: O *Manual de Auditoria e de Procedimentos* volume I e anexo I, editado em 1999, descreve os princípios gerais de auditoria, dando especial atenção aos seus métodos e técnicas, nomeadamente as técnicas de amostragem, ao controlo interno, às relações entre auditoria e informática, ao problema da detecção de erros e irregularidades e aos documentos de trabalho.
- CNSA – Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria: No site de *Internet* desta entidade podemos consultar os dados das sociedades de revisores oficiais de contas em Portugal existentes à data de realização desta pesquisa, conforme mostra o anexo I.
- INFOCONTAB – Informações de Contabilidade: No sítio da *Internet* podemos aceder no menu ao INFOAUDIT que visa agregar informações sobre auditoria, nomeadamente normativos de auditoria, noções básicas de auditoria e diversas entidades que a regulamentam.

- Portal das Finanças: Ao nível de legislação, o Portal das Finanças permitiu obter diversos normativos nacionais, publicados no Diário da República, que são referidos neste trabalho, nomeadamente: *Portaria n.º 1011/2009, de 9 Setembro*, *Portaria n.º 1298/2010 – 21 de Dezembro – Série I, n.º 245*, *Portaria n.º 8/2008 – 3 de Janeiro – Série I, n.º 2*, *Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro* e o *Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 Setembro*.

Em obras internacionais, a amostragem tem um tratamento mais amplo, com livros específicos da sua aplicação no campo de auditoria, devendo referir-se publicações do *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*. Destaca-se *Handbook of Sampling for Auditing and Accounting* de Herbert Arkin, publicada em 1974. Esta obra relaciona a amostragem com a auditoria e a contabilidade e mostra como a amostragem pode ser utilizada de forma eficaz em situações práticas. Uma outra obra mais recente é *Audit Sampling an Introduction* de Dan M. Guy, D.R. Carmichael e Ray Whittington, publicada em 2001, que tem por finalidade servir de apoio ao auditor na utilização de aplicações de amostragem em auditoria. A ISA 530 – *Audit Sampling* é um normativo internacional, emitido pelo IFAC, que tem por objectivo regular os auditores quando pretendem utilizar a amostragem na execução de procedimentos de auditoria. Trata do uso da amostragem aleatória e determinística na selecção da amostra, na realização de testes de controlo e/ou testes substantivos, e na avaliação da amostra. Na pesquisa realizada na plataforma *b-on – Biblioteca do Conhecimento Online*, utilizamos como palavras-chave *sample*, *sampling*, *audit*, *random* e *audit work*, e identificamos principalmente a dissertação *Técnicas de Amostragem Aplicadas pelas Empresas de Auditoria Independente de Santa Catarina*, da autoria de Paulo Roberto da Cunha, de 2005 no Brasil, que tem objectivos semelhantes aos nossos, isto é, análise da aplicação das técnicas de amostragem utilizadas por um grupo de empresas de Santa Catarina, sendo no nosso caso em Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC's) de Portugal.

### 1.3 Metodologia

A presente pesquisa procura analisar a importância atribuída pelas SROC's ao uso da amostragem nos trabalhos do auditor, ao tipo de amostragem e à aplicação de técnicas computacionais.



Inicialmente, descrevemos um programa de trabalho por classe focando-nos nas áreas mais importantes, referindo para cada procedimento o controlo que se deverá ter em atenção e alguns erros que poderão ocorrer tal como os testes aconselháveis para verificar a ocorrência desses erros. Em seguida, demos enfoque à amostragem em auditoria, definindo os tipos de amostragem e a sua aplicação aos testes substantivos, mais concretamente, a determinação do tamanho da amostra, a selecção e a avaliação dos resultados. Abordou-se a ISA 410 – *Auditing in a computer information systems environment*, mencionando a importância da norma nas técnicas de auditoria assistidas por computador, nos trabalhos do auditor e na sua regulamentação.

Na pesquisa em campo realizamos um levantamento da utilização da amostragem pelas SROC's em Portugal, contribuindo, assim, para identificar as características das sociedades, os recursos utilizados e as técnicas de trabalho aplicadas, nomeadamente na elaboração de programas de trabalho. Para este efeito, procedemos à elaboração de um inquérito, no qual sentimos necessidade de previamente analisar os trabalhos desenvolvidos pelo auditor, produzindo um programa de trabalho possível. Achamos crucial identificar as características das sociedades e os procedimentos que utilizam, principalmente na aplicação da amostragem nos trabalhos de auditoria e do recurso a *software*. As respostas ao inquérito foram registadas numa folha de *Excel* tendo sido posteriormente analisadas e interpretadas.

Por fim identificamos um problema tipo, por cada uma destas classes de contas, e posteriormente, com um extracto fictício de conta da Classe 6 – *Gastos*, fizemos uma demonstração de possível aplicação no *Microsoft Excel*, com extracção de amostras aleatórias.

## **Capítulo 2 Planeamento e Aplicação da Amostragem em Auditoria**

### **2.1 Introdução**

A auditoria financeira é definida, por diferentes autores, como um exame ou verificação às demonstrações financeiras de uma empresa preparadas de acordo com as normas contabilísticas com o intuito de expressar uma opinião sobre a posição financeira da empresa. A auditoria às contas é efectuada por um auditor externo à empresa auditada, que deverá ser independente, e que analisa as demonstrações financeiras e exprime uma opinião sobre as mesmas, mais concretamente se elas reflectem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa auditada.

O trabalho desenvolvido pelo auditor é regido pela NTRA – Norma Técnica de Revisão/Auditoria e pelas DRA – Directrizes de Revisão/Auditoria. Esta legislação define uma série de procedimentos a realizar na acção do trabalho, devendo o auditor inicialmente adquirir o conhecimento necessário sobre a empresa e o seu negócio, avaliar o sistema de controlo interno e tomar consciência do risco de auditoria que poderá incorrer. Após terem sido identificadas estas acções preparatórias, o auditor terá de dotar-se de ferramentas capazes de o ajudar, de modo a elaborar um plano de trabalho na empresa e estabelecer a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos a adoptar. Dada a complexidade e o volume das operações que pode encontrar, o auditor terá de incidir os seus procedimentos sobre amostras criteriosamente seleccionadas, apoiando-se em programas computacionais.

### **2.2 Metodologia**

O auditor tem de planear o seu trabalho e estabelecer metas para que a auditoria seja de qualidade e ao menor custo possível, tendo necessidade de elaborar um programa de trabalho, que consiste num documento escrito destinado a apoiar o auditor, servindo de guia na execução dos testes de controlo e dos testes substantivos. Segundo Franco e Marra (2000) a elaboração de programas de trabalho específicos permite uma maior facilidade na execução dos trabalhos. De acordo com estes autores e Costa (2010) desenvolvemos um programa de trabalho por classe, focando-nos nas áreas mais importantes, referindo para

cada procedimento o controlo que se deverá ter em atenção e os erros que poderão ocorrer tal como os testes aconselháveis para verificar a ocorrência eventual desses erros. Convém referir que não procuramos realizar uma identificação exaustiva de erros e testes potenciais, mas apenas enumerar alguns deles, a título exemplificativo.

Em seguida, tratamos da amostragem em auditoria, definindo os tipos de amostragem e a sua aplicação aos testes substantivos, mais concretamente, a determinação do tamanho da amostra, a selecção e a avaliação dos resultados.

Por último, abordou-se a ISA 410 – *Auditing in a computer information systems environment*, mencionando a importância da norma nas técnicas de auditoria assistidas por computador, nos trabalhos do auditor e na sua regulamentação.

### **2.3 Programas de Trabalho em Auditoria**

A Auditoria tem como finalidade verificar os controlos financeiros internos da empresa e confirmar os saldos das contas. O plano de contas está dividido em classes, pelo que iremos proceder à elaboração de um possível programa para cada uma das seguintes classes:

Classe 1 – Meios Financeiros Líquidos.

Classe 2 – Contas a Receber e a Pagar

Classe 3 – Inventários e Activos Biológicos.

Classe 4 – Investimentos.

Classe 5 – Capital, Reservas e Resultados Transitados.

Classe 6 – Gastos.

Classe 7 – Rendimentos.

Classe 8 – Resultados.

A definição dos programas de trabalho foi apoiada em Franco e Marra (2000), Costa (2010), Almeida (2003), Ferreira (2009) e no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (2009). Em cada plano de trabalho possível fornecemos informação sobre o procedimento descrevendo o paradigma, o erro potencial e o teste potencial.

### 2.3.1 Classe 1 – Meios Financeiros Líquidos

A Portaria n.º 1011/2009, de 9 Setembro estabelece que a Classe 1:

Destina-se a registar os meios financeiros líquidos, que incluem quer o dinheiro e depósitos bancários quer todos os activos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor, cujas alterações sejam reconhecidas na demonstração de resultados.

Cada empresa poderá ter necessidade de criar diversas subcontas de caixa, em função de diversas situações como, por exemplo, a existência de delegações.

Por razões óbvias, os meios financeiros líquidos, também conhecidos como disponibilidades, têm relevância extraordinária no trabalho do auditor.

#### Conta 11 – Caixa

A Conta 11 – *Caixa* inclui os meios de pagamento, tais como notas de banco e moedas metálicas de curso legal, cheques e vales postais, nacionais ou estrangeiros. Contudo não inclui os cheques devolvidos, senhas de combustível e vales por adiantamentos.

##### A) *Procedimento*: Numeração

###### *Paradigma*:

- Os documentos de suporte seguem uma numeração sequencial.

###### *Erro Potencial*:

- Saltar ou repetir a numeração dos documentos suporte de caixa.

###### *Teste Potencial*:

- Verificação documental.

##### B) *Procedimento*: Numerário

###### *Paradigma*:

- As saídas de caixa são valores não elevados.
- O caixa tem fundo fixo.

*Erro Potencial:*

- Existência de valores demasiados elevados.
- Existência de fundo abaixo do nível.

*Teste Potencial:*

- Verificação do volume de pagamentos por caixa.
- Verificação das facturas em questão.
- Verificação da existência de fundo fixo de caixa, de registo na contabilidade, de identificação de quem controla e de qual o limite do fundo.

*C) Procedimento: Contabilização*

*Paradigma:*

- O saldo contabilístico no final de cada mês corresponde ao saldo de caixa.

*Erro Potencial:*

- Faltarem os documentos originais e/ou lançamentos de movimentos de caixa.

*Teste Potencial:*

- Verificar a validade dos comprovantes que formam o saldo de caixa e se os mesmos foram correctamente classificados.

*D) Procedimento: Contagem física*

*Paradigma:*

- O auditor deverá averiguar se, no final do dia, o valor de caixa confere com o suporte documental.

*Erro Potencial:*

- Não coincidir o saldo contabilístico com o que realmente existe.

*Teste Potencial:*

- Contagem de caixa – surpresa.

**Conta 12 – Bancos**

A Conta 12 – *Depósitos à Ordem* respeita aos meios de pagamento existentes em contas à vista nas instituições de crédito.

Rodrigues (2009:387) considera que, quanto ao sistema de controlo interno da conta 12, a empresa deve garantir que a emissão de cheques só seja válida com duas assinaturas, os documentos de pagamento sejam inutilizados e não sejam aceites uso fotocópias, sejam elaboradas reconciliações bancárias mensalmente (para grandes empresas), exista uma adequada segregação de funções e proceda à circularização periódica.

*A) Procedimento: Reconciliação bancária*

*Paradigma:*

- As reconciliações bancárias são efectuadas periodicamente (mensalmente) através de mapa-resumo entregues pelo auditor, previamente.

*Erro Potencial:*

- Existência de discrepância entre valores.

*Teste Potencial:*

- Solicitar à empresa a análise dos saldos de bancos, mapa-resumo das reconciliações bancárias, conferir cálculos e confrontar extracto bancário com o extracto contabilístico.

*B) Procedimento: Especialização dos juros e despesas*

*Paradigma:*

- No final do ano, os valores referentes ao ano são imputados ao exercício, embora só sejam liquidados na conta do banco do ano seguinte.

*Erro Potencial:*

- Cálculo errado dos custos a imputar.

*Teste Potencial:*

- Refazer os cálculos efectuados para imputação dos custos.

*C) Procedimento: Confirmações directas*

*Paradigma:*

- A informação solicitada ao banco comprove a contabilidade da empresa.

*Erro Potencial:*

- Os extractos contêm erros materialmente relevantes.

*Teste Potencial:*

- Solicitar ao banco e à empresa os originais dos extractos bancários.

*D) Procedimento: Operações incomuns*

*Paradigma:*

- Suporte documental comprova suporte informático.

*Erro Potencial:*

- O suporte documental difere do suporte informático

*Teste Potencial:*

- Confrontar o suporte contabilístico documental com o informático.

*E) Procedimento: Operações subsequentes*

*Paradigma:*

- Os movimentos pendentes no final do ano estão registados em operação posterior (do ano seguinte).

*Erro Potencial:*

- Diferença entre a informação bancária e a informação contabilística da empresa.

*Teste Potencial:*

- Confirmar se há restrições sobre a disponibilidade de saldos.
- Verificar se existem outras transacções e se foram adequadamente registadas.
- Validar a liquidação subsequente dos activos de débito e cheques pendentes nas reconciliações com extractos bancários.
- No caso de ausência de extractos bancários, solicitar à empresa documentação comprobatória do pagamento.
- Verificar se além dos cheques e depósitos efectuados ou em trânsito outros itens estão bem contabilizados.

### **2.3.2 Classe 2 – Contas a Receber e a Pagar**

De acordo com Portaria n.º 1011/2009, de 9 Setembro, esta classe destina-se:

Registar as operações relacionadas com clientes, fornecedores, pessoal, Estado e outros entes públicos, financiadores, accionistas, bem como outras operações com terceiros que não tenham cabimento nas contas anteriores ou noutras classes específicas. Incluem-se ainda nesta classe os diferimentos (para permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos períodos a que respeitam) e as provisões.

O auditor deve apurar se as contas são verdadeiras e se têm origem em transacções relacionadas com compras e vendas, verificando se os valores apresentados são efectivamente realizáveis, reais, se correspondem às transacções existentes, e ainda, se não há devoluções, descontos ou abatimentos ou outro movimento que deva ser considerado.

Os procedimentos de auditoria normalmente aplicados nesta área, segundo Franco e Marra (2000) são a extracção de listagens do *software* de contabilidade da empresa e a confirmação directa (circularização) junto das empresas que estão em análise.

Nos financiamentos há necessidade de se proceder à circularização integral, devendo incluir tudo o que diz respeito a estes: taxa de juros, vencimentos, pagamentos parciais, repasses de outros credores e outros detalhes que possam ocorrer. Normalmente os credores de financiamentos são estabelecimentos financeiros e as respostas são obtidas com razoável brevidade e precisão.

Quando se trata de contas a pagar (com excepção de fornecedores) pouca coisa é susceptível de circularização, pois a maior parte refere-se a pagamento de impostos, salários e dividendos, cuja verificação deverá ser realizada internamente.

#### **Conta 21 – Clientes**

A Conta 21 – *Clientes* compreende todas as pessoas externas com quem a empresa estabelece uma relação de venda de mercadorias, de produtos e serviços.



*Procedimento: Contabilização*

*Paradigma:*

- Os valores a receber são procedentes e estão correctamente avaliados.
- Os factos são realizáveis e são registados somente quando ocorrem.
- As contas a receber estão correctamente descritas e classificadas nas demonstrações financeiras.
- Os valores a receber registados representam realmente direitos da empresa na data do balanço.

*Erro Potencial:*

- Recebimento considerado mas não existente.
- Dívida de um cliente registada quando o produto ainda nem sequer foi entregue.
- Os valores ainda não recebidos estão registados como valores já recebidos.

*Teste Potencial:*

- Confirmar valores superiores a 25.000€ (mapa recapitulativo) (anexo O – Declaração Anual IES – Portaria 8/2008, de 3 de Janeiro).
- Obter uma listagem de saldos individuais por contas a receber na data do balanço.
- Analisar resultados e saldos de clientes, seleccionando apenas alguns.
- Confrontar o saldo do programa de facturação com o da contabilidade.
- Verificar se saldos atípicos não constituem adiantamentos.
- Preparar um papel de trabalho contendo os devedores seleccionados, com nomes e saldos a serem confirmados. Enviar aos clientes uma carta de confirmação dos seus saldos e verificar se a empresa auditada fez qualquer tipo de objecção sobre os clientes escolhidos.
- No caso de divergências entre as listagens e as respostas recebidas, obter explicações junto da empresa auditada e considerar a necessidade de propor ajustes.
- Efectuar, eventualmente, um exame às notas de crédito e às notas de débito para verificar a existência de vendas fictícias.
- Examinar recebimentos subsequentes aos maiores saldos das contas em aberto na data de balanço.
- Verificar eventuais reconhecimentos/reversões de imparidades.
- Verificar dívidas expressas em moeda estrangeira.

## **Contas 22 – Fornecedores e 271 – Fornecedores de Investimento**

A Conta 22 – *Fornecedores* regista os movimentos com os vendedores de bens e de serviços, com a excepção dos destinados aos investimentos da empresa que serão registados na Conta 271 – *Fornecedores de Investimentos*.

*Procedimento: Contabilização*

*Paradigma:*

- Os saldos de obrigações apresentados estão exactos e os valores registados são adequados.
- As obrigações registadas estão contabilizadas de acordo com o período de ocorrência do facto gerador.
- As contas a receber estão correctamente descritas e classificadas nas DF's, representam a realidade e a sua liquidação está a ser efectuada de acordo com a política financeira da empresa.

*Erro Potencial:*

- Existência de saldos devedores, quando temos as dívidas totalmente liquidadas.
- Facturação de um serviço sem na realidade ter existido.
- Registo no fornecedor errado.
- Suporte documental não coincidir com suporte informático.
- Existência de facturas não registados.

*Teste Potencial:*

- Confirmar valores superiores a 25.000,00 (mapa recapitulativo, anexo O – Declaração Anual IES – Portaria 8/2008, de 3 de Janeiro).
- Obter a listagem dos saldos relativos a obrigações com fornecedores e prestadores de serviço na data do balanço.
- Autenticar eventuais facturas em conferência.
- Verificar se a totalidade das obrigações da sociedade com terceiros estão registadas na contabilidade.
- Analisar quais os maiores saldos de fornecedores/prestadores de serviços e analisar os saldos atípicos.
- Calcular o prazo médio de pagamentos e comparar com o passado.

- Investigar os saldos anteriores, para caso de serem demasiado antigos ou devedores. Discutir com a empresa a possibilidade de anular ou alterar esta situação, caso contrário manter igual. Caso os saldos devedores sejam significativos, terão de ser reclassificados.
- Verificar passivos não registados através do exame dos comprovantes e dos pagamentos subsequentes, e pela análise de facturas não pagas e outros dados.
- Validar o saldo dos fornecedores confrontando-os com saldos do programa de contas correntes, decomposição do saldo final; e verificar se saldos atípicos não constituem adiantamentos.

## **Conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos**

A Conta 24 – *Estado e Outros Entes Públicos* regista apenas as relações existentes com o Estado, Autarquias Locais e outros entes públicos, desde que tenha como particularidade imposto e taxas.

*Procedimento:* Apuramento, pagamentos e contabilização

*Paradigma:*

- As contas apresentam um saldo nulo ou se existir saldo, este refere-se a pagamentos a efectuar no ano seguinte (Janeiro).

*Erro Potencial:*

- Pagamento em duplicado da retenção na fonte.
- Factura de venda lançada com IVA dedutível (ou uma factura de compra lançada com IVA liquidado).
- Lançamento de uma factura intracomunitária sem a devida contabilização do IVA (deduzir e liquidar).
- Apuramento do IVA mal efectuado por erro no documento emitido pelo *software* da contabilidade.
- Erro no apuramento do imposto estimado.

*Teste Potencial:*

- Reconciliar a Conta 242 – *Retenção de Impostos sobre o Rendimento*, verificando se os saldos correspondem apenas a retenções efectuadas em Dezembro e verificar

se os valores retidos de Janeiro a Dezembro correspondem aos totais declarados no Modelo 10 (Portaria n.º 1298/2010 - 21/12 - Série I, n.º 245).

- Reconciliar Conta 243 – *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)* verificando se a declaração de IVA foi enviada atempadamente para o Estado e solicitar documento comprovativo (Declaração de IVA enviado pelo site das finanças) para confrontar com o apuramento da contabilidade.
- Verificar se as subcontas de IVA se encontram saldadas e, conseqüentemente, se os apuramentos do IVA foram efectuados devidamente.
- Reconciliar as subcontas de IVA a pagar e/ou a receber, verificando se os valores calculados nos apuramentos coincidem com os valores declarados nas declarações periódicas e com os montantes pagos.
- Verificar eventuais saldos das contas IVA reembolsos pedidos e IVA liquidações officiosas.
- Reconciliar a Conta 245 – *Contribuições para a Segurança Social*, verificando se os saldos desta conta correspondem apenas a valores reportados a Dezembro e autenticar se os valores retidos de Janeiro a Dezembro correspondem aos totais calculados pelo programa de salários.
- Validar se os pagamentos das retenções, do IVA e das contribuições da Segurança Social efectuadas em Janeiro de  $n+1$  corresponde ao saldo das subcontas em 31-12- $n$ .
- Verificar no site das declarações electrónicas a conta corrente do IVA, analisando se existem divergências e/ou se está tudo conforme a contabilidade.
- Solicitar com regularidade (de preferência logo no início do ano) a certidão da situação contributiva para Segurança Social.
- Validar possíveis acordos de pagamentos em prestações, validando se o montante em dívida contabilizado corresponde ao montante da dívida efectivo.
- Verificar eventuais não pagamentos das retenções efectuadas aos funcionários.

## **Conta 25 – Financiamentos Obtidos**

A Conta 25 – *Financiamentos Obtidos* regista os financiamentos obtidos pela empresa, devendo representar a globalidade dos mesmos, independentemente do financiador. São incluídos *leasings*, desconto de letras e suprimentos.

*Procedimento:* Circularização integral, reconciliação e contabilização

*Paradigma:*

- As obrigações estão todas registadas e existem realmente, os cálculos financeiros estão actualizados e as correcções monetárias correctas.

*Erro Potencial:*

- Discrepância de valores da contabilidade com o que o banco menciona.
- Falta da renda de um bem em leasing na contabilidade.
- Diferença entre os saldos da empresa financiadora e os saldos contabilísticos.

*Teste Potencial:*

- Inspeccionar os contratos e títulos representativos das dívidas.
- Obter listagens com análises detalhadas dos financiamentos e empréstimos da empresa, e também dos agentes financeiros. Conferir a soma, os registos individuais e os documentos comprobatórios (contractos, recibos...).
- Pedir confirmações directas aos agentes financeiros, previamente preparados pela empresa.
- Verificar se na data do balanço as quantias a pagar correspondem ao saldo em dívida no mapa de financiamento.
- Reconciliar a conta, para verificar se os saldos desta conta correspondem aos valores constantes nos extractos bancários, aos planos financeiros dos *leasings* e aos valores dos títulos descontados no banco.

## **Contas 23 – Salários, 272 – Devedores e Credores por Acréscimo e 28 – Diferimentos**

A Conta 23 – *Pessoal* regista o processamento de ordenados, salários e outras remunerações dos trabalhadores da empresa no mês a que diz respeito. Na Conta 272 – *Devedores e Credores por Acréscimo*, paralelamente com a Conta 28 – *Diferimentos*,

deve-se proceder à especialização do exercício, acrescentando ou diferindo gastos ou rendimentos. A conta 272 os rendimentos e os gastos que devem ser reconhecidos no próprio período, e a conta 28 regista como gasto a quantia correspondente à despesa a reconhecer com base no documento de suporte da operação.

*Procedimento:* Investigação, confirmação e contabilização

*Paradigma:*

- Os valores resultantes do processamento de salários foram integralmente pagos e, também, efectuados todos os cálculos, lançamentos e anulações de acréscimos e diferimentos.

*Erro Potencial:*

- Erro na imputação de gastos dos seguros referente ao ano seguinte.
- Salários processados na contabilidade sem terem sido pagos na realidade.
- Salários mal calculados e mal classificados.
- Registo no ano  $n$  das rendas que dizem respeito ao período seguinte.
- Facturação e registo de serviços de assistência no ano  $n$  quando dizem respeito a períodos seguintes.

*Teste Potencial:*

- Verificar a contabilização dos factos, saldos exactos e cálculos efectuados.
- Conferir os cálculos de juros e seguros referentes ao ano  $n+1$  estão registados no ano  $n$ .
- Verificar se os recibos referentes ao pagamento de salários estão assinados pelo pessoal e pelos órgãos sociais.
- Verificar os movimentos das contas durante o ano  $n$  comparando com  $n-1$ .
- Confrontar os saldos de salários com as folhas de pagamento e outros documentos relacionados com a matéria.

## **Conta 29 – Provisões**

A Conta 29 – *Provisões* regista as obrigações potenciais e/ou efectivas da empresa cuja natureza esteja claramente definida e que à data de balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incerta quanto ao seu valor ou data de ocorrência. As provisões

encontram-se reguladas na NCRF 21 – *Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes* que tem por objectivo:

Prescrever critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e activos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas às demonstrações financeiras de modo a permitir aos utentes compreender a sua natureza, tempestividade e quantia.

*Procedimento: Contabilização*

*Paradigma:*

- As provisões registadas representam obrigações efectivas e/ou potenciais na data de balanço.
- As provisões são revistas à data de cada balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa corrente.
- Os saldos de provisões apresentados estão exactos e os cálculos efectuados adequados.
- As provisões registadas estão contabilizadas de acordo com o período de ocorrência do facto gerador.

*Erro Potencial:*

- Existência de provisões inadequadas.

*Teste Potencial:*

- Obter junto da contabilidade a composição dos saldos.
- Verificar as baixas registadas no período e respectivos registos.
- Verificar se as provisões estão indicadas no anexo às DF's.
- Questionar o advogado sobre eventuais processos pendentes.
- Indagar os órgãos de gestão acerca da necessidade de eventuais provisões.

### 2.3.3 Classe 3 – Inventários e Activos Biológicos

A Portaria n.º 1011/2009, de 9 Setembro estabelece que a classe 3:

Inclui os inventários (existências):

- Detidos para venda no decurso da actividade empresarial.
- No processo de produção para essa venda.
- Na forma de materiais consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Integra, também, os activos biológicos (animais e plantas vivos), no âmbito da actividade agrícola, quer consumíveis no decurso do ciclo normal da actividade, quer de produção ou regeneração. Os produtos agrícolas colhidos são incluídos nas apropriadas contas de inventários.

As quantias escrituradas nas contas desta classe terão em atenção o que em matéria de mensuração se estabelece na NCRF 18 – *Inventários*, pelo que serão corrigidas de quaisquer ajustamentos (imparidades) a que haja lugar, e na NCRF 17 – *Agricultura*.

#### **Inventários**

*Procedimento:* Inspeção física e contabilização

*Paradigma:*

- Os inventários existem fisicamente e são propriedade da empresa auditada.

*Erro Potencial:*

- Armazenamento inadequado do material em stock.
- Factura de um serviço considerada como inventário.
- No caso de aplicar o sistema de inventário permanente, lançamento efectuado após fecho do mês ficando a conta de compras com saldo.

*Teste Potencial:*

- Verificar se há a devida arrumação dos inventários em armazém.
- Verificar se todas as contas estão saldadas.



- Realizar contagens físicas.
- Seleccionar alguns dos maiores itens em processo de fabrico e examinar os contratos ou outros registos, conferindo certos detalhes, tais como as datas de entrega para vendas subsequentes e outras evidências de que o material realmente existia na data de balanço.
- Verificar se os inventários são apropriados para a sua finalidade e se têm condições de realização, ou seja, verificar (por exemplo) se há obsolescências, defeitos e má conservação.
- Estabelecer um horário para realização de inventário, devendo a empresa suspender todas as suas actividades normais de laboração e dedicar-se inteiramente à tarefa de contagem e apuramento do stock existente juntamente com o auditor.

#### **2.3.4 Classe 4 – Investimentos**

A Portaria n.º 1011/2009, de 9 Setembro define que:

Esta classe inclui os bens detidos com continuidade ou permanência e que não se destinem a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da empresa, quer sejam de sua propriedade, quer estejam em regime de locação financeira. Compreende os investimentos financeiros, as propriedades de investimento, os activos fixos tangíveis, os activos intangíveis, os investimentos em curso e os activos não correntes detidos para venda.

Os elementos do activo da empresa, com a excepção dos terrenos, deverão ser depreciados de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

#### **Conta 41 – Investimentos Financeiros**

A Conta 41 – *Investimentos Financeiros* regista as aplicações financeiras de carácter permanente que não se destinam a ser vendidas no decurso normal da actividade. Os investimentos financeiros são mensurados de acordo com os métodos indicados na NCRF 13 – *Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas*, NCRF 15

– *Investimentos em Subsidiárias e Consolidação de Contas e NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.*

*Procedimento:* Contabilização

*Paradigma:*

- Os activos representados contabilisticamente existem e estão em propriedade da empresa.
- A empresa aplica o método integral, método proporcional ou método de equivalência patrimonial de acordo com NCRF's.

*Erro Potencial:*

- Registo pelo método errado de um investimento financeiro.

*Teste Potencial:*

- Verificar a classificação de novos investimentos adquiridos pela empresa auditada.
- No caso de uma outra empresa (subsidiária ou associada) encerrar contas, efectuar e validar ajustamentos a efectuar e/ou efectuados nestas rubricas.
- Analisar os títulos em carteira.
- Reconciliar os dados obtidos através de inspecção física com a listagem detalhada dos títulos.
- Obter valores de mercado à data da auditoria.
- Examinar comprovantes de compra e venda no período.

## **Contas 42 – Propriedades de Investimentos e 43 – Activos Fixos Tangíveis**

A Conta 42 – *Propriedades de Investimento* está regulamentada na NCRF 11 – *Propriedades de Investimento* que estabelece o “tratamento contabilístico de propriedades de investimento e respectivos requisitos de divulgação”. Esta norma menciona que é propriedade de investimento o terreno ou o edifício detido para obter rendas ou valorização do capital ou para ambas.

A Conta 43 – *Activos Fixos Tangíveis* regista os bens detidos pela empresa que não tem como finalidade serem vendidos, servem de apoio à produção do bem final e espera-se que sejam usados por mais de um período, e está também regulamentada na NCRF 7 – *Activos Fixos Tangíveis*, tendo como objectivo:

Prescrever o tratamento contabilístico para activos fixos tangíveis, para que os utentes das demonstrações financeiras possam discernir a informação acerca do investimento de uma entidade nos seus activos fixos tangíveis, bem como as alterações nesse investimento.

*Procedimento: Contabilização*

*Paradigma:*

- Os critérios e a extensão das depreciações estão devidamente apurados e identificados, e os activos fixos tangíveis existem e estão em propriedade e posse da empresa.

*Erro Potencial:*

- Mensuração por método que a empresa não tem estabelecido.
- Registo incorrecto de um activo fixo tangível, considerando um bem tangível quando na realidade é um bem de desgaste rápido, por exemplo uma ferramenta.

*Teste Potencial:*

- Examinar a maior parte dos bens, excluindo os de reduzida expressão monetária.
- Obter a listagem e as fichas dos bens, que permita a fácil identificação e contenha os demais dados indispensáveis ao objecto do exame.
- Verificar os critérios de reconhecimento como propriedades de investimento.
- Verificar a determinação do justo valor que previamente foi apurado por um perito qualificado.
- Rever os cálculos das depreciações.
- Verificar se a aquisição de novos activos fixos tangíveis preenche os requisitos de reconhecimento, as opções de modelos de mensuração e definição de vida útil e o modelo de depreciações.
- Verificar a mensuração subsequente de eventuais revalorizações e eventuais desreconhecimentos.

## **Conta 44 – Activos Intangíveis**

A Conta 44 – *Activos Intangíveis* regista os activos não monetários identificáveis e sem substância física, que seja controlado pela empresa como resultado de acontecimentos

passados e são esperados benefícios económicos futuros. Esta conta também se encontra especialmente regulada pela NCRF 6 – *Activos Intangíveis* que tem por objectivo estabelecer o tratamento contabilísticos dos activos intangíveis bem como mensurar a quantia escriturada e suas divulgações.

*Procedimento:* Contabilização

*Paradigma:*

- Os critérios e a extensão das amortizações estão devidamente apurados e identificados, e os activos intangíveis existem e estão em propriedade e posse da empresa.

*Erro Potencial:*

- Reconhecimento/desreconhecimento de um activo erradamente.
- Lapso no cálculo das amortizações dos activos.

*Teste Potencial:*

- Verificar a razoabilidade do valor e sua real existência ou utilização, que justifique a sua permanência no activo da empresa.
- Avaliar os documentos que dão origem ao registo do activo, principalmente quanto à sua autenticidade e formalismos inerentes.
- Rever os cálculos das amortizações.
- Autenticar novas aquisições (se preenche os requisitos da NCRF 6).
- Verificar os critérios de reconhecimento como intangíveis.
- Verificar a determinação justo valor (nos itens revalorizados).

### **2.3.5 Classe 5 – Capital, Reservas e Resultados Transitados**

O capital próprio é o interesse residual nos activos da empresa depois de deduzir todos os seus passivos. O campo de exame desta conta não é apenas os lançamentos contabilísticos mas também os livros da sociedade e os estatutos sociais entre outros.

*Procedimento:* Contabilização e exame documental

*Paradigma:*

- A documentação de constituição da empresa e as importâncias correspondentes consignadas no balanço geral estão adequadamente classificadas, descritas e demonstradas de acordo com as NCRF e estão de acordo com as disposições dos estatutos sociais e com legislação vigente.

*Erro Potencial:*

- Ocorrências de erros nas correcções da transição do POC para SNC.

*Teste Potencial:*

- Investigar e examinar as transacções ocorridas no capital, inspeccionando os documentos suporte, registos nas actas e adequada utilização da legislação.
- Verificar eventuais alterações da estrutura societária da empresa na certidão permanente da empresa.
- Verificar a transferência de resultados e sua aplicação.
- Verificar a imputação de resultados transitados das quotas-partes das correcções relativas à primeira aplicação das NCRF.
- Verificar as transferências de excedentes de revalorização disponíveis.

### **2.3.6 Classe 6 – Gastos**

A Portaria n.º 1011/2009, de 9 Setembro estabelece que “esta classe inclui os gastos e as perdas respeitantes ao período”.

*Procedimento:* Contabilização

*Paradigma:*

- Os gastos atribuídos ao período estão devidamente comprovados e contabilizados. No caso de não pertencerem ao período ou de beneficiarem exercícios futuros, estão correctamente diferidos.
- As contas da Classe 6 estão com saldos a débito.

*Erro Potencial:*

- Lançamento de custo de transporte de matérias-primas como gasto quando na realidade é custo das matérias-primas logo terá de ser contabilizado na Classe 3 – *Existências*.
- Lançamento errado na Classe 6 ficando com saldo credor.

*Teste Potencial:*

- Analisar as subcontas com saldos e/ou movimentos atípicos (credores).
- Verificar as variações ocorridas face a períodos anteriores, isto é, analisar rubrica a rubrica se existe alguma alteração significativa de período para período e procurar explicações para as diferenças encontradas.
- Verificar eventuais retenções na fonte e valores a incluir no modelo 10.
- Verificar a relação da variação destes itens com as variações do volume de negócios.
- Legitimar se deslocações e estadias não constituem na realidade despesas de representação.

### **2.3.7 Classe 7 – Rendimentos**

De acordo com a Portaria n.º 1011/2009, de 9 Setembro, a Classe 7 “inclui os rendimentos e os ganhos respeitantes ao período”. Rodrigues (2010) refere que os rendimentos incluem os réditos e ganhos. Sendo o rédito designado como a fonte de rendimento, ou seja, as vendas, as prestações de serviços e os honorários, entre outros, a NCRF 20 – *Rédito* prescreve o tratamento contabilístico a considerar.

*Procedimento: Contabilização*

*Paradigma:*

- Os rendimentos atribuídos ao período estão devidamente comprovados e contabilizados. Caso não pertençam ao período ou beneficiem exercícios futuros, estão correctamente diferidos.
- As contas da Classe 7 estão com saldos a crédito.

*Erro Potencial:*

- Lançamento de prestações de serviços em conta de vendas.

#### *Teste Potencial:*

- Examinar a existência de saldos atípicos (devedores).
- Verificar variações face a períodos anteriores.
- Verificar a segregação entre as diferentes rubricas, de forma a possibilitar a análise das flutuações ocorridas nos seus valores.
- Efectuar validações relacionadas com as bases tributáveis do IVA e os valores liquidados. Este procedimento deverá ocorrer juntamente com a Conta 2433 – *IVA Liquidado* para efectuar a entrega ao estado correctamente.
- Analisar as contas da Classe 7, seleccionando as de maior peso.
- Relativamente à Conta 73 – *Variações nos Inventários da Produção*, validar as variações registadas conjuntamente com a validação dos saldos finais das contas 34, 35, 36 e 37.
- Rever os cálculos das provisões reconhecidas à data de balanço, de forma a garantir que as mesmas continuem a existir.

#### **2.3.8 Classe 8 – Resultados**

A Portaria n.º 1011/2009, de 9 Setembro refere que “esta classe evidencia o resultado do período e a eventual distribuição antecipada desse resultado”.

Segundo sugere Ferreira (2009:88) o auditor deve fazer uma análise do comportamento dos rendimentos e gastos (revisão analítica), procurando identificar variações que lhe parecem anormais e que mereçam uma verificação mais detalhada dos documentos.

Esta conta permite obter o resultado da empresa, ou seja, cada uma das contas até agora mencionadas está resumida na Classe 8 – *Resultados do Exercício*. Por exemplo, ao circularizar clientes vão obter informação sobre os rendimentos da empresa auditada.

No encerramento de contas de uma empresa existem três fases cruciais: (a) balancete de verificação, em que procedemos a movimentos de regularização de contas, (b) o balancete rectificado (c) e o balancete final. Entre o balancete rectificado e o balancete final dá-se o apuramento dos resultados e é precisamente no momento seguinte ao balancete rectificado que o auditor deverá incidir o seu trabalho na Classe 8.

*Procedimento: Contabilização*

*Paradigma:*

- A única conta que fica com saldo é a Conta 818 – *Resultado Líquido* e, eventualmente, a 89 – *Dividendos Antecipados*.

*Erro Potencial:*

- Existência de saldo nas contas das Classes 6 e 7.

*Teste Potencial:*

- Verificar e garantir que todas as contas das Classes 6 e 7 se encontrem saldadas.
- O auditor deverá certificar-se que as Classes 6 e 7 se encontram saldadas após apuramento dos resultados.

## **2.4 Amostragem para Auditoria**

De acordo com a NTRA, parágrafo 19, e com a DRA 510 – *Prova de Revisão/Auditoria*:

O revisor/auditor deve obter prova de revisão/auditoria apropriada e suficiente, através de inspecções, observações, indagações, confirmações, cálculos e procedimentos analíticos, cuja realização e conclusões devem ser adequadamente documentadas de forma a suportar a sua opinião.

Ou seja, o auditor deverá obter prova do seu trabalho através de métodos e técnicas específicos, conhecidos como procedimentos de auditoria. Os procedimentos de auditoria variam de trabalho para trabalho, de forma a se ajustar às circunstâncias que encontrarem.

Na aplicação dos procedimentos de auditoria, a prova de auditoria é obtida através de testes de controlo e de procedimentos substantivos. Quando os testes de controlo, que incluem uma análise ao sistema contabilístico e ao sistema de controlo interno, não estão adequados, aplicam-se os procedimentos substantivos recorrendo a testes de detalhe a cada classe de transacções, de saldos de contas e de divulgações, e aplicam-se os procedimentos analíticos recorrendo a análise de relações existentes entre dados financeiros e não financeiros.

Sendo a amostragem uma técnica utilizada pelo auditor, a ISA 530 – *Audit Sampling* (Amostragem em Auditoria), parágrafo 5, alínea (a), descreve que a amostragem em



auditoria consiste na aplicação a menos de 100% dos itens de uma população relevante em auditoria, de tal forma que todas as unidades da amostra tenham a possibilidade de ser seleccionadas a fim de proporcionar ao auditor uma base razoável sobre a qual ele retire conclusões acerca de toda a população. O auditor pode optar pela avaliação integral de todas as operações realizadas pela empresa, mas sendo uma empresa com número considerável de movimentos e ponderando os custos e o tempo em que o auditor necessitaria para analisar todas as operações, é, sem dúvida, imprescindível a aplicação da amostragem.

Costa (2010:281) refere que a amostra seleccionada deve ter em atenção itens específicos, ou seja, o auditor deve incluir na amostra documentos com valores elevados, todos os itens a partir de uma determinada quantia, itens indispensáveis para obtenção de informações e itens para testar as actividades de controlo.

Importa ainda mencionar que no trabalho de auditoria, o auditor incorre num risco, risco de amostragem, que de concordância com a ISA 530 acontece quando o auditor emite uma opinião errada com base na amostra recolhida.

### **Amostragem Aleatória e Amostragem Determinística**

O processo de amostragem pode ser usado nos trabalhos de auditoria por dois processos: a amostragem com recurso a métodos estatísticos e a amostragem determinística (também designada de apreciação). O primeiro processo, amostragem aleatória, é aquele que é apoiado em métodos matemáticos baseados no cálculo das probabilidades. Contrariamente, na amostragem determinística, o auditor utiliza a subjectividade, baseando-se na apreciação, no juízo em critérios próprios e mais especificamente na sua capacidade e experiência profissional.

Segundo Costa (2010:282) em auditoria a técnica da amostragem determinística é mais usada que a amostragem aleatória. Também refere que, independentemente da técnica utilizada, o auditor deve sempre utilizar quatro fases distintas:

- Determinar o tamanho apropriado da amostra;
- Seleccionar ou identificar a amostra;
- Aplicar procedimentos de auditoria apropriados aos itens seleccionados;
- Avaliar os resultados da amostra.

## **2.5 Aplicação da Técnica da Amostragem aos Testes Substantivos**

### **2.5.1 Determinação do Tamanho da Amostra**

Quando se faz a selecção dos elementos de uma população, deve-se ter em atenção se essa amostra é representativa do universo. Monteiro e Pontes (2002:95) referem que independentemente da técnica de amostragem escolhida, o auditor deverá ter atenção a diferentes factores que influenciam o tamanho da amostra:

- Dispersão da população;
- Nível de risco que está disposto a aceitar;
- Erro tolerável;
- Expectativa da população;
- Exactidão;
- Nível de confiança; e
- Tamanho da população.

### **2.5.2 Selecção da Amostra**

Uma amostra aleatória existe quando todos os elementos de uma população têm a mesma probabilidade de serem seleccionados (Monteiro & Pontes, 2002). Quando o auditor efectua uma selecção da amostra, deve ter em atenção a sua representatividade, pois caso não seja representativa, isto é, seja enviesada, as conclusões que irá obter sobre a população em causa não são válidas.

Monteiro e Pontes (2002) referem que o conceito de amostra aleatória obriga a que a selecção dos elementos não seja distorcida ou influenciada, consciente ou inconsciente pelo auditor, pelo que deverá utilizar processos, como tabelas de números aleatórios, gerador de números aleatórios (técnica computacional), selecção sistemática, selecção casual e selecção em blocos.

### **2.5.3 Avaliação dos Resultados da Amostra**

A ISA 530 define que o auditor deve avaliar os resultados da amostra para saber se o que obteve está de acordo com o que esperava obter. Caso não seja compatível terá de

aprofundar a sua avaliação. Se o auditor verificar que a sua avaliação preliminar das características da população necessita de ser revista, este tem como opção solicitar ajuda à gerência para investigar os erros potenciais, fazendo os ajustamentos que achar necessário. Pode modificar os procedimentos de auditoria planeados e tem de mencionar a alteração no relatório de auditoria.

Quando o auditor analisa uma determinada conta por amostragem, não verificando todos os documentos dessa conta, pretende generalizar os resultados da amostra. Se verificar que todos os elementos que compõem a amostra estão correctamente registados e obedecem a todos os requisitos definidos pelo auditor nos programas previamente preparados, então pode concluir que embora possam existir erros, estes não são materialmente relevantes, e deverá validar a população em exame.

## **2.6 Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador**

O recurso à utilização das técnicas computacionais tem influenciado, nos últimos anos, os trabalhos desenvolvidos pelo auditor, tendo criado novas oportunidades e novos riscos organizacionais, bem como novas regras e padrões de segurança, confiança e conformidade das operações.

As técnicas de auditoria assistidas por computador (TAAC's) são ferramentas que permitem automatizar e simplificar o processo de auditoria, permitindo executar automaticamente determinadas tarefas desenvolvidas pelo auditor no processamento de dados.

A ISA 401 – *Auditing in a Computer Information Systems Environment* tem como objectivo estabelecer normas e fornecer orientações sobre procedimentos a serem seguidos quando uma auditoria é realizada com base em processamento electrónico de dados (PED). Esta norma menciona que o objectivo global e o âmbito de uma auditoria não pode alterar-se num ambiente PED, mas por outro lado o uso de um computador pode alterar o processamento, o armazenamento e a comunicação da informação financeira e pode afectar os sistemas contabilísticos e de controlo interno empregados pela empresa auditada. Quando o auditor está perante um ambiente PED, deverá ter em atenção a aplicação das restantes normas de auditoria.

A utilização das TAAC's obriga a conhecimentos informáticos, competências e experiência do auditor. A ISA 401 cita que o auditor deverá ter em atenção a ISA 620 –

*Using the Work of an Auditor's Expert*, procurando ajuda de um profissional que possua esses conhecimentos.

O auditor pode usar o manual de procedimentos de auditoria, as técnicas de auditoria assistidas por computador ou uma combinação de ambos para obter evidências suficientes. Por vezes em alguns sistemas de contabilidade informatizados utilizados pelas empresas no processamento de informações contabilísticas, pode ser difícil ou impossível para o auditor obter certos dados para inspecção, indagação ou confirmação sem auxílio do computador.

De acordo com Luís Rodrigues (aulas da disciplina de *Auditoria dos Sistemas de Informação*, ISCAP do ano 2010), os principais passos para a utilização das TAAC's são:

- a) *Definir os objectivos de utilização;*
- b) *Determinar o conteúdo e a acessibilidade das bases de dados da organização;*
- c) *Identificar os dados específicos ou bases de dados a serem analisados;*
- d) *Definir os procedimentos e testes específicos a realizar com os dados;*
- e) *Definir os requisitos de saída /resultados esperados;*
- f) *Assegurar junto dos responsáveis dos sistemas de informação a disponibilidade dos ficheiros e bases de dados relevantes para a auditoria com as características desejadas;*
- g) *Assegurar que a utilização da TAAC é controlada e documentada de forma apropriada;*
- h) *Utilizar a TAAC;*
- i) *Analisar os resultados.*

As TAAC's permitem realizar diversos tipos de funções: consulta de dados, estratificação de dados, extracção de amostras, identificação de *Gaps*, análise aleatória, cálculos complexos, detecção de duplicados e tabelas dinâmicas.

Segundo Costa (2010:288), os programas informáticos utilizados como TAAC destaca-se o *ACL (Audit Command Language)* e o *CaseWare's IDEA*.

Muitas SROC's não têm possibilidade de adquirir *software*, por motivos de custos e das burocracias necessárias que nem todas as sociedades estão dispostas a incorrer. Pelo que o recurso ao *Microsoft Excel* pode ser uma forma de assegurar esta necessidade.

## 2.7 Conclusão

As demonstrações financeiras das empresas visam informar uma diversidade de utilizadores: investidores, trabalhadores, financiadores, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governo e os seus departamentos, e o público em geral. O parecer que o auditor emite proporciona uma maior credibilidade às demonstrações financeiras, dando ao auditor uma responsabilidade acrescida face aos utilizadores.

A utilização da técnica da amostragem ajuda o auditor a extrair conclusões rigorosas sobre os trabalhos previamente realizados. A elaboração de um planeamento adequado permite assegurar que é dada uma atenção apropriada a áreas importantes da auditoria, que potenciais problemas são identificados e resolvidos tempestivamente e que o trabalho de auditoria é devidamente organizado e gerido a fim de ser realizado de uma forma eficaz e eficiente.

Os programas de trabalho são parte do planeamento efectuado pelo auditor, que, ao longo deste capítulo, foram identificados. Tendo em conta a variedade de paradigmas e erros torna-se conveniente realizar testes.

Sendo os trabalhos mencionados nos programas imensos, o recurso à amostragem é quase que obrigatório. A amostragem tem duas vertentes, a amostragem aleatória e a amostragem determinística. Segundo Costa (2010:282) em auditoria a técnica da amostragem mais utilizada é a determinística.

As TAAC's são ferramentas computacionais que apoiam o auditor na utilização da amostragem, nos trabalhos de auditoria, e que nos dias de hoje são cada vez mais indispensáveis.

## **Capítulo 3 Amostragem nas Sociedades de Auditoria de Portugal**

### **3.1 Introdução**

O objectivo do presente capítulo é identificar algumas características das sociedades de auditoria de Portugal que têm a seu cargo a realização de auditorias sobre outras empresas e relacioná-las com o tipo de amostragem que realizam.

Mais concretamente, pretendemos analisar a aplicação da amostragem nos testes de auditoria, o *software* utilizado e os testes de auditoria aplicados aos programas de trabalho.

### **3.2 Metodologia**

Tendo em conta o objectivo deste trabalho e de acordo com o enfoque da pesquisa, identificamos a população da amostra (193 sociedades de auditoria) e utilizamos uma pesquisa descritiva, recorrendo a um questionário como instrumento. Posteriormente analisámos os resultados obtidos na investigação, de forma a tirarmos conclusões sobre a utilização de amostragem.

Segundo Boaventura (2004:57), as “pesquisas descritivas identificam as características de determinada população ou fenómeno”. Este tipo de pesquisa visa efectuar o levantamento de informações sobre práticas ou opiniões actuais de uma população específica, que será aplicado no nosso caso às sociedades de auditoria de Portugal.

### **3.3 Método e Técnica de Pesquisa**

#### **3.3.1 População**

A população da pesquisa consiste nas 193 sociedades de auditoria de Portugal (Anexo I) existentes a 28 de Abril de 2011. Inicialmente foi ponderado realizar um estudo limitado às sociedades inscritas na CMVM, no entanto receámos que o número dessas sociedades (39) poderia tornar difícil a obtenção de conclusões válidas. Assim, optamos por inquirir todas as sociedades de auditoria de Portugal, sem excepções, uma vez que são

em número relativamente limitado e por outro lado é de esperar, neste tipo de situações, que a maioria delas não colabore.

### **3.3.2 Instrumento de Pesquisa**

O questionário é uma técnica de pesquisa utilizada para estudar uma determinada população que permite atingir um grande número de pessoas em diversas localizações geográficas e que pode assegurar o anonimato das respostas.

Este trabalho consistiu na elaboração de um inquérito dirigido às Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC's). Estabeleceu-se com cada uma delas, previamente, uma ligação telefónica fazendo uma exposição dos objectivos do trabalho e a necessidade de recolher informação, seguida do envio por correio electrónico do inquérito (anexo III) com a respectiva carta de apresentação (anexo II). Em alguns casos, por pedido das sociedades ou por falta de contacto telefónico, foram enviadas cartas por correio normal.

Para a elaboração deste inquérito entrevistamos ainda um auditor experiente e recorremos a bibliografia diversa (Monteiro e Pontes (2002) e Costa (2010)), para analisar e enquadrar as tarefas do auditor nas contas do SNC. Ou seja, procuramos identificar quando e como é aplicada a amostragem.

Após terem sido identificados os pontos-chave, sentiu-se necessidade de estruturar o questionário do seguinte modo. Começamos por mencionar o objectivo da pesquisa, os autores e a sua proveniência académica. Refere-se que o questionário tem apenas interesse académico e que as informações obtidas serão tratadas com anonimato e confidencialidade. O corpo do inquérito está dividido em duas partes: uma parte sobre as características gerais da sociedade e a outra sobre a amostragem em auditoria, mais concretamente os procedimentos de auditoria e a aplicação da técnica da amostragem.

### **3.3.3 Tratamento e Redacção dos Dados da Pesquisa**

Das 193 sociedades, o contacto telefónico não foi possível com 49 sociedades, tendo sido enviado apenas por correio normal o questionário com a respectiva carta de apresentação. Com as 144 restantes conseguiu-se contacto telefónico e electrónico, sendo que a maioria se mostrou receptiva a responder ao questionário.

Pelo correio electrónico foram enviados 144 questionários, tendo respondido apenas 17. Pelo correio normal, responderam 9 das 49 sociedades. Importa mencionar que, das 26 respostas recebidas, duas sociedades fazem parte das *Big Four*.

As respostas aos inquéritos foram registadas numa folha de *Excel* tendo sido posteriormente analisadas e interpretadas.

Apresenta-se de seguida os resultados obtidos.

### 3.3.3.1 Características Gerais da Sociedade

As características que foram alvo do inquérito são as áreas de actuação das sociedades, o número de empregados, a aplicação da técnica de amostragem, os técnicos dedicados à amostragem, o *software* utilizado e a formação em amostragem.

#### Áreas de Actuação

Áreas de Actuação	N.º Empresas	%
Auditoria Financeira	26	100%
Auditoria Interna	6	23%
Auditoria Gestão	7	27%
Auditoria Operacional ou de Resultados	7	27%
Auditoria Fiscal	12	46%
Auditoria Projectos ou Programas	12	46%
Auditoria Sistemas	2	8%
Auditoria Ambiental	1	4%
Outra (s)	1	4%

**Tabela 1 – Áreas de actuação**

No que respeita às áreas de actuação, verifica-se que a totalidade das sociedades fazem auditoria financeira e uma percentagem elevada (46%) também fazem auditoria fiscal e auditoria de projectos ou programas. Apenas 27% das sociedades realizam auditoria de gestão e auditoria operacional ou de resultados. Uma percentagem reduzida de sociedades faz ainda outro tipo de auditoria (23% auditoria interna, 8% auditoria de sistemas, 4% auditoria ambiental e outra).



## Número de Empregados

O número de empregados das sociedades está relacionado com a sua dimensão.

Número Empregados	N.º Empresas	%
1-4	13	50%
5-9	7	27%
10-20	3	12%
21-50	1	4%
51-100	0	0%
> 100	2	8%

**Tabela 2 – Número de empregados**

De acordo com a Tabela 2, 50% das sociedades têm um número de empregados relativamente reduzido, 1 a 4. Cerca de um quarto têm entre 5 e 9 pessoas. Exceptuando as duas sociedades maiores (com mais de 100 empregados), todas as restantes têm menos de 50 empregados.

## Aplicação da Amostragem em Auditoria

Aplicação da Amostragem em Auditoria	N.º Empresas	%
Não	0	0%
Sim	26	100%

**Tabela 3 – Aplicação da amostragem em auditoria**

Outra informação relevante é a fracção de SROC's que aplicam a amostragem nos trabalhos realizados em auditoria. A totalidade das sociedades respondeu positivamente a esta questão, o que não é surpresa.

## Técnicos Dedicados à Amostragem

Com a presente questão pretendemos determinar se as sociedades possuem vários técnicos exclusivamente dedicados à amostragem.

Técnicos Dedicados à Amostragem	N.º Empresas	%
Não	22	85%
Sim	4	15%

**Tabela 4 – Técnicos dedicados à amostragem**

Verifica-se que apenas 15% das sociedades inquiridas têm pessoal exclusivamente dedicado a esta técnica.

### ***Software Usado***

O *Software* é um recurso quase imprescindível para as SROC's, como se pode verificar na Tabela 5, em que apenas uma não recorre a técnicas computacionais.

Software Usado	N.º Empresas	%
Acess	1	4%
ACL	2	8%
Microsoft Excel	15	58%
IDEA	9	35%
Outro	12	46%
Nenhum	1	4%

**Tabela 5 – *Software* usado**

Assim, 58% das sociedades utilizam *Microsoft Excel* (das 15 sociedades, 40% utilizam apenas o *Microsoft Excel* e as restantes 60% utilizam este e outro *software*). O *Software IDEA* é utilizado por uma parte considerável (35%) das sociedades, 6 das quais utilizam também o *Microsoft Excel*. No entanto, a utilização de outro *software* é relativamente elevada (46%).

### **Formação em Amostragem**

Formação em Amostragem	N.º Empresas	%
Não	18	69%
Sim	8	31%

**Tabela 6 – Formação em amostragem**

Para além de se confirmar que todas as sociedades inquiridas aplicam a amostragem, achamos que seria importante conhecer a percentagem de sociedades que paga formação sobre amostragem em auditoria, tendo-se verificado que menos de um terço (as maiores sociedades) o fazia.

### **3.3.3.2 Amostragem em Auditoria**

Depois de identificadas as características gerais das sociedades que nos interessavam, a pesquisa incidiu sobre a aplicação da amostragem em auditoria, mais concretamente, nos procedimentos de auditoria, na aplicação da técnica de amostragem aos testes substantivos e aos testes de controlo, na amostragem nos programas de auditoria e no *software* aplicado à amostragem.

#### **3.3.3.2.1 Procedimentos de Auditoria**

Em relação aos procedimentos de auditoria, procurou-se conhecer a aplicação de programas de trabalho, o planeamento e as fases de amostragem. Das 26 sociedades inquiridas apenas 25 responderam aos procedimentos de auditoria.

#### **Programas de Trabalho**

Os programas de trabalho pertencem ao grupo de papéis de trabalho do auditor, pelo que procuramos determinar se o auditor prepara previamente o trabalho que vai realizar.

Programas de Trabalho	N.º Empresas	%
Não	1	4%
Sim	24	96%

**Tabela 7 – Programas de trabalho**

Das 25 sociedades apenas uma não elabora programas de trabalho.

## Planeamento da Amostragem

Outro aspecto importante era determinar as sociedades de auditoria que adoptam um plano de amostragem para a realização dos testes de auditoria.

Planeamento da Amostragem	N.º Empresas	%
Não	3	12%
Sim	22	88%

**Tabela 8 – Planeamento da amostragem**

Apurou-se que 88% das SROC's procedem a um planeamento da amostragem, antes de iniciarem os seus trabalhos.

## Fases da Amostragem

Na sequência da questão anterior, surge a necessidade de identificar as fases de amostragem que as SROC's utilizam.

Fases da Amostragem	N.º Empresas	%
Determinação prévia do tamanho apropriado da amostra	19	76%
Seleção da amostra	24	96%
Aplicação de procedimentos de auditoria aos itens seleccionados	22	88%
Avaliação dos resultados obtidos	22	88%
Outra	1	4%

**Tabela 9 – Fases da amostragem**

A Tabela 9 mostra que 96% planeiam a selecção da amostra, 88% a aplicação procedimentos de auditoria aos itens seleccionados e avaliação dos resultados obtidos, 76% a determinação prévia do tamanho apropriado da amostra e os restantes 4% planeiam outra fase de amostragem.

### 3.3.3.2.2 Aplicação da Técnica de Amostragem aos Testes Substantivos

Aplicação da Amostragem aos Testes Substantivos	N.º Empresas	%
Sim	26	100%
Não	0	0%

**Tabela 10 – Aplicação da amostragem aos testes substantivos**

A totalidade das sociedades inquiridas aplica a amostragem aos testes substantivos. Assim torna-se conveniente indagar o tipo de amostragem e os critérios utilizados para seleccionar o tamanho da amostra.

#### **Tipo de Amostragem**

Tipo de Amostragem	N.º Empresas	%
Aleatória	2	8%
Determinística	14	54%
Ambos Tipos	10	38%

**Tabela 11 – Tipo de amostragem**

A Tabela 11 mostra que das 26 sociedades inquiridas 54% das sociedades utilizam amostragem determinística, 8% amostragem aleatória e 38% utilizam ambos os tipos

#### **Critérios para Cálculo do Tamanho da Amostra**

Importou conhecer quais são os elementos utilizados para o cálculo do tamanho da amostra.

Critérios para Cálculo do Tamanho da Amostra	N.º Empresas	%
Dispersão na população	11	42%
Erro tolerável/nível de confiança	16	62%
Tamanho da população	20	77%
Outro (s)	1	4%

**Tabela 12 – Critérios para cálculo do tamanho da amostra**

Observa-se que das 26 sociedades de auditoria de Portugal inqueridas, 77% consideram como critério essencial para o cálculo do tamanho da amostra o tamanho da população, 62% o erro tolerável/nível de confiança, 42% a dispersão da população e 4% outro critério.

### **Amostragem Aleatória**

Previamente verificou-se que a utilização da amostragem aleatória tem uma ponderação menor face à amostragem determinística. As sociedades inquiridas defendem que a amostragem aleatória evita correr o risco de não auditar grupos de elementos da população com reduzida expressão numérica, cria um maior rigor com base estatística e facilita a obtenção dos objectivos.

### **Amostragem Determinística**

Considerando agora apenas as 24 sociedades que utilizam amostragem determinística nos testes substantivos, obtivemos a Tabela 13 relativa aos critérios considerados para seleccionar os elementos da amostra.

Crítérios para Seleccionar a Amostra	N.º Empresas	%
Materialidade	24	100%
Experiência do auditor	19	79%
Outro (s)	1	4%

**Tabela 13 – Critérios para seleccionar a amostra**

Com base no estudo realizado, apurou-se que as 24 sociedades consideram a materialidade como critério determinante, 79% a experiência do auditor e apenas 4% outro critério (risco inerente).

### 3.3.3.2.3 Aplicação da Técnica de Amostragem aos Testes de Controlo

Aplicação da Amostragem aos Testes Controlo	N.º Empresas	%
Sim	13	50%
Não	13	50%

**Tabela 14 – Aplicação da amostragem aos testes de controlo**

No nosso estudo concluímos que 50% das sociedades utilizam a amostragem nos testes de controlo e os outros 50% não utilizam.

As sociedades que aplicam a amostragem aos testes de controlo identificaram diversos motivos para a sua utilização:

- A dimensão da empresa auditada;
- A obtenção de uma análise à amostra representativa de operações nas diferentes áreas operacionais, que permite tirar conclusões com elevado grau de segurança do cumprimento (ou não) dos procedimentos de controlo interno vigentes na empresa e da necessidade de melhoria desses procedimentos, quando aplicável;
- Os testes de controlo deverão ser aplicados apenas na primeira auditoria realizada à empresa auditada, devendo a amostragem ser aleatória e abranger vários períodos.

### 3.3.3.2.4 Amostragem nos Programas de Auditoria

O estudo da amostragem nos programas de auditoria incidiu sobre duas vertentes: os testes aplicados e a utilização da amostragem por classe de contas. Assim, procuramos perceber que testes de auditoria e tipo de amostragem são utilizados em cada classe.

#### **Testes de Auditoria por Classe**

No que se refere aos potenciais testes de auditoria por classe (exame e contagem física, confirmação externas (circularização), reconciliação, exame de documentos originais, conferência de cálculos, inquéritos e observação) obtivemos os resultados apresentados nas Tabelas 15 e 16.

Teste de Auditoria	Classe							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Exame e contagem física	12	1	24	12	1	1	1	0
Confirmação externa (circularização)	18	26	2	2	2	1	1	0
Reconciliação	21	23	6	7	2	1	1	1
Exame de documentos originais	15	17	18	23	24	25	25	11
Conferência de cálculos	12	12	18	16	13	22	21	15
Inquéritos	7	6	9	8	9	11	11	3
Observação	7	7	20	19	5	8	7	4

**Tabela 15 – Testes de auditoria por classe (Número de sociedades)**

Teste de Auditoria	Classe							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Exame e contagem física	46%	4%	92%	46%	4%	4%	4%	0%
Confirmação externa (circularização)	69%	100%	8%	8%	8%	4%	4%	0%
Reconciliação	81%	88%	23%	27%	8%	4%	4%	4%
Exame de documentos originais	58%	65%	69%	88%	92%	96%	96%	42%
Conferência de cálculos	46%	46%	69%	62%	50%	85%	81%	58%
Inquérito	27%	23%	35%	31%	35%	42%	42%	12%
Observação	27%	27%	77%	73%	19%	31%	27%	15%

**Tabela 16 – Testes de auditoria por classe (Percentagem de sociedades)**

Podemos concluir que:

- Na Classe 1 – *Meios Financeiros Líquidos*, 81% das sociedades utilizam a reconciliação, 69% a circularização e 58% o exame de documentos originais.
- Na Classe 2 – *Contas a Receber e a Pagar*, 100% das sociedades utilizam a circularização, 88% a reconciliação e 65% o exame de documentos originais.
- Na Classe 3 – *Inventários e Activos Biológicos*, 92% das sociedades utilizam o exame e contagem física, 77% a observação e 69% o exame de documentos originais e a conferência de saldos.
- Na Classe 4 – *Investimentos*, 88% das sociedades utilizam o exame de documentos originais 62% a conferência de saldos e 46% o exame e contagem física.
- Na Classe 5 – *Capital, Reservas e Resultados Transitados*, 92% das sociedades utilizam o exame de documentos originais, 50% a conferência de cálculos e 35% o inquérito.



- Na Classe 6 – *Gastos*, 96% das sociedades utilizam o exame de documentos originais, 85% a conferência de cálculos e 42% o inquérito.
- Na Classe 7 – *Rendimentos*, 96% das sociedades utilizam o exame de documentos originais, 81% a conferência de cálculos e 42% o inquérito.
- Na Classe 8 – *Resultados*, 58% das sociedades utilizam a conferência de cálculos e 42% o exame de documentos originais; verifica-se ainda que os testes exame e contagem física e circularização, não são utilizados por nenhuma sociedade inquirida.

### Amostragem por Classe

Após apurarmos os potenciais testes mais utilizados por classe, identificamos os tipos de amostragem utilizados por classe, de modo a compreender qual o teste de auditoria que mais solicita a amostragem.

Amostragem por Classe				
Classe	Amostragem Aleatória	%	Amostragem Determinística	%
Classe 1 – Meios Financeiros Líquidos	3	25%	15	63%
Classe 2 - Contas a Receber e a Pagar	10	83%	20	83%
Classe 3 - Inventários e Activos Biológicos	10	83%	18	75%
Classe 4 – Investimentos	4	33%	18	75%
Classe 5 – Capital, Reservas e Resultados Transitados	3	25%	15	63%
Classe 6 – Gastos	12	100%	19	79%
Classe 7 – Rendimentos	12	100%	18	75%
Classe 8 - Resultados	3	25%	14	58%

**Tabela 17 – Amostragem por classe**

De acordo com Tabela 11 – *Tipo de amostragem*, 12 sociedades aplicam amostragem aleatória e 24 amostragem determinísticas. Assim concluímos que:

- A amostragem determinística aplica-se em proporção semelhante em todas as classes, mas sendo em maior percentagem na classe 2 (83%).

- A amostragem aleatória é aplicada na totalidade pelas sociedades nas classes 6 e 7 e, seguindo, nas Classes 2 e 3 (83%). As restantes classes fazem uma aplicação reduzida (33% na Classe 4 e 25% nas Classes 1, 5 e 8).

### 3.3.3.2.5 *Software* Aplicado à Amostragem

Anteriormente cada sociedade indicou o tipo de *software* que utiliza. Para tal, interessou efectuar uma análise aos critérios utilizados pelas 25 sociedades para seleccionarem o *software*: as etapas e as funções que permite realizar e a ponderação dada por cada sociedade à aplicação computacional.

### **Critério de Selecção do *Software***

Solicitamos às 25 sociedades inquiridas que ordenassem os critérios por ordem crescente de importância.

Critérios de Selecção do <i>Software</i>	Muito Importante		Importante		Pouco Importante		Sem Importancia	
A - Análise custo / benefício	10	40%	7	28%	4	16%	1	4%
B - Objectivo da auditoria	14	56%	3	12%	3	12%	1	4%
C - Complexidade dos dados	5	20%	8	32%	7	28%	0	0%
D - Facilidade de utilização do <i>software</i>	8	32%	7	28%	6	24%	0	0%
E - Limitações impostas pelo <i>software</i>	1	4%	5	20%	7	28%	5	20%
F - Apoio do fornecedor do <i>software</i>	2	8%	5	20%	5	20%	6	24%
G - Nível de risco da auditoria	4	16%	5	20%	6	24%	3	12%
H - Outro (s).	0	0%	0	0%	0	0%	4	16%

**Tabela 18 – Critérios de selecção do *software***

A Tabela 18 mostra que:

- A maioria das sociedades (56%) considera *Muito Importante* ter em conta o objectivo da auditoria e 40% a análise custo/benefício.
- A maioria das sociedades considera que é *Importante* ou mesmo *Muito Importante* ter em conta a facilidade de utilização do *software* (60%) e a complexidade dos dados (52%).

- Os outros critérios seguidos no inquérito são considerados de pouca importância.

### **Etapas de Utilização TAAC's**

Solicitou-se também que identificassem as etapas em que aplicam as técnicas de auditoria assistidas por computador.

Etapas de Utilização das TAAC's	N.º Empresas	%
Definição dos objectivos de utilização	15	60%
Determinação do conteúdo e da acessibilidade das bases de dados da organização	14	56%
Identificação dos dados específicos ou bases de dados a serem analisados	16	64%
Definição dos procedimentos e testes específicos a realizar com os dados	17	68%
Definição dos requisitos de saída /resultados esperados	13	52%
Disponibilização por parte dos responsáveis dos sistemas de informação, dos ficheiros e bases de dados relevantes para a auditoria com as características desejadas	10	40%
Documentação apropriada de utilização das TAAC's	10	40%
Análise dos resultados	15	60%
Outro (s)	0	0%

**Tabela 19 – Etapas de utilização das TAAC'S**

Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 19. Verifica-se que 68% das sociedades examinadas utilizam as TAAC's na definição de procedimentos e testes específicos a realizar com os dados, 64% na identificação dos dados específicos ou bases de dados a serem analisados, 60% na definição dos objectivos de utilização e a análise de resultados, 56% na determinação do conteúdo e da acessibilidade das bases de dados da organização, 52% na definição dos requisitos de saída/resultados esperados e 40% na disponibilização por parte dos responsáveis dos sistemas de informação, dos ficheiros e bases de dados relevantes para a auditoria com as características desejadas e a documentação apropriada de utilização das técnicas auditoria acompanhadas por computador.

## Funções do *Software*

Procurou-se também identificar as funções desempenhadas pelo *software*.

Funções do <i>Software</i>	N.º Empresas	%
Consulta de dados	20	80%
Estratificação de dados	17	68%
Extracção de amostras	16	64%
Identificação de <i>gaps</i>	15	60%
Análise estatística	14	56%
Cálculos complexos	12	48%
Detecção de duplicados	14	56%
Tabelas dinâmicas	11	44%
Outro (s)	1	4%

**Tabela 20 – Funções do *software***

Conforme se mostra na Tabela 20, o *software* é utilizado principalmente na consulta de dados (80%), seguido da estratificação de dados (68%), extracção de amostras (64%), identificação de *Gaps* (60%), análise estatística e a detecção de duplicados (56%), cálculos complexos (48%), tabelas dinâmicas (44%) e outra função (4%).

## Avaliação do *Software*

Finalmente, apresentamos a Tabela 21 que mostra o grau de satisfação das sociedades com o *software* utilizado.

Avaliação do <i>Software</i>	N.º Empresas	%
0 – Mau	0	0%
1 – Medíocre	1	4%
2 – Satisfatório	3	14%
3 – Bom	9	41%
4 – Muito Bom	7	32%
5 – Excelente	2	9%

**Tabela 21 – Avaliação do *software***

Os resultados obtidos correspondem a 22 respostas obtidas junto das 25 sociedades que utilizam uma aplicação computacional. Assim, concluímos que mais de um terço considera o *software* que utilizam *Muito Bom* ou *Excelente*, cerca de um terço *Bom* e 96% das sociedades estão pelo menos satisfeitas com o *software*.

### 3.4 Conclusão

O presente estudo demonstrou algumas características das sociedades de auditoria em Portugal e o relacionamento com o tipo de amostragem que praticam. Efectuou-se uma análise à aplicação da amostragem aos testes de auditoria, ao *software* utilizado e aos testes de auditoria aplicados aos programas de trabalho.

Como resultado do questionário enviado às 193 Sociedades de Revisores Oficiais de Contas de Portugal, obtivemos 26 respostas (13%). As respostas obtidas por correio normal correspondem a 18% do total de respostas e as obtidas por correio electrónico 12%.

Após a realização do estudo apurou-se que metade das respostas obtidas é proveniente de sociedades constituídas de uma a quatro pessoas, em que todas realizam trabalhos em auditoria financeira.

No que concerne à aplicação da amostragem em auditoria, retiramos as seguintes conclusões:

- As sociedades aplicam a amostragem nos trabalhos de auditoria, mas apenas 15% tem pessoal especializado em amostragem e um terço costuma pagar formação na área da amostragem aos seus empregados.
- A maior parte das sociedades preparam previamente os trabalhos que vão realizar na empresa auditada e planeiam a amostragem, definindo como fase de amostragem principal a selecção da amostra.
- A totalidade das sociedades aplica amostragem aos testes substantivos e apenas metade aplica aos testes de controlo.
- Na aplicação da amostragem aos testes substantivos, o tamanho da população é o critério mais utilizado para o cálculo do tamanho da amostra. Catorze sociedades utilizam a amostragem determinística e apenas duas aplicam a amostragem aleatória, exclusivamente. No entanto existem dez sociedades que aplicam ambos tipos (aleatória e determinística).

- A materialidade é o critério considerado determinante para a selecção da amostra.
- A “confirmação externa (circularização)” e a “reconciliação” são os testes de auditoria mais utilizados nas Classes 1 e 2; os testes “exame e contagem física” e a “observação” são os mais utilizados na Classe 3. As Classes 4, 5, 6, 7 e 8 têm em comum o “exame de documentos originais” e a “conferência de saldos” como sendo os testes mais utilizados. As classes que utilizam a amostragem com maior ponderação são as Classes 2, 6 e 7, logo a amostragem é mais aplicada à circularização, reconciliação, exame de documentos originais e à conferência de saldos.
- No que respeita à utilização de *software*, apenas uma sociedade não utiliza e as restantes utilizam, preferencialmente, o *Microsoft Excel* e *IDEA*. Para seleccionarem o *software*, as sociedades consideram mais importante o objectivo da auditoria, a análise custo/benefício e a complexidade de dados. A definição de procedimentos e testes específicos a realizar com os dados, a consulta de dados é a função mais usual por entre as técnicas de auditoria assistidas por computador. Por último 96% das SROC's avaliam positivamente o *software*.

Assim, conclui-se que as sociedades de auditoria em Portugal utilizam as técnicas computacionais na realização dos trabalhos de auditoria, com a ponderação do objectivo da auditoria e da análise custo/benefício, recorrendo principalmente ao *Microsoft Excel*.

## Capítulo 4 Ferramenta Computacional de Apoio à Auditoria

### 4.1 Introdução

A utilização de meios computacionais em auditoria facilita o trabalho do auditor, pelo que as sociedades de auditoria precisam de ponderar sobre o *software* que devem adquirir. A complexidade de muitas aplicações, nomeadamente ao nível do interface com os utilizadores, leva o auditor a despendar horas de formação para o compreender e o custo, quer de aquisição quer de manutenção, pode ser demasiado elevado para as sociedades suportarem. Assim, as sociedades procuram adquirir um *software* acessível, ou seja, de fácil utilização e de custos reduzidos.

As sociedades de auditoria têm uma variedade de *software*, no mercado, para seleccionarem. No entanto, tal como discutido no Capítulo 3, quanto maior a dimensão das sociedades, maior é a variedade de ferramentas computacionais que adquirem, de modo a que se complementem entre si. Por outro lado, quanto menor a dimensão da sociedade, o *software* utilizado tende a ser mais elementar e em menor número.

Cerca de um terço das sociedades inquiridas utilizam o *Microsoft Excel*. É um meio computacional de fácil acesso, conhecido da maioria das pessoas e relativamente poderoso e flexível. Esta ferramenta é conhecida como sendo um dos aplicativos mais populares de computador até hoje, proporcionando capacidade de cálculos e de construção de gráficos e ainda interface com outros programas.

Considerando os factos apresentados, o presente capítulo tem por objectivo apresentar uma aplicação de amostragem em auditoria utilizando o *Microsoft Excel*.

### 4.2 Metodologia

No Capítulo 3 verificamos que 12 sociedades de auditoria utilizam a amostragem aleatória, sendo este tipo de amostragem aplicado mais intensamente nas Classes 2, 3, 6 e 7. Assim, neste capítulo identificamos um problema tipo, por cada uma destas classes de contas, e posteriormente, com um extracto fictício de conta da Classe 6 – *Gastos*, fizemos uma demonstração de possível aplicação no *Microsoft Excel*, com extracção de amostras aleatórias.

Para realizar este trabalho, recorreremos aos apontamentos da disciplina *Métodos de Amostragem* do Mestrado em Auditoria do ISCAP (Pedrosa & Lopes, 2010) e ao manual *Introdução Computacional à Probabilidade e Estatística* (Pedrosa & Gama, 2007).

#### **4.3 Problemas Tipo para Aplicação Computacional**

Para analisar as contas de uma empresa de grande dimensão, o auditor tem de escolher uma amostra representativa da população.

Como referimos ao longo desta dissertação, o auditor executa diferentes tipos de tarefas. Assim, identificamos um problema tipo para cada uma das Classes 2, 3, 6 e 7, problemas esses bastantes comuns em auditoria. Seleccionamos um deles e desenvolvemos uma aplicação em *Microsoft Excel* para simular um processo de amostragem.

##### **Classe 2 – Contas a Receber e a Pagar**

Nesta classe é frequente a necessidade do auditor verificar que o saldo da conta de clientes, em 31 de Dezembro do ano  $n$ , está correcto. Com esse objectivo, pode ser conveniente realizar um teste de circularização que consiste em enviar cartas para confirmação de saldos a alguns clientes seleccionados aleatoriamente. Assim, do conjunto de todos os clientes, o auditor terá de seleccionar uma amostra aleatória, por exemplo, seleccionar 50 de 1000 clientes existentes no balancete analítico.

##### **Classe 3 – Inventários e Activos Biológicos**

Um problema tipo da Classe 3 – *Inventários e Activos Biológicos*, consiste em realizar um exame e contagem física dos materiais existentes no armazém da empresa. O auditor solicita à empresa auditada uma listagem do *stock* e selecciona aleatoriamente algum ou alguns dos materiais para análise.



## **Classe 6 – Gastos**

O problema tipo que identificamos e descrevemos, neste caso, consiste na necessidade do auditor analisar um conjunto de documentos originais da Classe 6 – *Gastos*. Com base no balancete fornecido pela empresa auditada, o auditor identifica os valores mais elevados e relevantes da Conta 62 – *Fornecimentos e Serviços Externos* e solicita um extracto da subconta que pretende analisar. Por exemplo, pode supor-se que pretende: (i) analisar as refeições com clientes da Conta 62.6.6.1. – *Despesas de Representação*, com um total de 90 movimentos, e (ii) seleccionar aleatoriamente 15 deles.

## **Classe 7 – Rendimentos**

Finalmente, o problema tipo da Classe 7 – *Rendimentos* consiste, tal como na Classe 6, na necessidade do auditor analisar alguns documentos originais. Para o efeito, por exemplo, deverá seleccionar aleatoriamente 10 de 50 movimentos da Conta 79 – *Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares*.

### **4.4 Aplicação Computacional**

Em todos os problemas tipo que identificamos vamos sempre seleccionar um subconjunto de uma lista de movimentos. Por isso, do ponto de vista computacional, os problemas são semelhantes. Assim, escolhemos um dos problemas tipo, o mencionado na Classe 6 – *Gastos*, mas a solução desenvolvida é aplicável a qualquer um dos outros problemas tipo.

O *Microsoft Excel* permite efectuar uma selecção dos elementos de uma população. Começamos por considerar a base de dados que mostramos parcialmente na Figura 1 e que se mostra no anexo IV na totalidade.

<b>Extracto Conta - Despesas de Representação (Refeições com Clientes)</b>						
<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Diário</b>	<b>N.º Doc.</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>	<b>Saldo</b>
06-01-2010	V/Factura 01/01	2	1	58.10	0.00	58.10
11-01-2010	V/Factura 01/02	2	2	115.35	0.00	173.45
18-01-2010	V/Factura 01/03	6	3	137.30	0.00	310.75
22-01-2010	V/Factura 01/04	1	4	8.80	0.00	319.55
22-01-2010	V/Factura 01/05	2	5	76.20	0.00	395.75
26-01-2010	V/Factura 01/06	2	6	61.20	0.00	456.95
27-01-2010	V/Factura 01/07	1	7	19.70	0.00	476.65
27-01-2010	V/Factura 01/08	2	8	83.45	0.00	560.10
29-01-2010	V/Factura 01/09	2	9	90.70	0.00	650.80
03-02-2010	V/Factura 01/10	2	10	128.00	0.00	778.80
15-02-2010	V/Factura 01/11	6	11	314.50	0.00	1 093.30
15-02-2010	V/Factura 01/12	6	12	63.45	0.00	1 156.75
23-02-2010	V/Factura 01/13	2	13	73.25	0.00	1 230.00
02-03-2010	V/Factura 01/14	2	14	86.60	0.00	1 316.60
03-03-2010	V/Factura 01/15	2	15	74.25	0.00	1 390.85
05-03-2010	V/Factura 01/16	2	16	308.00	0.00	1 698.85
17-12-2010	V/Factura 01/86	6	86	202.90	0.00	9 502.39
18-12-2010	V/Factura 01/87	2	87	103.60	0.00	9 605.99
27-12-2010	V/Factura 01/88	2	88	66.45	0.00	9 672.44
29-12-2010	V/Factura 01/89	2	89	132.85	0.00	9 805.29
29-12-2010	V/Factura 01/90	2	90	127.60	0.00	9 932.89
<b>Total</b>				<b>9 932.89</b>	<b>0.00</b>	<b>9 932.89</b>

**Figura 1 – Base de dados da aplicação**

A base de dados ilustrada na Figura 1 é referente ao extracto da subconta *Refeições com Clientes*. Cada registo diz respeito a uma factura e contém a data da factura, a descrição, o diário da contabilidade (diário de fornecedores, de bancos e/ou de caixa), o número contabilístico atribuído pelo *software* utilizado pela contabilidade e o valor do documento.

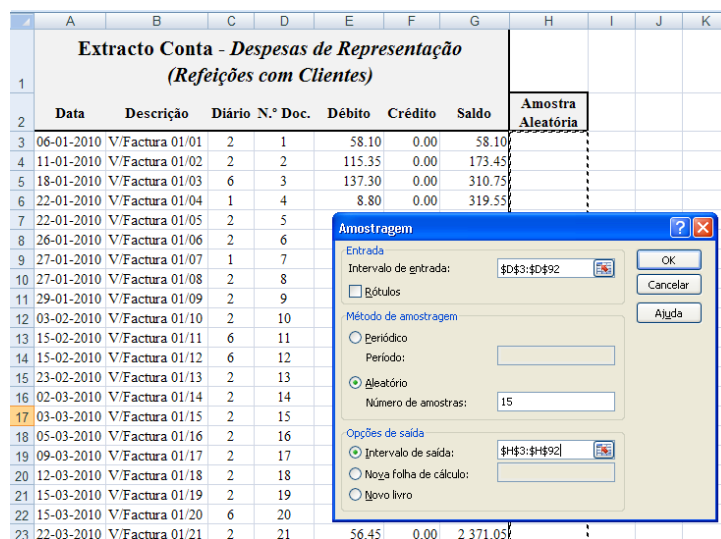
Com base neste extracto, o auditor pretende seleccionar aleatoriamente 15 dos 90 movimentos para verificação dos documentos originais. Considera o número do documento contabilístico associado a cada factura para obter a amostra pretendida.

#### 4.4.1 Amostragem Aleatória Simples com Reposição

Na amostragem aleatória simples com reposição cada elemento pode entrar uma, duas ou  $n$  vezes na amostra.

Com a base de dados identificada executa-se seguintes passos, no *Microsoft Excel*, conforme se mostra na Figura 2.

1. *Botão do Office – Opções do Excel – Suplementos do Excel – Botão Ir – Seleccionar todos os suplementos disponíveis.*
2. *Seleccionar a ferramenta Amostragem (Dados – Análise de Dados – Amostragem).*



**Figura 2 – Amostra aleatória simples com reposição**

3. Preencher a janela.
  - No *Intervalo de entrada* indicamos as células com os números de contabilidade de cada factura (D3 a D92).
  - No *Método de amostragem* identificamos o número de elementos da amostra que pretendemos obter (15).
  - Na *Opção de saída* indicamos a coluna H, onde aparecem os resultados do processo de extracção da amostra.

4. Clicar *OK*.

Os números de documentos contabilísticos seleccionados para o auditor analisar são: 4, 29, 32, 37, 39, 56, 62, 69, 77, 78, 82, 85, e 90, conforme se mostra na Figura 3.

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	<b>Extracto Conta - Despesas de Representação (Refeições com Clientes)</b>							
2	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Diário</b>	<b>N.º Doc.</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>	<b>Saldo</b>	<b>Amostra Aleatória</b>
3	06-01-2010	V/Factura 01/01	2	1	58.10	0.00	58.10	29
4	11-01-2010	V/Factura 01/02	2	2	115.35	0.00	173.45	56
5	18-01-2010	V/Factura 01/03	6	3	137.30	0.00	310.75	32
6	22-01-2010	V/Factura 01/04	1	4	8.80	0.00	319.55	85
7	22-01-2010	V/Factura 01/05	2	5	76.20	0.00	395.75	56
8	26-01-2010	V/Factura 01/06	2	6	61.20	0.00	456.95	82
9	27-01-2010	V/Factura 01/07	1	7	19.70	0.00	476.65	62
10	27-01-2010	V/Factura 01/08	2	8	83.45	0.00	560.10	77
11	29-01-2010	V/Factura 01/09	2	9	90.70	0.00	650.80	78
12	03-02-2010	V/Factura 01/10	2	10	128.00	0.00	778.80	69
13	15-02-2010	V/Factura 01/11	6	11	314.50	0.00	1 093.30	32
14	15-02-2010	V/Factura 01/12	6	12	63.45	0.00	1 156.75	37
15	23-02-2010	V/Factura 01/13	2	13	73.25	0.00	1 230.00	90
16	02-03-2010	V/Factura 01/14	2	14	86.60	0.00	1 316.60	4
17	03-03-2010	V/Factura 01/15	2	15	74.25	0.00	1 390.85	39
18	05-03-2010	V/Factura 01/16	2	16	308.00	0.00	1 698.85	

**Figura 3 – Extracção da amostra aleatória simples com reposição**

Uma outra opção para obter esta amostra é a utilização da função ALEATÓRIOENTRE ().

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	<b>Extracto Conta - Despesas de Representação (Refeições com Clientes)</b>											
2	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Diário</b>	<b>N.º Doc.</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>	<b>Saldo</b>	<b>Amostra Aleatória</b>				
3	06-01-2010	V/Factura 01/01	2	1	58.10	0.00	=ALEATÓRIOENTRE(1;90)					
4	11-01-2010	V/Factura 01/02	2	2	115.35	0.00	173.45					
5	18-01-2010	V/Factura 01/03	6	3	137.30	0.00	310.75					
6	22-01-2010	V/Factura 01/04	1	4	8.80	0.00	319.55					
7	22-01-2010	V/Factura 01/05	2	5	76.20	0.00	395.75					
8	26-01-2010	V/Factura 01/06	2	6	61.20	0.00	456.95					
9	27-01-2010	V/Factura 01/07	1	7	19.70	0.00	476.65					
10	27-01-2010	V/Factura 01/08	2	8	83.45	0.00	560.10					
11	29-01-2010	V/Factura 01/09	2	9	90.70	0.00	650.80					
12	03-02-2010	V/Factura 01/10	2	10	128.00	0.00	778.80					
13	15-02-2010	V/Factura 01/11	6	11	314.50	0.00	1 093.30					
14	15-02-2010	V/Factura 01/12	6	12	63.45	0.00	1 156.75					
15	23-02-2010	V/Factura 01/13	2	13	73.25	0.00	1 230.00					
16	02-03-2010	V/Factura 01/14	2	14	86.60	0.00	1 316.60					
17	03-03-2010	V/Factura 01/15	2	15	74.25	0.00	1 390.85					
18	05-03-2010	V/Factura 01/16	2	16	308.00	0.00	1 698.85					
19	09-03-2010	V/Factura 01/17	2	17	75.70	0.00	1 774.55					
20	12-03-2010	V/Factura 01/18	2	18	86.10	0.00	1 860.65					
21	15-03-2010	V/Factura 01/19	2	19	86.05	0.00	1 946.70					

**Figura 4 – Função ALEATÓRIOENTRE()**

Esta ferramenta é mais simples que a anterior porque apenas se insere o valor *Inferior* (o menor número contabilístico) e o valor *Superior* (o maior número contabilístico), ou seja, 1 e 90, respectivamente. Obtém-se a amostra aleatória exibida na Figura 5.

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	<b>Extracto Conta - Despesas de Representação (Refeições com Clientes)</b>							
2	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Diário</b>	<b>N.º Doc.</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>	<b>Saldo</b>	<b>Amostra Aleatória</b>
3	06-01-2010	V/Factura 01/01	2	1	58.10	0.00	58.10	11
4	11-01-2010	V/Factura 01/02	2	2	115.35	0.00	173.45	89
5	18-01-2010	V/Factura 01/03	6	3	137.30	0.00	310.75	56
6	22-01-2010	V/Factura 01/04	1	4	8.80	0.00	319.55	2
7	22-01-2010	V/Factura 01/05	2	5	76.20	0.00	395.75	79
8	26-01-2010	V/Factura 01/06	2	6	61.20	0.00	456.95	85
9	27-01-2010	V/Factura 01/07	1	7	19.70	0.00	476.65	89
10	27-01-2010	V/Factura 01/08	2	8	83.45	0.00	560.10	11
11	29-01-2010	V/Factura 01/09	2	9	90.70	0.00	650.80	72
12	03-02-2010	V/Factura 01/10	2	10	128.00	0.00	778.80	30
13	15-02-2010	V/Factura 01/11	6	11	314.50	0.00	1 093.30	23
14	15-02-2010	V/Factura 01/12	6	12	63.45	0.00	1 156.75	38
15	23-02-2010	V/Factura 01/13	2	13	73.25	0.00	1 230.00	2
16	02-03-2010	V/Factura 01/14	2	14	86.60	0.00	1 316.60	11
17	03-03-2010	V/Factura 01/15	2	15	74.25	0.00	1 390.85	24
18	05-03-2010	V/Factura 01/16	2	16	308.00	0.00	1 698.85	

**Figura 5 – Extracção da amostra aleatória simples com reposição**

Os números de documentos contabilísticos seleccionados para o auditor analisar forma neste caso 2, 11, 23, 24, 30, 38, 56, 72, 79, 85 e 89.

#### 4.4.2 Amostragem Aleatória Simples sem Reposição

Na amostragem aleatória simples sem reposição cada elemento da população tem mesma probabilidade de ser escolhido para a amostra.

Para extracção da amostra, o *Excel* disponibiliza uma ferramenta que gera números aleatórios. Como mostra a Figura 6, na coluna H, é atribuído a cada registo um número aleatório, entre 0 e 1. De seguida serão ordenados os registos usando como critério os números aleatórios atribuídos e assim escolhemos os primeiros 15 documentos.

Na mesma base de dados executamos os seguintes passos:

1. Seleccionar a ferramenta *Geração de Número Aleatório (Dados – Análise de Dados – Geração de Número Aleatório)*.



**Figura 6 – Amostra aleatória simples sem reposição**

2. Preencher a janela.
  - Deve indicar-se “1” no *Número de variáveis*. Como tem 90 registos, pretendemos gerar 90 números aleatórios.
  - A ferramenta *Geração de Número Aleatório* atribui a cada registo um número aleatório entre 0 e 1.
  - O *Intervalo de saída* é a coluna em que queremos que seja apresentada a solução, a coluna H.
3. Clicar *OK*. Obtemos o resultado mostrado na Figura 7.

	A	B	C	D	E	F	G	H
	<b>Extracto Conta - Despesas de Representação</b> <b>(Refeições com Clientes)</b>							
1								
2	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Diário N.º Doc.</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>	<b>Saldo</b>		<b>Número aleatório atribuído</b>
3	17-06-2010	V/Factura 01/50	1 1	550.40	0.00	550.40		0.127292703
4	02-03-2010	V/Factura 01/14	2 2	86.60	0.00	637.00		0.671864986
5	17-05-2010	V/Factura 01/39	6 3	32.05	0.00	669.05		0.15213477
6	27-01-2010	V/Factura 01/08	1 4	83.45	0.00	752.50		0.668691061
7	19-11-2010	V/Factura 01/79	2 5	14.40	0.00	766.90		0.762596515
8	15-06-2010	V/Factura 01/48	2 6	61.70	0.00	828.60		0.432508316
9	03-03-2010	V/Factura 01/15	1 7	74.25	0.00	902.85		0.487197485
10	11-01-2010	V/Factura 01/02	2 8	115.35	0.00	1 018.20		0.14496292
11	15-03-2010	V/Factura 01/20	2 9	367.00	0.00	1 385.20		0.228217414
12	07-09-2010	V/Factura 01/65	2 10	73.30	0.00	1 458.50		0.610431227
13	28-05-2010	V/Factura 01/46	6 11	87.20	0.00	1 545.70		0.686056093
14	11-08-2010	V/Factura 01/59	6 12	48.30	0.00	1 594.00		0.771477401
15	29-01-2010	V/Factura 01/09	2 13	90.70	0.00	1 684.70		0.076601459
16	16-11-2010	V/Factura 01/77	2 14	267.95	0.00	1 952.65		0.242591632
17	26-01-2010	V/Factura 01/06	2 15	61.20	0.00	2 013.85		0.142948698
18	19-04-2010	V/Factura 01/33	2 16	25.30	0.00	2 039.15		0.411511582
19	06-08-2010	V/Factura 01/57	2 17	48.30	0.00	2 087.45		0.671712394
20	07-12-2010	V/Factura 01/83	2 18	50.70	0.00	2 138.15		0.007110813
21	03-09-2010	V/Factura 01/63	2 19	39.55	0.00	2 177.70		0.236976226
22	07-06-2010	V/Factura 01/47	6 20	54.60	0.00	2 232.30		0.747703482
23	16-11-2010	V/Factura 01/76	2 21	225.25	0.00	2 457.55		0.368358409

**Figura 7 – Extracção da amostra aleatória simples sem reposição**

Sendo este processo de *Geração de Números Aleatórios* um processo volátil, isto é, os números aleatórios são recalculados de cada vez que se feche e abra o documento do *Excel* ou que se alterem valores na folha de cálculo. Devemos, então, copiar os dados inicialmente gerados para uma coluna e guardá-los.

A função *Colar* tem uma opção especial que possibilita que os números aleatórios copiados não se alterem, permitindo assim, futuramente, verificar quais os números aleatórios gerados para obtenção da amostra.

Para tal, efectuamos o seguinte procedimento:

1. *Copiar* a coluna H – número aleatório atribuído
2. Seleccionar uma coluna de destino (coluna I).
3. Seleccionar *Colar – Colar Especial*.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	<b>Extracto Conta - Despesas de Representação</b> <b>(Refeições com Clientes)</b>								
2	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Diário N.º Doc.</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>	<b>Saldo</b>	<b>Número aleatório atribuído</b>	<b>Número aleatório</b>	
3	17-06-2010	V/Factura 01/50	1 1	550.40	0.00	550.40	0.127292703		
4	02-03-2010	V/Factura 01/14	2 2	86.60	0.00	637.00	0.671864986		
5	17-05-2010	V/Factura 01/39	6 3	32.05	0.00	669.05	0.15213477		
6	27-01-2010	V/Factura 01/08	1						
7	19-11-2010	V/Factura 01/79	2						
8	15-06-2010	V/Factura 01/48	2						
9	03-03-2010	V/Factura 01/15	1						
10	11-01-2010	V/Factura 01/02	2						
11	15-03-2010	V/Factura 01/20	2						
12	07-09-2010	V/Factura 01/65	2						
13	28-05-2010	V/Factura 01/46	6						
14	11-08-2010	V/Factura 01/59	6						
15	29-01-2010	V/Factura 01/09	2						
16	16-11-2010	V/Factura 01/77	2						
17	26-01-2010	V/Factura 01/06	2						
18	19-04-2010	V/Factura 01/33	2						
19	06-08-2010	V/Factura 01/57	2						
20	07-12-2010	V/Factura 01/83	2						
21	03-09-2010	V/Factura 01/63	2						
22	07-06-2010	V/Factura 01/47	6 20	54.60	0.00	2 232.30	0.747703482		

**Figura 8 – Colar especial**

Logo que gerado o número aleatório, faz-se a ordenação (ascendente ou descendente) dos registos, usando como critérios os números aleatórios atribuídos, copiados para a coluna I designada por número aleatório.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	<b>Extracto Conta - Despesas de Representação</b> <b>(Refeições com Clientes)</b>									
2	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Diário N.º Doc.</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>	<b>Saldo</b>	<b>Número aleatório atribuído</b>	<b>Número aleatório</b>		
3	17-06-2010	V/Factura 01/50	1 1	550.40	0.00	550.40	0.851039155	0.127292703		
4	02-03-2010	V/Factura 01/14	2 2	86.60	0.00	637.00	0.943968017	0.671864986		
5	17-05-2010	V/Factura 01/39	6 3	32.05	0.00	669.05	0.343882565	0.15213477		
6	27-01-2010	V/Factura 01/08	1 4	83.45	0.00	752.50	0.740348521	0.668691061		
7	19-11-2010	V/Factura 01/79	2 5	14.40	0.00	766.90	0.365306558	0.762596515		
8	15-06-2010	V								
9	03-03-2010	V								
10	11-01-2010	V								
11	15-03-2010	V								
12	07-09-2010	V								
13	28-05-2010	V								
14	11-08-2010	V								
15	29-01-2010	V								
16	16-11-2010	V								
17	26-01-2010	V								
18	19-04-2010	V								
19	06-08-2010	V								
20	07-12-2010	V								
21	03-09-2010	V								
22	07-06-2010	V/Factura 01/47	6 20	54.60	0.00	2 232.30	0.452864162	0.747703482		
23	16-11-2010	V/Factura 01/76	2 21	225.25	0.00	2 457.55	0.058412427	0.368358409		

**Figura 9 – Processo de ordenação dos números aleatórios**

A ordenação dos registos pelo número aleatório gerado foi realizada de forma indicada na Figura10 e na ordem seguinte.

1. Seleccionar *Dados – Ordenar*.



2. Ordenar na coluna I – número aleatório, do mais pequeno para o maior.
3. Clicar OK.
4. Seleccionar os 15 primeiros registos.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	<b>Extracto Conta - Despesas de Representação (Refeições com Clientes)</b>								
2	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Diário</b>	<b>N.º Doc.</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>	<b>Saldo</b>	<b>Número aleatório atribuído</b>	<b>Número aleatório</b>
3	07-12-2010	V/Factura 01/83	2	50	50.70	0.00	50.70	0.020111698	0.007110813
4	21-05-2010	V/Factura 01/42	2	14	118.10	0.00	168.80	0.677571947	0.011352886
5	09-03-2010	V/Factura 01/17	2	39	75.70	0.00	244.50	0.805383465	0.026886807
6	17-12-2010	V/Factura 01/86	1	8	202.90	0.00	447.40	0.488998077	0.053529466
7	29-01-2010	V/Factura 01/09	2	79	90.70	0.00	538.10	0.632282479	0.076601459
8	22-03-2010	V/Factura 01/21	2	48	56.45	0.00	594.55	0.435285501	0.080507828
9	16-04-2010	V/Factura 01/31	6	15	32.53	0.00	627.08	0.352336192	0.086428419
10	31-03-2010	V/Factura 01/24	2	2	189.34	0.00	816.42	0.18039491	0.092287973
11	15-07-2010	V/Factura 01/55	1	20	159.00	0.00	975.42	0.970732749	0.106112857
12	05-03-2010	V/Factura 01/16	2	65	308.00	0.00	1 283.42	0.973357341	0.106906339
13	24-03-2010	V/Factura 01/22	2	46	80.60	0.00	1 364.02	0.991271706	0.123538926
14	17-06-2010	V/Factura 01/50	1	59	550.40	0.00	550.40	0.851039155	0.127292703
15	26-01-2010	V/Factura 01/06	2	9	61.20	0.00	611.60	0.249244667	0.142948698
16	11-01-2010	V/Factura 01/02	2	77	115.35	0.00	726.95	0.778557695	0.14496292
17	17-05-2010	V/Factura 01/39	6	6	32.05	0.00	759.00	0.343882565	0.15213477

**Figura 10 – Ordenação ascendente dos números aleatórios gerados**

Os números de documentos contabilísticos seleccionados para o auditor analisar foram o 2, 6, 8, 9, 14, 15, 20, 39, 46, 48, 50, 59, 65, 77 e 79.

Uma outra opção para obter esta amostra é a utilização da função ALEATÓRIO ().

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	<b>Extracto Conta - Despesas de Representação (Refeições com Clientes)</b>							
2	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Diário</b>	<b>N.º Doc.</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>	<b>Saldo</b>	<b>Número aleatório atribuído</b>
3	06-01-2010	V/Factura 01/01	2	1	58.10	0.00	58.10	=ALEATÓRIO()
4	11-01-2010	V/Factura 01/02	2	2	115.35	0.00	173.45	
5	18-01-2010	V/Factura 01/03	6	3	137.30	0.00	310.75	
6	22-01-2010	V/Factura 01/04	1	4	8.80	0.00	319.55	
7	22-01-2010	V/Factura 01/05	2	5	76.20	0.00	395.75	
8	26-01-2010	V/Factura 01/06	2					
9	27-01-2010	V/Factura 01/07	2					
10	27-01-2010	V/Factura 01/08	2					
11	29-01-2010	V/Factura 01/09	2					
12	03-02-2010	V/Factura 01/10	2					
13	15-02-2010	V/Factura 01/11	6					
14	15-02-2010	V/Factura 01/12	6					
15	23-02-2010	V/Factura 01/13	2					
16	02-03-2010	V/Factura 01/14	2	14	86.60	0.00	1 316.60	
17	03-03-2010	V/Factura 01/15	2	15	74.25	0.00	1 390.85	
18	05-03-2010	V/Factura 01/16	2	16	308.00	0.00	1 698.85	
19	09-03-2010	V/Factura 01/17	2	17	75.70	0.00	1 774.55	

**Figura 11 – Função ALEATÓRIO()**

A função ALEATÓRIO() tem o mesmo efeito que o processo indicado anteriormente de *Geração de Número Aleatório*, sendo contudo de mais fácil utilização.

O processo de *colar – colar especial e ordenar* usado na *Geração de Número Aleatório* é aplicável da mesma forma nesta função.

#### **4.5 Conclusão**

De acordo com o objectivo definido, desenvolveu-se ao longo do Capítulo 4, uma aplicação em *Microsoft Excel*, para examinar as contas de uma empresa.

Podemos verificar que o *Excel* é um recurso de fácil utilização e que pode ser utilizado em problemas distintos quando se pretender seleccionar uma amostra aleatória a partir de uma lista de documentos.

Do ponto de vista do utilizador, o *Excel* tem um grau de exigência reduzido, é de fácil acesso, simples interpretação e conhecido pelo seu interface com outros tipos de *software*.

Sendo as técnicas de auditoria assistidas por computador fundamentais no trabalho do auditor, o *Excel* é, sem dúvida, uma ferramenta a considerar neste tipo de tarefas.

## Capítulo 5 Conclusão

As demonstrações financeiras divulgadas pelas empresas visam informar uma diversidade de utilizadores como, por exemplo, os investidores, financiadores e fornecedores. O parecer que o auditor emite credibiliza as demonstrações financeiras, pelo que responsabiliza o auditor perante os utilizadores. Assim, a independência dos auditores é uma característica chave do processo de auditoria.

Ao emitir a opinião, o auditor menciona se as demonstrações financeiras, sujeitas a exame, representam adequadamente, no seu todo, a posição económica, financeira e patrimonial das empresas auditadas, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as legislações vigentes à data de preparação.

Os procedimentos que o auditor efectua para chegar a uma opinião baseiam-se em testes de controlo e testes substantivos, utilizando a técnica da amostragem. A elaboração de um planeamento adequado permite assegurar que é dada uma atenção apropriada a áreas importantes da auditoria, que potenciais problemas são identificados e resolvidos tempestivamente e que o trabalho de auditoria é devidamente organizado e gerido a fim de ser realizado de uma forma eficaz e eficiente.

A abordagem efectuada aos programas de trabalho permitiu identificar algumas das tarefas do auditor, demonstrando a importância do planeamento prévio na execução das tarefas do auditor. Sendo estas tarefas em número elevado e cada uma delas envolvendo um número de documentos extenso, o recurso à amostragem é quase que obrigatório.

O inquérito efectuado demonstrou algumas características das sociedades de auditoria de Portugal e em particular a sua utilização das técnicas de amostragem. Analisou-se detalhadamente a aplicação da amostragem aos testes de auditoria, o *software* utilizado e os testes de auditoria aplicados aos programas de trabalho.

Foram enviados 193 questionários (144 por correio electrónico e 49 por correio normal) às SROC's de Portugal, tendo sido obtidas 26 respostas (13%), das quais 18% por correio normal e 12% por correio electrónico.

A análise das respostas permite concluir que as SROC's inquiridas são constituídas de uma a quatro pessoas e que todas as sociedades realizam trabalhos em auditoria financeira.

Todas as SROC's aplicam a amostragem nos trabalhos de auditoria, sendo a amostragem determinística utilizada por catorze das sociedades e a amostragem aleatória por apenas duas. No entanto existem dez sociedades que utilizam ambos os tipos. Pode-se concluir ainda que as sociedades de auditoria em Portugal utilizam ferramentas computacionais na realização dos trabalhos de auditoria recorrendo principalmente ao *Microsoft Excel*.

Desenvolvemos também uma aplicação computacional no *Microsoft Excel*, que tem por objectivo ilustrar a aplicação da amostragem em auditoria. O *Microsoft Excel* é uma ferramenta de custo reduzido e relativamente simples de se usar que facilita a extracção de amostras aleatórias de uma população, com ou sem reposição.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. C. (2003). *Auditoria: um curso moderno e completo*, São Paulo, Atlas S.A.

ARKIN, Herbert (1974). *Handbook of Sampling for Auditing and Accounting*, 2ª Edição, New York, McGraw-Hill.

BOAVENTURA, Edivaldo M. (2004). *Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação, tese*, São Paulo, Atlas.

CEREJEIRA, Leonardo de (1997). *Técnicas de Amostragem em Auditoria*, 2ª Edição, Lisboa, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI).

CARMELO, Sérgio Paulo Pereira (2006). Amostragem em Revisão/Auditoria – Uma aplicação prática do método PPS. *Revisores & Empresas*, 28 (1), 28–32 . Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

COSTA, Carlos Baptista da (2010). *Auditoria Financeira: Teoria & Prática*, 9ª Edição, Lisboa, Rei dos Livros.

CUNHA, Paulo Roberto da (2005). *Técnicas de amostragem aplicadas pelas empresas de auditoria independente estabelecidas em Santa Catarina*. Dissertação de mestrado, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC, Brasil.

FERREIRA, Ricardo J. (2009). *Manual de Auditoria*, 7ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Ferreira.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto (2000). *Auditoria Contábil: Normas de Auditoria, Procedimentos e Papéis de trabalho, Programas de Auditoria, Relatórios de Auditoria*, 3ª Edição, S. Paulo, Editora Atlas S.A.

GUY, Dan M.; WHITTINGTON, O. Ray; CARMICHAEL, Douglas R. (2002). *Audit Sampling: An Introduction*, 5ª Edição, New York, AICPA.

MONTEIRO, Daniela; PONTES, Sérgio (2002). *Controlo, Risco e Amostragem em Auditoria*, Lisboa, Editora Vislis.

PEDROSA, António Carvalho; GAMA, Sílvio Marques A. (2007). *Introdução Computacional à Probabilidade e Estatística*, 2ª Edição, Porto, Porto Editora.

PEDROSA, António Carvalho; LOPES, Ana Paula (2010). *Apontamentos da disciplina de Métodos de Amostragem*, ISCAP, Porto.

Ordem Técnicos Oficiais de Contas (2010). *Contabilidade & Gestão – Revista Científica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas* – n.º 9 Março, Lisboa.

RODRIGUES, João (2009). *Sistema de Normalização Contabilístico Explicado*, Porto, Porto Editora.

RODRIGUES, Luís Silva (2010). *Apontamentos da disciplina Auditoria dos Sistemas de Informação*, Porto.

Tribunal de Contas de Portugal (1999). *Manual de Auditoria e de Procedimentos*, Volume I e Anexo I, Lisboa, Portugal.

### **Normativo:**

*Diário da República*, 1.ª série — N.º 2 — 3 de Janeiro de 2008 (2008). Portaria n.º 8/2008 de 3 de Janeiro.

*Diário da República*, 2.ª série — N.º 173 — 7 de Setembro de 2009 (2009). Aviso n.º 15655/2009 de 7 de Setembro.

*Diário da República, 1.ª série — N.º 175 — 9 de Setembro de 2009* (2009). Portaria n.º 1011/2009 de 9 de Setembro.

*Diário da República, 1.ª série — N.º 178 — 14 de Setembro de 2009* (2009). Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

*Diário da República, 1.ª série — N.º 245 — 21 de Dezembro de 2010* (2010). Portaria n.º 1298/2010 de 21 de Dezembro .

### **Páginas de Web:**

b-on – Biblioteca do Conhecimento Online. Web. <<http://www.b-on.pt/>>

Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria. Web. <<http://www.cnsa.pt>>

INFOCONTA – Informações de Contabilidade. Web. <<http://www.infocontab.com.pt>>

ISA - International Accounting Standard. Web. < <http://www.ifac.org/>>

Tribunal de Contas de Portugal. Web. <<http://www.tcontas.pt>>

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Web. <<http://www.oroc.pt>>

Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Web. <<http://www.otoc.pt>>

Portal das Finanças. Web. <<http://www.portaldasfinancas.gov.pt>>

RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. Web. <<http://www.rcaap.pt/>>

## Glossário

**Amostra:** É um subconjunto finito da população. (Pedrosa e Gama, 2007)

**Amostra Representativa:** Amostra cujas características são específicas da população (universo) de que provém e cujos resultados dos testes podem ser extrapolados ao total dessa população. (Tribunal de Contas de Portugal, 1999)

**Amostragem:** É uma técnica de selecção de elementos de uma população para se estimar propriedades e características da população. (Pedrosa e Gama, 2007)

**Amostragem Aleatória:** É um método de amostragem em que cada elemento da população tem uma probabilidade conhecida de ser seleccionado para a amostra. (Pedrosa e Gama, 2007)

**Amostragem Aleatória Simples com Reposição:** Amostragem aleatória em que cada elemento da população pode entrar mais do que uma vez na amostra. (Pedrosa e Gama, 2007)

**Amostragem Aleatória Simples sem Reposição:** Amostragem aleatória em que cada elemento da população só pode entrar uma vez na amostra. (Pedrosa e Gama, 2007)

**Amostragem Determinística:** É um método de amostragem em que a opinião e a experiencia individual são usadas para identificar os elementos da população a incluir na amostra. (Pedrosa e Gama, 2007)

**Auditor:** Pessoa encarregada de realizar uma auditoria e de elaborar um relatório escrito sobre essa auditoria. (Tribunal de Contas de Portugal, 1999)



**Auditoria:** Exame das operações, actividades e sistemas de determinada entidade, com vista a verificar se são executados ou funcionam em conformidade com determinados objectivos, orçamentos, regras e normas. (Tribunal de Contas de Portugal, 1999)

**Auditoria Financeira:** Análise das contas, da situação financeira e da legalidade e regularidade das operações, realizada por um auditor, com vista a emitir ou não um parecer. Esta auditoria inclui:

1. Análise das contas e da situação financeira da entidade fiscalizada, com vista a verificar se:
  - a) Todas as operações foram correctamente autorizadas, liquidadas, ordenadas, pagas e registadas;
  - b) Foram tomadas medidas apropriadas com vista a registar com exactidão e a proteger todos os activos, por exemplo, tesouraria, investimentos, inventário dos valores imobilizados e existências.
2. Análise da legalidade e regularidade, com vista a verificar se:
  - a) Todas as operações registadas estão em conformidade com a legislação geral e específica em vigor;
  - b) Todas as despesas e receitas são, respectivamente, efectuadas e arrecadadas com observância dos limites financeiros e do período autorizados;
  - c) Todos os direitos e obrigações são apurados e geridos segundo as normas aplicáveis. (Tribunal de Contas de Portugal, 1999)

**Auditoria Interna:** Auditoria executada pelo departamento interno de uma entidade incumbido pela direcção de efectuar verificações e de avaliar os sistemas e procedimentos da entidade com vista a minimizar as probabilidades de fraudes, erros ou práticas ineficazes. A auditoria interna deve ser independente no seio da organização e prestar contas directamente à direcção. (Tribunal de Contas de Portugal, 1999)

**Circularização:** Pedidos de informação de saldos, informações, etc., feitos por escrito e enviado a terceiros (Bancos, Clientes, Fornecedores, Consignatários, Empresas de armazenagem e de logística, de locação, de *factoring*, Advogados, etc.). (Costa, 2010)

**Controlo Interno:** Conjunto dos processos e meios que permitem respeitar o orçamento e os regulamentos em vigor, salvaguardar os activos, assegurar a validade e autenticidade dos registos contabilísticos e facilitar as decisões de gestão, especialmente através da colocação à disposição, no momento oportuno, da informação financeira. (Tribunal de Contas de Portugal, 1999)

**Demonstrações Financeiras:** Representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma determinada entidade. (Norma Internacional de Contabilidade – 1)

**Materialidade:** É um conceito sobre o significado e a importância de um assunto, quer considerado individualmente, quer de forma agregada, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. Um assunto é material se a sua omissão ou distorção puder razoavelmente influenciar as decisões económicas de um utilizador baseadas nas demonstrações financeiras. A materialidade não é susceptível de uma definição geral matemática, uma vez que envolve aspectos qualitativos e quantitativos ajuizados nas circunstâncias particulares da omissão ou da distorção. Por conseguinte, a materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte, em vez de ser uma característica qualitativa primária que a informação deva ter para ser útil. (Diretriz de Revisão/Auditoria – 320)

**População:** É o conjunto de todos os objectos cuja (s) característica (s) pretendemos estudar. (Pedrosa e Gama, 2007)

**Testes Substantivos:** Procedimentos de verificação utilizados pelo auditor para confirmar se os registos contabilísticos são completos, razoáveis e válidos, podendo ser efectuados como complemento aos testes de conformidade (de controlo/controle). (Tribunal de Contas de Portugal, 1999)

**Testes de Controlo:** Procedimentos utilizados no âmbito da auditoria de sistemas destinados a verificarem se os controlos-chave considerados como tais pelo auditor funcionam correctamente. No caso de o teste de conformidade revelar deficiências a nível dos controlos-chave, o auditor deverá proceder a verificações suplementares (por exemplo:

testes substantivos), para avaliar de modo mais preciso o alcance das deficiências.  
(Tribunal de Contas de Portugal, 1999)

## **ANEXOS**

**ANEXO I**  
**Lista de SROC's**

## Lista de SROC (Registro na OROC e CMVM)

Nº SROC (OROC)	Data SROC	N.º CMVM	Data CMVM	Nome SROC	Morada SROC	Sócios SROC
1	13-04-1974			NUNES CAMEREA E ANTUNES LOPES Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Almeida, 21, 3º And. 1200 - 023 LISBOA	117 JOAQUIM PIRES NUNES CAMEREA 118 ANTONIO ANTUNES LOPES
2	13-04-1974			AB - ANTONIO BERNARDO, Sociedade Unipessoal Lda	Rua Tomás Mafra, 41, 1º And. 1060 - 224 LISBOA	786 FERNANDO ANTUNES CABREIRA 551 ANTONIO BERNARDO
3	23-06-1974			ARMANDO MEIRELES E LOPES VINGA, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua João Dias, 935, 2º Esq. 4050 - 322 PORTO	212 MANUEL HERMAN MARTINS LOPES VINÇA PT8 ANTONIO ARMANDO MANOELS DOELHO MEIRELES
4	06-02-1978			A. M. CALUJO CORTES E VARGUES & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Av. João Casaldalana, 49, 3º Esq. 1039 - 123 LISBOA	116 ANTONIO MANUEL CALUJO CORTES 542 VITOR MANUEL FERNANDES MANOELS
5	07-03-1975	217	12-03-1992	ANTONIO GREINHA, BRYANT JORGE & ASSOCIADO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Alameda Santo António dos Capuchos, 9, 2º E. 150 - 314 LISBOA	554 VITOR MANUEL DO ESPIRITO SANTO MARQUES (a) 22 ANTONIO MARIA GOMES DA ROCHA GREINHA 502 IDILIO MANUEL FERRER DO ESPIRITO SANTO
11	21-1-1979			SILVA GOMES E VIEIRA SANCHES, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua da Vinha, 4, F.D. 1501 - 1021 LISBOA	1453 LUIS MIGUEL BARREIRA FERNANDES (b) 252 JOAQUIM ALFREDO ROLIVALVES DA SILVA GOMES
13	13-05-1980	522	01-06-1992	ASCENÇÃO GOMES, CRUZ A. & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Dr. Fernando Vaz, 3, 1º Dº - 205 LISBOA	386 ANTONIO VIEIRA SANCHES 48 MANUEL GERARDO ASCENÇÃO
14	26-06-1990	229	12-03-1992	LEOPOLDO ALVES & ASSOCIADO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Av. da República, 48, 1º Esq. 1090 - 135 LISBOA	182 PATRICIO VIEIRA DA CRUZ 250 JOSE MANUEL D'ASCENÇÃO COSTA
16	10-1-1980			HENRIQUES DE ALMEIDA & ASSOCIADA, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Avenida Elias Soares, 157, 2.º A. 1030 - 038 LISBOA	83 JOSE RITA BRAZ MACHADO 319 FLOQUIN DE ASSUNÇÃO ALVES
18	09-03-1981	319	13-05-1992	MANUEL CALUJO RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS, SROC	Rua Amélia, 1, 104, 1º Esq. 1055 - 053 LISBOA	310 ALVINO HENRIQUES DE ALMEIDA 1250 MARIA MARGARIDA CONDE HENRIQUES DE ALMEIDA
20	3-03-1981			ALBUQUERQUE, ARAGÃO E ASSOCIADO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Amoreiras, Torre 3, 13º, 1070 - 274 LISBOA	334 MANUEL ALBERTO FREIXO CALUJO 486 ANTONIO VASCELA DE OLIVEIRA 487 JOSE MARIA REGO RIBEIRO DA CUNHA 488 PAULO RIBEIRO DA SILVA 381 RAUL ALBERTO SERRA DA SILVA FERNANDES 1101 MARIO PAULO BETTEMCOURT DE OLIVEIRA 1109 RUI PEDRO MACO FERREIRA DE BENTO
21	1-10-1981	196	24-02-1992	PATRICIO MOREIRA VALENTE & ASSOCIADOS, SROC	Av. do Brasil, 15, 1º - 1740 - 112 LISBOA	244 JOAO DE ALBUQUERQUE 101 JOAO FLORENCIO VICENTE DE CARVALHO 256 ALBERTO ANANILH RIBEIRO (c) 320 JOAQUIM PATRICIO DA SILVA 551 JOSEF RENTO MARTINS IFFO 622 CARLOS DE JESUS PINTO DE CARVALHO 840 ANTONIO JOSE LINDO DO PATROCINIO SANTOS (d) 1027 JOAQUIM FILIPE MARTINS DE MOURA ARECIVA 1034 JOSE CARLOS NOGUEIRA FARIAS E MATOS 1070 MIGUEL LUIS CONELES PINHO DE MELO (e) 1110 MARIA LUISA CABREIRA COSTA MARÇAL (d) 480 HELDER TOMÉ CORREIA DA PALMA VEIGA 574 ANTONIO LUIS ISIDRO DE PINHO
22	06-06-1981			ANTONIO PINHO E PALMA VEIGA SROC	Rua General Ferreira Martins, 10, 1º C. 1146-100 ALGÉS	

## Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

23	08-06-1981	329	29-05-1992	OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Av. da Liberdade, 245, 8.º A, B, C, 1250-143 LISBOA	2107 FERNANDO MARQUES OLIVEIRA 389 JOSÉ VIEIRA DOS REIS 382 CARLOS ALBERTO DOMÍNGUES FERRAZ 540 JOSÉ BARATA FERNANDES 1068 JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS 1286 CARLOS MANUEL CHARNECA MOLÉRINHO GRENHA 269 ANTÓNIO JOAQUIM GOMES DA COSTA 487 FRANKLIN DA COSTA BRAGA 488 NOÉ GONÇALVES GOMES 541 CARLOS MANUEL DUARTE TEIXEIRA 1109 JORGE MARQUES PEREIRA RIBEIRO 381 MANUEL RUI DOS SANTOS CASEIRÃO 724 JOSÉ MARTINHO SOARES BARROSO 725 PEDRO MANUEL ALEIXO DIAS 781 PAULO JORGE DE SOUSA DA FONSECA FERREIRA 873 JOÃO GUILHERME MELO DE OLIVEIRA 923 RUI CARLOS LOURENÇO HELENA 949 ANTÓNIO JOSÉ CORREIA DE PINA FONSECA 956 JOÃO PAULO TORRES CUNHA FERREIRA 956 ANTÓNIO JOSÉ CARVALHO DE BARROS 995 SANDRA MARIA SIMÕES FILIPE D'ÁVILA VALÉRIO 1025 EMANUEL MOTA GONÇALVES PEREIRA NÃO ROC PAULO RENATO FERREIRA ALVES BDO DEUTSCHE WARENTHUHAND AKTIENGESELLSCHAFT WIRTSCHAFTSGEMEINSCHAFT 517 JOSÉ MANUEL DE ALMEIDA 1282 SASKIA MARCIA FERREIRA LOPES 1319 MARIA DO CARMO DOS REIS E SILVA MENDES NÃO ROC CARLOS ALBERTO JACINTO BARRO 150 ANTÓNIO FRANCISCO ESCARAMEIA MARIQUITO 203 JOSÉ MARTINS CORREIA 1305 VERA MARGARIDA SEBASTIÃO MARTINS NÃO ROC MARILIA MORGADO CONSTANTINO MARIQUITO 535 MARIO MANUEL DAMAS COVÃO BAPTISTA 539 JÚLIO LOURENÇO ALVES SROC 31 MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas NÃO ROC ANA SOFIA DO JOGO ALVES 388 JOSÉ JORGE DA COSTA MARTINS REIMÃO (p) 316 ANTÓNIO DA COSTA MARTINS REIMÃO 842 LUIS PEDRO PINTO CAIANO PEREIRA 523 MANUEL MARIA DE PAULA REIS BOTO 549 HORÁCIO DA SILVA MATHERROS NEGRÃO 550 LUIS AUGUSTO GONÇALVES MAGALHÃES
26	08-03-1982			BRAGA & COSTA, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Dr. José Baptista de Sousa, 11 - 2.º Eq., 1500 - 244 LISBOA	
28	20-10-1982	4681	22-02-1986	CARLOS TEIXEIRA, NOÉ GOMES & ASSOCIADO, SROC, LDA	Rua da Trindade, 228 H, 6.º Div. 4, 1050-910 PORTO	
29	20-12-1982	1122	09-03-1993	BDO & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA	Av. República, 50, 10.º, 1050 - 211 LISBOA	
30	14-03-1983			J. M. ALMEIDA, SASKIA LOPES & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA	Rua Edith Cavell, 19, 1.º Eq., 1960 - 212 LISBOA	(c)
31	14-03-1983	2235	25-01-1984	MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Visconde Menezes Rey, 12, União-Palácio, 2780 - 447 OUEIJAS	
36	26-03-1984			JÚLIO ALVES, MARIO BAPTISTA & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Francisco Stromp, 25, Sala 12, 1000 - 465 LISBOA	
38	11-03-1985			CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua São Domingos de Benfica, 33 - 3.º A, 1500 - 955 LISBOA	
43	13-12-1986	231	13-03-1992	DELOTTE & ASSOCIADOS, SROC, SA	Edifício Alameda Salazar, Praça Duques de Salazar, 1, 8.º, 1050 - 094 LISBOA	

Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

552	ANTÓNIO MARQUES DIAS	
572	CARLOS LUIS OLIVEIRA DE MELO LOUREIRO	
746	JORGE MANUEL ARAÚJO DE BEJA NEVES	
752	ANTÓNIO JOSÉ ARAÚJO DE BEJA NEVES	
854	JOAQUIM JOSÉ LONTRIO MARTINS	
883	JOÃO LLUIS FALLA COSTA DA SILVA	
934	MARIA AUGUSTA CARDADOR FRANCISCO	
975	JOAQUIM JOSÉ FERNANDES PAULO	
982	JORGE CARLOS BATALHA DUARTE CATULO	
1033	DUARTE NUNO PASSOS GALHARDAS	
1044	NUNO MIGUEL PORTELA GONÇALVES BELO	
1045	ANTÓNIO JÚLIO NETO JORGE	
1125	RUI MANUEL DA COSTA VARGAS PIRES (d)	
1129	JOÃO CARLOS HENRIQUES GOMES FERREIRA	
1130	ANTÓNIO MANUEL MARTINS AMARAL	
1146	CARLOS ALBERTO FERREIRA DA CRUZ	
1147	EDUARDO MANUEL FONSECA MOURA	
1148	FILIPE MIGUEL MOUTA NOGUEIRA DA SILVA (d)	
1150	TINGO NUNO PROENÇA ESGALHADO	
1172	PEDRO MIGUEL ARGENTE DE FREITAS E MATOS GOMES (d)	
1199	ANA RITA CERQUEIRA COTTA (d)	
1200	FRANCISCO JOSÉ SANCHES RAFAEL (d)	
1207	PEDRO MIGUEL GONÇALVES CARREIRA MENDES	
1210	JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA	
1216	JOÃO CARLOS REIS BELO FRADIE	
1223	RICARDO JOÃO PIRES TAVARES DOS REIS (d)	
1264	TERESA ALEXANDRA MARTINS TAVARES	
1287	CARLOS SERAFIM DE AGUIAR ALVES CAETANO	
1272	NUNO MIGUEL DOS SANTOS FIGUEIREDO	
1275	VERA ALEXANDRA LECHE SANTOS DE SOUSA CARDOSO (d)	
1284	NUNO MANUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA MATOS (d)	
1290	ANDRÉ ALFONSO DE VASCONCELOS (d)	
1300	PAULO ALEXANDRE ROCHA SILVA GASPAR	
1339	ANA MARGARIDA BARROSO DOS REIS BOTO (d)	
1340	BRIGIDA ISABEL MARTINS RODRIGUES PALMA CARDOSO (d)	
1359	NUNO ALEXANDRE BRANCO CARDOSO (d)	
1362	PEDRO MANUEL DE RESENDE PINGUICHA GALEGO (d)	
1372	JOAQUIM FRANCISCO DA LUZ PEREIRA (d)	
1378	ANDRÉ RAFAEL SANTOS PRAZERES HENRIQUES (d)	
1379	ANDREIA ISABEL MACHADO ISIDORO (d)	
1384	DINA FALLA MAGALHÃES MARQUES (d)	
1387	MIGUEL NUNO MACHADO CANAVARRO FONTES	



## Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

						14102 MARGARIDA MARIA TEIXEIRA PINTO DO COUTO (d)
						14115 AUGUSTO GIL GOMES ESCALERA (c)
						14229 NUNO BETTENCOURT PEREIRA (c)
						1437 HUGO RICARDO ALVES ARAÚJO (c)
						1448 PATRÍCIA MARIA CANHA GOMES DE MATOS (d)
						1455 SÓNIA CRISTINA DUARTE OLIVEIRA (d)
						1459 PAULO ALEXANDRE DE SÁ FERNANDES (c)
						1461 RICARDO MIGUEL BARROCAS ANDRE (d)
						1470 HUGO MIGUEL BRANDÃO DA SILVA (d)
44	23-02-1987	1054	22-02-1993	MATOS SILVA, GABRIEL P. CAMO & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA	Rua do Olimpo - Edifício Tapalito - 21.º andar - Sala 407 - 3000 - 306 COIMBRA	481 PEDRO JOÃO REIS DE MATOS SILVA (d)
						588 ANTÓNIO CAMPOS PIRES CAMO
46	30-03-1987	218	12-03-1992	OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Av. Praia da Vitória, 73, 2.º Esq. 1050 - 161 LISBOA	598 LUISA MARIA NUNES VICENTE E REBORDÃO
49	26-05-1998			C. & R. RIBAS PACHECO, SROC	Av. da Boavista, 1568, 2.º, Sala 256, 4100 - 115 PORTO	851 JOÃO PAULO RAMUNDO HENRIQUES FERREIRA
50	24-10-1998			ANTÓNIO BAPTISTA, ELISIO QUINTAS E LINO VIEIRA, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua S. João do Brito, 810, 1.º, sala 1, 4100 - 453 PORTO	404 MANUEL DE OLIVEIRA REGO
51	19-12-1988	1254	23-04-1993	MAZARS & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA	Rua General Firmão Miguel, 3, Torre 2, 1.º A, 1000 - 100 LISBOA	1063 PEDRO MIGUEL MARQUES ANTUNES BASTOS
						1064 PAULA CRISTINA GUERRERO GANHÃO DE OLIVEIRA REGO
						401 CÂNDIDO AVELINO RIBAS PACHECO
						1163 RODRIGO BRUNO DE MAGALHÃES RIBAS PACHECO
						518 ANTÓNIO AVEL PEREIRA BAPTISTA
						638 LINO AUGUSTO RODRIGUES VIEIRA
						643 JOSE ELISIO LOPES DA SILVA QUINTAS
						379 JUSTINO MENDES DOS SANTOS ROMÃO
						554 FERNANDO JORGE MARQUES VIEIRA
						824 LUIS MIGUEL DA SILVA CASTRO BATISTA
						981 HENRIQUE JOSÉ MARTO OLIVEIRA
						983 LEONEL MANUEL DIAS VICENTE
						1003 LUIS FILIPE SOARES CASPAR
						1023 JOSÉ FERNANDO ABREU REBOUTA
						1219 PAULO JORGE DAMIÃO PEREIRA
						1258 DUARTE NUNO RODRIGUES ROCHA ARAÚJO
						NÃO ROC EUNICE MARIA ULLM GOMES MARQUES VIEIRA
52	08-03-1989	4738	21-03-1995	MAZARS & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Rua Júlio de Brito, 108, 4150 - 449 PORTO	MAZARS & GUERARD, SA (c)
						185 ARNUNDO DE JESUS DUARTE
						675 MANUEL HERBERTO DE MEDEIROS QUARESMA
						859 JOAQUIM MANUEL MARTINS DA CUNHA
						1134 PAULO ALEXANDRE PIMENTA ALVES
						NÃO ROC MANUEL RICARDO FONTES DA CUNHA
53	08-03-1989	1975	01-11-1993	ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua do Comércio Alegre, 608, 2.º, Sala 201, 4150 - 171 PORTO	177 CARLOS ALBERTO FREITAS DOS SANTOS
						179 ANTÓNIO MONTEIRO MAGALHÃES
						777 JOSÉ MANUEL CARVALHO FERNANDES (d)

## Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

57	13-06-1989				ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS, SROC	Rua 25 de Abril, 454, 3º Do, 4710 - 314 BRAGA	855 ANTONIO FERNANDO LEO DE MATOS (c) 1295 MARIA MARIA MACHADO LAPA DE BARROS PEIXOTO (d) 1299 LUIS MIGUEL DA SILVA BORGES (d) 1314 CARLOS AFONSO DIAS LETE FREITAS DOS SANTOS (d) 423 ARMINDO FERNANDES DA COSTA 557 ANTONIO SERRA CRUZ 919 ANTONIO MANUEL ALVES DE SOUSA MARTINS 983 ANTONIO MANUEL PINHEIRO FERNANDES 1004 AUGUSTO MOREIRA AZEVEDO 1089 AMADEU JOSE MAIA MONTEIRO DE MAGALHÃES 1105 JOÃO CARLOS DO SUL RIBEIRO 1212 DIANA ROSA MATOS FERNANDES DA COSTA 1343 BRUNO MIGUEL SOARES DE OLIVEIRA E SÁ (d) 1392 OSCAR RODRIGUES VELOSO (c)
61	18-09-1989				MAIA, MESQUITA & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Av. Infante Santo, 40, 1º Do, 1350 - 175 LISBOA	227 GABRIEL FERNANDO MARTINS MESQUITA GABRIEL 291 JOÃO PEDRO PRESTES MAIA E SILVA 1071 MARIA FERNANDA RODRIGUES FERNANDES 1209 PAULA ALEXANDRA FLORES NOIA DA SILVEIRA
62	18-09-1989	222	03-12-1992		ALVARO, FAIÇÃO & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Antero de Quental, 635, 4200 - 669 PORTO	148 GUY ALBERTO FERNANDES DE POÇAS FALCÃO 388 ELETÉRIO GANIHO ÁLVARO 474 JOSE MILHEIRO DE OLIVEIRA BARBOSA 751 - SÉRGIO PAULO ESTEVES DE POÇAS FALCÃO 1312 HELENA ISABEL FÉLIX DE FREITAS (c) 1316 ANDREIA DE FARIA MORAIS (c) 1449 MÂRCIA ALEXANDRA ALMEIDA DE SOUSA RIBEIRO (d)
64	18-09-1989	4737	21-03-1991		ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Largo Alberto Sampaio, 3. A - 2705 - 007 LINDA-A-VELHA	587 JOÃO MIGUEL PINTO GALVÃO 629 ISABEL GOMES DE NOVAS PAIVA 911 ANABELA MARQUES RODRIGUES PERES 1098 JOSE LUIS GUERREIRO NUNES NÃO ROC NUNO MIGUEL DA COSTA TAVARES
65	30-10-1989				LCA - LEAL CARREIRA & ASSOCIADOS, SROC	Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque, 56, 2º C, 2401-5022 LEIRIA	614 JOSE MARIA DE JESUS CARREIRA 616 JOSE LUIS DE SOUSA LEAL 987 FERNANDO JORGE DE SÁ PEREIRA
66	30-10-1989				ANTONIO PIMPÃO MAXIMINO MOTA E ISABEL MOTA, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Av. da Liberdade, 432, 6º, Sala 39, 4710 - 249 BRAGA	1238 PAULO FERNANDO DA COSTA BRAZ 410 ANTONIO MAIA PIMPÃO 514 MAXIMINO ANTONIO DOMINGUES MOTA 1310 GLORIA ISABEL VAZ AFONSO DOMINGUES MOTA
67	20-11-1989	314	19-05-1992		GRANT THORNTON & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Edifício Avenida Sousa Coutinho, Alameda António Sérgio, 22, 11º, Miraflores, 1495 - 132 ALGES	427 CARLOS ANTONIO LISBOA NUNES 432 VITOR DOMINGOS SIQUEIRA FRANCO 1202 PEDRO MIGUEL RAPOSO LISBOA ANUNES GRANT THORNTON (c) e (d)

## Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

68	20-12-1999			MARTINS PEREIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Rua Joshua Bandriel, 1, 2º D, 1250 - LISBOA	426 MANUEL MARTINS PEREIRA 849 JOÃO ANTÓNIO DE CARVALHO CARECA 1292 ALEC ANTÓNIO EDMOND BEERTEN 1395 ELISA MARIA TRINDADE GOMES CÂNCIO MARTINS 559 ANTÓNIO ALEXANDRE PEREIRA BORGES 1099 HELENA DE OLIVEIRA SIDRO 1169 NUNO DUARTE DA SILVA MAGRO
69	20-12-1999			ANTONIO BORGES & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Prof. Fernando Fonseca, 10 A, Esc. B, 1900 - 51ª LISBOA	19 ANTONIO AUGUSTO DOS SANTOS CARVALHO 773 ANTONIO DE JESUS PEREIRA 1181 CARLA MARIA CASTRO DE PINHO 1349 NUNO JORGE RIBEIRO FERNANDES FONTES DA SILVA NÃO ROC ANDRÉ MIGUEL ANDRADE E SILVA JUNQUEIRA MENDONÇA
71	20-12-1999	250	02-04-1992	SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, SA	Complexo 24 de Agosto, 125, 7, 4300 - 904 PORTO	454 LUIS EDUARDO RIBEIRO KATZELER 531 JOÃO CABRITO LOURENÇO 1122 SÉRGIO MANUEL DOS SANTOS MALINO 60 ANTONIO DOMINGOS HENRIQUE COELHO GARCIA 413 ABILIO ANÇÁ HENRIQUES 513 JOSE DUARTE ASSUNÇÃO DIAS 585 JOSÉ LUIS AREAL ALVES DA CUNHA 375 RUI MANUEL CARVALHAIS DE LEIMOS PEREIRA SROC 199 AMÁLIA BALEIRO & MANUEL FONSECA, SROC 473 JOSE AUGUSTO SILVA MEDES
72	29-01-1990			KATZELER, LOURENÇO & SANTOS, AUDITORES, SROC	Rua Borges Carneiro, 2 B, A1.B, Burelos, 2720 - 070 AMADORA	687 MANUELA FERNANDA BARROSO VILELA FERREIRA 686 AMADEU DA CONCEIÇÃO MOREIRA RODRIGUES CAMBÃO 693 ANTONIO ADOLFO RODRIGUES LEITE ASSUNÇÃO 1385 CATERINA ISABEL FUJITADO PACHECO MGI DE LEONE, TRUINHO STUDIO ASSOCIATO TRIBUTARIO (c)
74	19-02-1990	2699	22-04-1994	ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua António Durão, 6, 8º Esp, 1990 - 064 LISBOA	679 ANA PALLA MONTEIRO BARBETOS SARAVIA E SILVA 732 MANUEL OLIVEIRA PEREIRA
76	28-05-1990			RUI LEIMOS PEREIRA & ASSOCIADO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Estrada da Luc. 90, 7º F, 1600 - 160 LISBOA	617 ANTONIO PAULO MARQUES FIGUEIREDO 872 SILVIO ANTONIO NEVES ANDRIM AZEVEDO
78	10-09-1990	251	02-04-1992	MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Rua Guerra Junqueiro, 273, 4190 - 368 PORTO	352 CARLOS ALVES RIBEIRO 590 ÂNGELO MANUEL DE OLIVEIRA COUTO 710 ALBERTO HENRIQUE DE FIGUEIREDO LOPES 800 MANUEL MARQUES DA COSTA FIGUEIREDO 340 NUNO LUCIANO FERNANDES CRUZ DAS NEVES 532 JOÃO HUMBERTO SILVA CARDOSO 589 AVELINO AZEVEDO ANTÃO 636 JOÃO SERRANA DA NAVA FORTES 638 DOMINGOS JOSE DA SILVA CRAVO 989 LUCIANO DOS SANTOS CARVALHO 1440 JOÃO PAULO MENDES MARQUES
73	10-09-1990			PAULA SARAVIA & MANUEL PEREIRA, SROC	Rua da Terrinha, 228 H, 6º Div. 4, 4050 - 810 PORTO	
80	10-09-1990			PAULO FIGUEIREDO & SILVIO AZEVEDO, SROC	Av. de Fátima, 266, S.4.4, 4050 - 276 PORTO	
83	23-11-1990			ÂNGELO COUTO & CARLOS RIBEIRO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua João Andersen, 90, 2º Esp, 4250 - 000 PORTO	
85	23-11-1990			A. FIGUEIREDO LOPES & MANUEL FIGUEIREDO, SROC	Urbanização Vilarinho, Lote 4, c/c, Represas, 3500 - 733 VISEU	
86	14-01-1991			CRUZ DAS NEVES E SILVA CARDOSO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Dr. Américo Lopes Rodrigues, 82, 9500-263 PONTA DELGADA	
87	14-01-1991	2977	16-05-1994	CEA, CRAVO, FORTES, ANTÃO & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Rua Eng. Silvestre Pereira da Silva, 3, 3º Frente, 3800 - 175 AVEIRO	

## Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

89	14-01-1991	221	12-03-1992	O. LIMA, N. SILVA, F. COELHO, A. COELHO & L. ROSA, SROC, LDA	Rua Filipe Folque, 46, 2.º, 1050 - 114 LISBOA	389 ALEXANDRE DA PAIXÃO COELHO 628 LUIS MANUEL DA SILVA ROSA 938 MARIA FERNANDA BARRETO MENONÇA COLAÇO
90	14-01-1991	318	19-05-1992	RIBEIRO, PIRES & SOUSA, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Damilão de Góis, 389 A, Françoia BA, 4150 - 227 PORTO	658 RUI ALBERTO MACHADO DE SOUSA 672 MANUEL CALVÃO PIRES
91	14-01-1991			VELOSA, SILVA E MARQUES, SROC	Praça Mouzinho de Albuquerque, 113, 4.º, Sala 807, 4100 - 359 PORTO	1254 ANA CRISTINA DA MESQUITA PINTO FERREIRA (d) 536 LUIS VIEIRA LONELINO VELOSA 598 PAULO MANUEL CARVALHO DA SILVA 722 JOSE MANUEL VARANDAS MARQUES
92	18-03-1991			JORGE, VICTOR, NETO, FERNANDES & ASSOCIADOS, SROC	Arcada, Azeiteira, 3750 AGUEDA	657 JORGE MANUEL TEIXEIRA DA SILVA 749 ANTONIO VICTOR DE ALMEIDA CAMPOS 857 ANTONIO RODRIGUES NETO 1016 JOSE FERNANDES MARQUES DOS SANTOS 1047 FERNANDO JOSE PEIXINHO DE ARAUJO RODRIGUES 1076 JOSE ALBERTO FIGUEIRA DA FONSECA LIMA 452 JORGE RUI REIS DE PINHO 679 JOSE ALVES DA COSTA 690 ANTONIO DOMINGOS PALMA RODRIGUES CAMBAO
93	18-03-1991			COSTA, PINHO E CAMBAO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua do Campo Alegre, 288 - 2.º, Enl., 4150 - 185 PORTO	
96	24-05-1991			ANTONIO MARIA VELEZ BELEM, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, UNIPESOA, LDA	Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1.º DF, 1000 - 160 LISBOA	788 ANTONIO MARIA VELEZ BELEM
97	11-02-1991			BOTELHO, ROSEIRO & ASSOCIADO, SROC	Belem Office Park, Edificio 4, Esplanada 1, 6, 2710 - 444 SINTRA	143 FRANCISCO GASPAR ROSEIRO BOTELHO 163 BENJAMIM BOTELHO ROSEIRO 841 LUIS ALEXANDRE CANTANTE BOTELHO ROSEIRO 626 JOSE LUIS PINTO DE AZEVEDO 690 JOSE LUIS CARDOSO RIBEIRO 456 VICTOR MANUEL DO CARMO MARTINS 506 LUIS PEDRO DE AGUIAR MENDONÇA 557 JOSE LUIS MESQUITA BARBAS 779 ISSUF AHMAD NÃO ROC GERMANA MARIA OLIVEIRA PINTO 408 ANTONIO LUIS NORAS SILVEIRO 814 VITOR MANUEL BIZARRO DO VALE
99	17-02-1992			RIBEIRO & AZEVEDO, SROC, LDA	Rua Carlos Felgueiras, 98, 2.º, Sala A, 4470 - 157 MAIA	
100	17-02-1992	8988	25-10-2001	BARBAS, MARTINS, MENDONÇA & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Rua José da Purificação Chaves, 9, 1.º C, 1500-376 LISBOA	
101	27-04-1992			NORAS SILVEIRO & BIZARRO DO VALE, SROC	Rua de Várzea, 2, 2.º, Sala 20, 1500 - 441 LISBOA	
103	28-06-1992			MATOS, SOARES & VAZ, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Júlio Furtado, 12, Esp. 304, 1050 - 151 LISBOA	609 JOAO PEDRO GOMES PEREIRA DE MATOS 807 MANUEL ALBERTO GASPAR SOARES 821 MANUEL JOAQUIM DOS SANTOS RAMOS VAZ 257 LUCIANO DE OLIVEIRA PESCEIRA 597 CARLOS PEDRO MACHADO DE SOUSA GOIS 599 JAMIE DE MACEDO SANTOS BASTOS 917 ANA MARIA CELESTINO ALBERTO DOS SANTOS 115 VICTOR MANUEL REIS PEREIRA DA LUZ (a) 728 LUIS FERNANDO GONGO CARVALHEDA 772 FLACIO NORBERTO DOS INOCENTES
104	28-06-1992			J. BASTOS, C. SOUSA GOIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Rua São Domingos da Benfica, 33, RC DT, 1500 - 558 LISBOA	
105	28-09-1992			CARVALHEDA, PLACIDO & ASSOCIADO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA	Praça da Cidade de Aragoa, 1A, 5.º B, 2720 - 123 MADRIDA	

## Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

108	28-09-1992			GRUZ CUNHA CAMPOS & ASSOCIADO, SROC	Rua Dr. Serafim Lima, 1.º, Sala 6, 4715 TRÓFA	685 CARLOS ALBERTO DA SILVA E CUNHA 686 MANUEL AGONIA PEREIRA CAMPOS 686 SEBASTIÃO CAMPOS CRUZ
108	15-12-1982			DOMINGOS BARÃO, JOSÉ SILVA & DANIEL VICENTE, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Quinta da Formiga, 11.º C - Algas da Cima - 1485 - 170 ALGES	759 PAULO JOSÉ SOARES DE ALMEIDA 608 JOSÉ DOMINGOS BARÃO 791 JOSÉ MANUEL ALMEIDA DA SILVA 1041 DANIEL JORGE GONÇALVES VICENTE
110	19-01-1989			ÓSCAR QUINTA CANEDO MOTA & PIRES FERNANDES, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Prof. Bento José, Campus, 248, 1.º, S 9, 4200 - 128 PORTO	671 MANUEL AUGUSTO PIRES FERNANDES 731 OSCAR JOSÉ ALCAIDA DA QUINTA 787 JOSÉ CARLOS CANEDO GONÇALVES DA MOTA
111	30-04-1993			GRUZ MARTINS & PÉGA MAGRO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Saeiro Vieiras, 21, 2.º B, 8300 - 758 GUARDA	735 JOÃO ALBERTO DA CRUZ MARTINS 819 FERNANDO JOSÉ PÉGA MAGRO
112	30-04-1993	3858	20-07-1995	ANTÓNIO ANJOS, F. BRANDIAO & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua do Campo Alegre, 1386, 2.º, Esc 207, 4150 - 174 PORTO	633 ANTÓNIO JOSÉ DOS ANJOS 677 FERNANDO TEIXEIRA BRANDIAO 726 JORGE MANUEL DE ALMEIDA CAMPINO 818 EDUARDO MANUEL LOPES SA E SILVA 1037 JÓNYTAS DE JESUS MARGARIDA
113	31-05-1993			ESAC - ESPÍRITO SANTO & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Av. Estúdios Unidos da América, 97, 8.º, DT, 17100 - 167 LISBOA	771 ANTÓNIO PEDRO VALENTE DA SILVA COELHO 619 JOÃO CORREIA DE OLIVEIRA
114	12-07-1993			OLIVEIRA E VERGAMOTA, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Av. Estados Unidos da América, 124 - B, 1701 - 182 LISBOA	709 VÍTOR JOÃO AMARAL VERGAMOTA
115	27-09-1993	8936	01-02-2001	ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA E COSTA, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Campo Grande, 380, Lote 3 C, Piso 0, Esc B/C, 1700 - 097 LISBOA	681 JOSÉ MARIA MONTEIRO DE AZEVEDO RODRIGUES 742 JOÃO DA ROCHA ABRANTES COSTA 841 JOSÉ ANTÓNIO DA VILA MONA BATALHA
116	27-09-1993			ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Rua D. João de Castro, 71, C - 4.º DT, 2314 - 998 ENTRONCAMENTO LISBOA	645 CARLOS ANTÓNIO ROSA LOPES 833 JOSÉ DE JESUS GONÇALVES MENDES 1029 JOÃO MANUEL ROSA LOPES NÃO RGC ALEXANDRE MIGUEL DINIS LOPES
117	27-09-1993			SEBASTIÃO & SANTOS, SROC	Praça Paul Proust, 3, 4.º Dto, Damalva da Cima, 2720 - 004 AMALVA	374 SEBASTIÃO ANTÓNIO PIRES CARRIÇO
118	03-12-1993			DIZ, SILVA & DUARTE, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua de São José, 35, 3.º B/C, 1150 - 321 LISBOA	634 CARLOS ALBERTO MARQUES DOS SANTOS 372 JOSÉ JOAQUIM AFRONSO DIZ
119	10-01-1994			ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC	Praça de Avulsada, 6, 3.º D - 1700 - 038 LISBOA	383 JOAQUIM DOS SANTOS SILVA 880 ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA SANTOS DUARTE
120	10-01-1994			HERNANI DUARTE, JUSTINO VALENTE & SANTOS SILVA, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Av. da República, 1558, 4.º DT, 4430 - 134 VILA NOVA DE GAIA	651 JOÃO AMARO SANTOS CIPRIANO 781 CARLOS ALBERTO ANTUNES DE ABREU
122	07-02-1994			HENRIQUE DUARTE E GONÇALVES, SROC	Praça Prof. Egas Moniz, 170, 4100 - 221 PORTO	718 JUSTINO CARREIRA VALENTE 770 HERNANI MANUEL DA SILVA DUARTE 687 ANTÓNIO JOSÉ GONÇALVES 688 JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA 699 JOÃO DUARTE SANTOS COELHO

## Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

123	07-02-1994	8158	24-03-1999	AUREN AUDITORES & ASSOCIADOS, SROC, SA	Rua Francisco de Silveira, Bloco C, 3A, 1º andar, Alameda da Roca, 1300 - 069 LISBOA	651 VITOR MANUEL LEITÃO LAZAREIRO 1002 JOÃO ANTÓNIO CORREIA VIEIRA CASCAO 1005 REGINA PAULA MELO E MAIA E SA AUREN AUDITORES, CONSULTORES BARCELONA, SA 503 ANTONIO MANUEL PESSANHA CAMACHO PALMA 596 HORAÇÃO LISBOA AFONSO SROC 207 NEXIA, CPLA & ASSOCIADOS, SROC, LDA
124	18-05-1994			CAMACHO PALMA & LISBOA AFONSO	Av. General Norton de Matos, 63E, Miraflores, 1435 - 148 ALGES	
125	03-10-1994			PEFRE ROQUE & CARLOS TEOTONIO, SROC, LDA	Rua Maria Gomes Pilecos, 6 C, 1000 - 824 LISBOA	828 PEDRO NUNO RAMOS ROQUE 1446 CARLOS TEOTONIO NASCIMENTO MIRANDA
126	03-10-1994			NEVES DA SILVA E MARIA J.	Av. Duque de Ávila, 119, 1º Esq., 1050 - 081 LISBOA	625 MANUEL ANTONIO NEVES DA SILVA 846 MARIA JOSE DOS SANTOS PIMENTA
128	13-02-1995			MARQUES DOS REIS E CALADO BARRENTO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua General do Amaral, 5, 3º Dto, 1250 - 115 LISBOA	339 JOÃO CALADO BARRENTO
129	06-03-1995			RUI ASCENÇÃO & ESTEVES, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Campo Grande, 26, 10º D, 1700 - 093 LISBOA	380 GODOFREDO DOS SANTOS MARQUES DOS REIS 420 LUIS ESTEVES AFONSO
131	21-04-1995			NELSON MOINHOS & PAULO LIMA, SROC	Rua António Luis Gomes, 120, Sala 7, 4400 - 125 VILA NOVA DE GAIA	468 RUI GONÇALVES DE ASCENÇÃO
134	15-12-1995			FERNANDO RIBEIRO & OLIVEIRA (LDA), Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Júlio Dinis, 585, 6º Dto, 4050 - 325 PORTO	750 PAULO ROBERTO SOUZA MATIAS LIMA 295 AUGUSTO DE OLIVEIRA MAIA
135	12-01-1996			VITOR JOSE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA	Av. António Augusto Aguiar, 19, 4º, Esq., 1050 - 012 LISBOA	562 FERNANDO JULIO GONÇALVES RIBEIRO 737 CARLOS DA SILVA JOSE 890 VITOR MANUEL DA SILVA JOSE 988 MANUEL JOSE FARINHA VALENTE
138	12-01-1996			FÁTIMA PINTO E VITOR FREIREL, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Av. Marechal Gomes da Costa, 282, 4150 - 354 PORTO	1205 EDUARDO ROQUE DO ROSÁRIO REGO 627 JOÃO VITOR RIBEIRO SILVA ALBUQUERQUE FREIRE 719 MARIA DE FÁTIMA SILVA PINTO
137	19-02-1996			GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC	Rua Tancada 16, Complexo CREL, Edifício Belavista, Piso 2, Sala F, Massamá - 2745 - 005 QUELUZ	689 VICENTE PEREIRA GOMES MARQUES 692 CARLOS JOSE CASTRO ALEXANDRE 1286 CARLA FILIPA SIMÕES MALHÃO MENDES
138	19-02-1996			NAVALHO, MARTINS & ASSOCIADOS, SROC	Av. Infante Santo, 40, 2º, 1380 - 179 LISBOA	702 MARIA ODETE LOBATO NAVALHO 1227 ANA ISABEL ABRANCHES PEREIRA DE CARVALHO MORAIS SROC 125 PEDRO ROQUE & CRISOSTOMO REAL, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
141	10-09-1996			SILVA NEVES & TERESA MARQUES, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Luciano Cordeiro, 113, 6º Dto, 1150 - 214 LISBOA	421 JOAQUIM MANUEL DA SILVA NEVES NÃO ROC ISABEL NAVALHO DE OLIVEIRA
142	17-12-1996			JOÃO APARÍCIO & ANTÓNIO OLIVEIRA, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA	Rua Júlio Dinis, 247, 6º E 5 - 4090 - 324 PORTO	483 MARIA TERESA PRATA ROSA FERREIRA MARQUES 933 JOÃO LUIS ALMEIDA MENDES DE ARAÚJO
143	13-01-1997	5946	14-03-1997	BAPTISTA DA COSTA & ASSOCIADOS, SROC, SA	Campo Grande, 380, 11.3 CC, Piso C.F., 1700 - 097 LISBOA	945 ANTONIO GERARDO PINHEIRO DE OLIVEIRA 381 CARLOS ALBERTO BAPTISTA DA COSTA 713 LUIS FRANCISCO PEREIRA ROSA 784 GABRIEL CORREIA ALVES 931 PAULO FERNANDO DA SILVA PEREIRA NÃO ROC MARTA GUERREIRO PEREIRA ROSA

## Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

144	01-04-1997			DUARTE NUNO E TEIXEIRA PINTO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Av. da Liberdade, 295, 1.º Esq. 4700 - 250 BRAGA	522 DUARTE NUNO CARDOSO AMORIM PINTO
145	15-05-1997			MANUEL DOMINGUES & ASSOCIADO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Largo 26 de Abril, 4, 3.º, Esc 1, 3100 - 503 POMBAL	688 FERNANDO MANUEL DE MAGALHÃES TEIXEIRA PINTO
147	23-04-1997	9133	14-12-2005	J. CAMILO & ASSOCIADOS, SROC	Rua Odeon Saint-Maurice, 3L, Piso -1, Esplanada A, 1700 - 921 LISBOA	824 MANUEL DUARTE DOMINGUES
148	02-06-1997			JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MARIO GUIMARÃES, SROC	Edifício A do Pólo da Navegação de Bragança, Avenida D. João II, 404, 4.º Andar, Esplanada 47 - 4701 - 895 BRAGA	1325 CARLA SOFIA COELHO VIEIRA
149	28-11-1997			DFK & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA	Rua Ferreira Lapa, 16 B, r/c, 1150-158 LISBOA	829 JOAQUIM PEREIRA DA SILVA CAMILO
151	18-12-1997			SALGUEIRO CASTANHEIRA & ASSOCIADO, SROC	Rua de Coudel, 30, Bloco A, 1.º, 2725 - 274 MEM MARTINS	985 GEOFFREY MICHAEL FLETCHER (e)
152	22-01-1998	9005	17-10-2002	PKF & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Praya Duque de Saldanha, Edifício do Porto Salvo, 1.º, Piso 4, Lote 4 H e O, 1050 - 094 LISBOA	1348 TOMASZ LUTWINSKI (e)
153	19-02-1998			GASPAR CASTRO, ROMEU SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Edifício Parque das Hortas, 220 MIN, 4810-275 GUIMARÃES	790 JOAQUIM FERNANDO DA CUNHA GUIMARÃES
154	05-03-1998			FÁTIMA PEREIRA & CARLOS DUARTE, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Av. República, 1851, SIL, DN, Matamuldo, 4430 - 208 VILA NOVA DE GAIA	916 MARIA MANUELA ALVES MALHEIRO
155	16-04-1998			SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Rua Silva Bimco, 148, 4465 - 265 SAO MANEDE DE INFESTA	1159 MARIO DA CUNHA GUIMARÃES
157	16-07-1998	7873	12-11-1998	LAMPREIA & VICOSO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua da Conceição, 85, 1.º Esq., 1160 - 152 LISBOA	890 MANUEL LAZARO OLIVEIRA DE BRITO
158	16-07-1998			J. FERREIRA RIBEIRO E ASSOCIADO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Av. Fimian Magalhães, 1134, 1.º, 4350 - 259 PORTO	939 VICTOR MANUEL MENDES SANTOS
						1024 ROSÁLIA MARIA COCCO MERCANTE FERRO
						1099 LUIS FILIPE DA SILVA FALCATO
						774 FERNANDO DA SILVA SALGUEIRO
						837 NATÁLIA PIRES FERNANDES CASTANHEIRA
						876 MARIA DO CÉU DOS REIS ROSEIRO PINTO DE ALMEIDA
						804 JOSE DE SOUSA SANTOS
						1068 PAULO JORGE INACEDO GAMBOA
						1121 JOSE MANUEL PARADA RAMOS
						1178 HENRIQUE MANUEL CAMÕES SERRA
						1288 CÉLIA MARIA PEDRO CUSTÓDIO
						1326 LUIS MIGUEL BARROS MARTINS DAMAS
						NÃO ROC VITOR JOÃO TAVARES MATA
						PKF UKA LLP (c)
						557 GASPAR VIEIRA DE CASTRO
						812 ROMEU JOSE FERNANDES DA SILVA
						1278 ANABELA BARBOSA DIAS
						1279 FÁTIMA CRISTINA DOS SANTOS AMORIM BARROSO GONÇALVES
						717 CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DUARTE
						835 MARIA DE FÁTIMA PEREIRA FIALHO
						878 MARIA DA PIEDADE GONÇALVES DOS SANTOS VAZ
						881 JOÃO MANUEL TRIGO DE MORAIS
						1405 TERESA MARIA DA CUNHA SOARES MARTINS
						NÃO ROC TINGO ANDRÉ DE CASTRO LOPES DO VALE
						143 JOSE MARTINS LAMPREIA
						334 DONATO JOÃO LOURENÇO VICOSO
						385 JOSE ALBERTO CAMPOS DIAS (d)
						545 JOAQUIM FERREIRA RIBEIRO
						1018 JOSE MANUEL DA COSTA E SOUSA FERREIRA RIBEIRO

## Lista de SROC (Registo na OROC e CMVM)

159	17-09-1998			AMÁLIA BALEIRO & MANUEL FONSECA, SROC	Av. Gonçalves Zarco, 590 2715 - 538 CARCÁVELOS	729 MANUEL CAETANO DA FONSECA
161	30-12-1998			BORJA RODRIGUES & ASSOCIADO, SROC	Rua Monte dos Burgues, 482, 5º, Sala B, 4200 - 311 PORTO	989 MARIA AMÁLIA JORGE BALEIRO
162	15-04-1999			REINALDO SOARES, ROGERIO COELHO & JOSE JAVIER, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Av. António José Baptista, 15, 1º Esq., 2810 - 387 SETÚBAL	508 JOSÉ MANUEL BORDA RODRIGUES
163	28-05-1999			GONÇALVES E FONSECA, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Pedro Álvares Cabral, 6, R/C C, Portela da Sagrada, 2688 - 228	53 ANTONIO MAGALHÃES E CARLOS SANTOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
164	07-09-1999	8762	27-01-2000	UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Rua do Comércio do Olival, 38, 2º, 538 Raque - 9020 - 068 FUNCHAL	475 REINALDO MANUEL RODRIGUES SOARES
						787 ROGERIO CARLOS GUEDES COELHO
						859 JOSÉ CANDEIAS LOURENÇO JACOB
						826 JOAQUIM DE JESUS GONÇALVES
						832 ROGERIO VARANDAS DIAS DA FONSECA
						650 ARMANDO NUNES PAREDES
						602 MANUEL LUIS FERNANDES BRANCO
						656 ANTONIO TAVARES DA COSTA OLIVEIRA
						830 ANTONIO FRANCISCO BARBOSA DOS SANTOS
						1042 ANTONIO AUGUSTO ALMEIDA TRABALHO
						UHY HACKER YOUNG CHARTERED ACCOUNTANTS (r)
						NÃO ROC PAULO ROBERTO LUZ COSTA (r)
165	23-09-1999			VITOR OLIVEIRA E HÉLIA FELIX, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Ramalho Oiticica, 17, 3º, 1070 - 228 LISBOA	462 VITOR MANUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
167	02-03-2000			JAMIE MATOS, CASTANHEIRA GUILHERME E MARTINS DA SILVA, SROC	Av. Infante Santo, 347, 3º Esq., 1350- 177 LISBOA	991 HÉLIA SANTOS DUARTE FELIX
169	05-06-2000			J. MONTEIRO & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA	Rua Augusto Macedo, 10 C, Esc.2, 1600 - 754 LISBOA	519 VIRGÍLIO MARMELO CASTANHEIRA GUILHERME
						556 JAMIE ABRANTES DA SILVA MATOS
						680 MANUEL HENRIQUE MARTINS DA SILVA
						543 SALVADOR FIGUEIREDO VAS LIMA
						592 JOSE MANUEL CARLOS MONTEIRO
170	07-03-2000			RODRIGO CARVALHO & M. GREGÓRIO, SROC, LDA	Av. 481 República, 1530, 4º, esq., 4430- 215 VILA NOVA DE GAIA	1287 MARIA EVA ASSUNÇÃO PALMA
171	21-09-2000			PINTO & PALMA, SROC	Campo Grande, 137, 1º Esq., 1700-069 LISBOA	889 RODRIGO MARIO DE OLIVEIRA CARVALHO
173	17-01-2001	9038	02-10-2003	MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, SA	Av. Miguel Bombarda, 36, 6º A e B, 1030-103 LISBOA	881 MANUEL ANTONIO GREGÓRIO
						972 ANTONIO FERNANDO BAGUINHO PINTO
						1057 JOÃO MANUEL MARTINS RODRIGUES PALMA
						382 ANTONIO GONÇALVES MONTEIRO
						801 ANTONIO SOARES
						805 FERNANDO DA SILVA RENTE
						808 ANTONIO SALVADOR ABREU
						1005 JOÃO JOSE LOPES DA SILVA
						1333 PEDRO MIGUEL CORREIA MONTEIRO
						1418 ANA PATRICIA CORREIA MONTEIRO
174	21-03-2001			MOISÉS CARDOSO E MANUEL PINHEIRO, SROC	Rua Professor Henriques de Barros, 4, 10º C, 2885-338 PRIOR VELHO	356 MOISÉS DA SILVA CARDOSO
176	22-06-2001			MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, SA	Rua Batalha Real, 81, 2º, 6306-658 GUARDA	854 MANUEL NETA PINHEIRO
						571 JOSE JOAQUIM MARQUES DE ALMEIDA
						780 VICTOR MANUEL LOPES SIMÕES
						1002 JOÃO ANDRADE NUNES



Atualização 28/04/2011

177	12-12-2001			L. GRAÇA, B. CARVALHO & M. GORGES, SROC, LDA	Rua Maria da Silva Leal, 6/5, Esc. 4, 1800-185 LISBOA	1407 BRUNO JOSÉ MACHADO DE ALMEIDA NÃO ROC NUNO FILIPE FURTADO ALMEIDA FRASCONA 658 MARIA DO ROSÁRIO DA CONCEIÇÃO MIRA DE CARVALHO 758 MANUEL LUIS GRAÇA 1407 MANUEL FERNANDO DE ANDRADE BORGES
178	03-12-2002	9011	03-01-2002	ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS, SROC, SA	Av. da República, 90, 6º, 1500-206 LISBOA	752 ARMEÑO DIAS (d) 759 ANTÓNIO MANUEL DANTAS AMORIM 896 JOÃO CARLOS MIGUEL ALVES (n) 910 ELISABETE MARIA MENDES SIMÕES (c) 1119 RUI ABEL SERRA MARTINS 1154 RUI MANUEL DA CUNHA VIEIRA 1208 ANABELA MARIA FERREIRA PINHEIRO DA SILVA MORUJO (d) 1213 SANDRA E SOUSA AMORIM (c) 1230 ANA ROSA RIBEIRO SALCEDAS MONTES PINTO 1268 PEDRO JORGE PINTO MONTEIRO DA SILVA E PAIVA 1294 CARLA MARINA TEIXEIRA RAMOS FERREIRA (d) 1331 CARLA ALEXANDRA ALMEIDA VIANA GOMES (c) 1334 PAULO JORGE LUIS DA SILVA 1410 MANUEL LADEIRO DE CARVALHO COELHO DA MOTA (d) 1422 ANABELA DE JESUS NUNES PRATES (c) ERNST & YOUNG AUDIT (c) NÃO ROC JOHN VINCOMB HACKETY NÃO ROC MARY ANN BEAN ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS, SROC, SA
179	11-02-2003			COITEIRO & FORTUNATO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua da Balsa, 342, 1º Esc., 2870-251 MONTIJO	273 NATALINO MARQUES COITEIRO 887 ANTÓNIO MANUEL CORRÊA DE SOUSA FORTUNATO
180	10-02-2003			NOVAIS & VILAR, SROC	Rua Guedes de Azevedo, 33, 3º, 4006-272 PORTO	452 AGOSTINHO NOVAIS GONÇALVES 882 JORGE ADALBERTO VILAR DE OLIVEIRA 1133 MARIA LUIZA COUTINHO FERREIRA LEITE DE CASTRO ANACORETA CORREIA (d)
181	11-02-2003			FLORIANO TOCHA PAULO CHAVES & ASSOCIADO, SROC, LDA	Av. Infância D. Henrique, 333 H, Esc. 21/25, 1800-282 LISBOA	929 FLORIANO MANUEL MOLEIRO TOCHA 1085 PAULO DINIS DELGADO CHAVES SROC 200 ARLINDO LOURENÇO, AUDITORES, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, UNIFESSDAL, LDA
182	01-04-2003			A. JACINTO & PEREIRA DA SILVA, SROC, LDA	Campo Grande, 28, 10º C, 1700-053 LISBOA	527 ALBINO RODRIGUES JACINTO 947 ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA DA SILVA
183	08-03-2003		15-07-2004	PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA	Pedreira Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1, 3º, 1050-117 LISBOA	648 FERNANDO JORGE HERRIGUES BERNARDO (d) 661 JOÃO JORGE DE OLIVEIRA RODRIGUES (d) 708 CARLOS ALBERTO ALVES LOURENÇO 711 JOSÉ FERREIRA ALVES 712 HERMÍLIO ANTÓNIO PAULOS AFONSO 715 JOSÉ MANUEL DE OLIVEIRA AFONSO

Lista de SROC (Registro na OROC e CNVM)

739 RICARDO FILIPE DE FREITAS PINHEIRO	
740 CÉSAR ABEL RODRIGUES CONÇALVES	
815 ANTÔNIO ALBERTO HENRIQUES ASSIS	
847 JORGE MANUEL SANTOS COSTA	
902 ANA MARIA ÁVILA DE OLIVEIRA LOPES BERTÃO	
903 JOSÉ MANUEL HENRIQUES BERNARDO	
904 FERNANDO MANUEL MIGUEL HENRIQUES (d)	
909 ADRIÃO JOSÉ BENTO DA SILVA (d)	
925 MARIA JOÃO FAIA MARTINS PEREIRA DA SILVA (d)	
926 JORGE FELICIANO DA SILVA FERREIRA (d)	
941 ANTÔNIO JOSÉ CANEDO DE SOUSA (d)	
942 TERESA MARIA DA SILVA MENESES DE OLIVEIRA QUEIROZ (d)	
952 ISABEL MARIA MARTINS MEDEIROS RODRIGUES (d)	
953 MARIA AUGUSTA LOPES CORDEIRO RIBEIRO (d)	
959 ABDUL NASSEER ABDUL SATTAR	
973 MARIA DO CEU FERNANDES RIBEIRO (d)	
989 ANTÔNIO ALBERTO MARTINS AFRONSO (d)	
1000 CLÁUDIA CRISTINA LOUREIRO MARQUES DOS SANTOS (d)	
1020 RICARDO MANUEL RODRIGUES SACRAMENTO (d)	
1021 PAULO ALEXANDRE DA SILVA MARQUES (d)	
1028 ARMANDO JOSÉ SILVA BERNARDO (d)	
1073 LUIS FILIPE BASTOS BERNARDINO (d)	
1074 AURELIO AURIANO RANGEL AMALDO	
1076 ANTÔNIO JOAQUIM BROCHADO CORREIA	
1077 CRISTINA MARIA DOS SANTOS PEREIRA (d)	
1117 VITOR MANUEL BELO DIAS (d)	
1118 JÚLIO CÉSAR NUNES TORMENTA (d)	
1120 JOÃO MANUEL CORTÊS DUARTE (d)	
1138 CARLOS MANUEL SIM SIM MAIA	
1153 MARIA MANUELA BARBOSA RIBEIRO (d)	
1160 LUIS ANTÔNIO TATA ANTUNES (d)	
1161 TERESA JOÃO DE AZEVEDO NUNES FERREIRA (d)	
1182 JÚLIO CÉSAR MARTINS HENRIQUES (d)	
1183 PEDRO MIGUEL ANTUNES DE DEUS (d)	
1198 NUNO JOSÉ DUARTE MARTINS (d)	
1204 PATRICIA ISABEL CASTILHO PACHECO SERRA (d)	
1271 JOSÉ MIGUEL DANTAS MAIO MARQUES (d)	
1295 JOAO ALEXANDRE GOMES VEIGA (d)	
1301 IVO RENATO MOREIRA DE FARIA OLIVEIRA (d)	
1309 PAULO JORGE ALEM SANCHES BRANCO AREIAS (d)	

## Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

184	23-03-2003				PIRES DE MATOS & PINHEIRO TORRES Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Rua Guerra Junqueiro, 447, 4150 - 339 PORTO	1329 ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA LOUREIRO (d) 1333 JOÃO RUI FERNANDES RAMOS (d) 1388 PAUL CHARLES QUARTLY MAULETT (e) NÃO ROC ANTÓNIO JAMF CARVALHO ESTEYTS NÃO ROC JORGE MANUEL SINCHO FIGUEIREDO NÃO ROC LEENDERT VERSCHOOR NÃO ROC MARIA ANTÓNIA LEITE DA SILVA TORRES
185	31-05-2004	9171	17-01-2008		HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Edifício Santa, Rua de Vilar, 235, 2º - 4150 - 026 PORTO	757 FERNANDO MANUEL DE SOUSA PIRES DE MATOS 1158 LUIS GUILHERME DE NORONHA E TAVORA PINHEIRO TORRES 838 JOSÉ CARLOS DE CARVALHO VELEZ 1126 ANA RAQUEL DORGES LOURO ESPERANÇA SISMERO 1127 CARLA MANUELA SERRA GERALDES 1128 SÓNIA BULHÕES COSTA MATOS LOUROSA 1138 ANDREW MAURICE KENNARD (e) NÃO ROC JOÃO MIGUEL NEIVA DE OLIVEIRA COELHO PIRES HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA HORWATH AUDITORES ESPANHA, SL 507 CARLOS HERNÁN DÍAS AÍRES
187	22-07-2004				CARLOS AÍRES & AMADEU COSTA LIMA, SROC	Av da Burelada, 1588, 4º, Sala 328, 4100 - 115 PORTO	1093 AMADEU JOÃO PIRES DA COSTA LIMA 946 ANA CRISTINA LOURO RIBEIRO DOUTOR SIMÕES 1039 ANA CLÁUDIA GONÇALVES LOURENÇO GOMES 601 PAULO GUILHERME QUARTIN FIGUEIREDO DA SILVA (d)
188	20-09-2004				ANA GOMES & CRISTINA DOUTOR, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA	Ed. Consiglieri Pedrosa, 71, Ed. D. ric Dito - Consiglieri Park - Quetz de Branco - 2730 - 055 BAFÇAREUA	602 JOÃO ALBINO CORDEIRO AUGUSTO 882 ADELNIDE MARIA VIEGAS CLARE NEVES 927 FERNANDO MANUEL CARVALHOS PEREIRA (d) 985 JOÃO PAULO DA SILVA PRATAS 987 INÊS MARIA BASTOS VIEGAS CLARE NEVES GIRAÔ DE ALMEIDA 1010 MARIA CRISTINA SANTOS FERREIRA 1011 ANA CRISTINA SOARES VALENTE DOIRADO 1012 RUI MIGUEL NOGUEIRA MACHADO 1013 JEAN ERIC GAIGN (e)
189	18-10-2004	5053	22-12-2004		RPMG & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA	Av Praia da Vitória, 71-A, 11º, 1050 - 183 LISBOA	1078 ANA CRISTINA RODRIGUES DE ALMEIDA (d) 1079 ANA PAULA PEREIRA RICARDO (d) 1081 VITOR MANUEL DA CUNHA RIBEIRINHO 1108 RUI FILIPE LIND LAVANDEIRA (d) 1131 SILVIA CRISTINA DE SA VELHO CORRÊA DA SILVA GOMES 1217 SONÇALO MAGALHÃES FEU REBELO DA SILVA (d) 1229 MARIA DO CÉU CARVALHO SANTOS (d) 1232 SUSANA DE MACEDO HELIM DE ABREU LOPES (d) 1233 FERNANDO GUSTAVO DUARTE ANTUNES

## Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

						1257 CARLA CRISTINA MESQUITA DA ROCHA SOBRAL (d)
						1258 NÉLIA SOFIA FERREIRA COUTO LOPES NOVO (d)
						1305 HUGO SANCHO TORRES SANTOS CARVALHO (d)
						1335 ANTÓNIO AMÉRICO FELGUEIRAS SEABRA PINTO COELHO
						1338 JOSÉ EDUARDO USPINA PORTUGAL
						1360 HELDER MANUEL DA ROCHA OLIVEIRA (d)
						1369 PEDRO FERREIRA MARTINS SOARES (d)
						1370 EDGAR ALBERTO MARQUES TORRAO (d)
						1375 ANA CATARINA GUERRA RODRIGUES BREIA (d)
						1377 CARLOS MIGUEL LOPES PEREIRA DA COSTA (d)
						1394 JOÃO DAVID PAREDES MENDES DIAS (d)
						1446 MARIA INÉS REBELO FILIPE (d)
						1454 MIGUEL PINTO DOURADINHA AFONSO (d)
						1468 PEDRO MANUEL BOUÇA DE MORAIS ALVES DA COSTA (d)
						1484 ANDREIA MARIA CABRAL DE OLIVEIRA (d)
						NÃO ROC SHAKUER ABDUL SATI AR
						NÃO ROC ANTÓNIO LUIS DE ANDRADE MAGALHÃES
						NÃO ROC PAULO MANUEL FERREIRA RODRIGUES DOS SANTOS
						NÃO ROC PEDRO MIGUEL ABREU MARQUES
139	15-10-2004		MACEDO, CALDAS & BENTO, Societate de Revisores Oficiais de Contas		Rua Poeta do Bósque, 2. Esc. 15, Lumiar, 1750 - 000 LISBOA	816 MARIA JOSÉ NOGUEIRA DE ALBUQUERQUE VAZ CALDAS
191	19-10-2004		VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA		Rua Augusto Branco, 10 C, Esc. 3, 1660 - 704 LISBOA	817 JOÃO CARLOS MONTEIRO DE MACEDO 1167 HERNANI JOÃO DIAS BENTO
192	09-11-2004	9183	ESTEVES, PINHO & ASSOCIADOS, SROC, LDA		Rua António Gomes Soares Pereira, 15, 4470 - 139 MAIA	691 VITOR MANUEL BATISTA DE ALMEIDA 714 ANTÓNIO JOSÉ PIRES BRITO DA CRUZ (d) 756 ANTÓNIO FRANCISCO XAVIER DE SOUSA E MENEZES
						941 LUIS MANUEL MOURA ESTEVES 989 RUI MANUEL CORREIA DE PINHO 1401 JÚLIO PAULO DA SILVA MARTINS
195	21-02-2006		CARLOS FERREIRA & JOSÉ RAMALHETE, SROC, LDA		Rua do Indico, Edifício Atlas, 3ª S, Canto da Alagaa, 8200 ALBUFEIRA	NÃO ROC LUIS MANUEL DOS SANTOS CORDEIRO
198	30-05-2006		SANTOS PINHO & ASSOCIADOS, Societate de Revisores Oficiais de Contas, LDA		Rua Castilho, 38, 10ª A, 1250 - 068 LISBOA	981 JOSÉ ANTÓNIO DE CASTRO JORGE RAMALHETE 1001 CARLOS MANUEL MOREIRA E FERREIRA
						190 ANTÓNIO JOAQUIM PEREIRA SILVA 336 EDUARDO VIEIRA DE ABREU 521 JOAQUIM VICENTE FINHEIRO CARRILHO 1188 CARLOS PEDRO RAMOS DOS SANTOS PINHO
197	01-08-2006		PINTO RIBEIRO, LOPES RIQUEIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA		Rua Julieta Ferreira, 12, Torre A, Sala 903, 1600 - 131 LISBOA	NÃO ROC - JOÃO DA CONCEIÇÃO CARREIRA 1015 JOAQUIM EDUARDO PINTO RIBEIRO 1028 HELENA ISABEL GONÇALVES LOPES RIQUEIRA 1201 MARIA FILomena NEVES MARQUES NÃO ROC ROSA MARGARIDA DAS NEVES MARQUES

## Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

Atualização: 26/04/2011

218	03-04-2008		G. MARQUES, SROC, UNIPessoal, LDA	Rua do Monte, 21, 2º DT, 2430-258 MARINHA GRANDE	620 LUIS GUERRA MARQUES
219	28-04-2008		PAULA PEREIRA ALMEIDA, LINHARES MONTEIRO A ASSOCIADO, SROC, LDA	Rua João Dini, 217, 6º, 584 E 11, 4169-324 PORTO	1142 CRISTINA MANUELA RAIMUNDO ALMEIDA 1222 HELDER MANUEL MARTINS PEREIRA 1304 MARIA DA CONCEIÇÃO MACHADO MONTEIRO CARVALHO 1371 CECÍLIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA LINHARES NÃO ROC TEÓFILO MANUEL DA SILVA ALMEIDA
220	19-05-2008		A. MOURA RODRIGUES, SROC, UNIPessoal, LDA	Av. das Nações Unidas, 23, Escritório A, Telheiras, 1600-531 LISBOA	134 ANTÓNIO DE MOURA RODRIGUES
221	19-05-2008		ALVARO QUEIROZ, SROC, UNIPessoal, LDA	Av. Engº Azeite e Oliveira, 5, 1º B, 1900-221 LISBOA	994 ALVARO JORGE DE OLIVEIRA QUEIROZ
222	31-07-2008		PINTO CASTANHEIRA, SROC, UNIPessoal, LDA	Rua Fonte de Castanheira, Urbanização de Quinta da Fonte, 2, 1º, Esc. 1, 3600-248 COIMBRA	466 ANTÓNIO PINTO CASTANHEIRA 1517 MIGUEL ANTÓNIO FARELEIRO CASTANHEIRA (6)
223	05-09-2008		ANA CALADO PINTO & PEDRO DE CAMPOS MACHADO, SROC, LDA	Rua António Duarte, 96, nº 7, 1600-873 LISBOA	1103 ANA ISABEL DA SILVA CALADO PINTO (4) 1518 PEDRO ALEXANDRE VIEIRA ROQUE DE CAMPOS MACHADO
224	05-09-2008		MRS - ROBERTO, GRACA & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisões Oficiais de Contas	Av. 24 de Julho, 124, 4º Esc. 1350 - 340 LISBOA	1051 JOSÉ MANUEL GONÇALVES ROBERTO 1052 MARIA MANUELA RIBEIRO DA GRACA 1053 JOSE MANUEL MESSIAS DOS SANTOS NÃO ROC FERNANDO GONÇALVES ROBERTO
225	12-01-2009		SANDRA SIMÕES & SARA BARROS, SROC, LDA	Rua Bento S. Janeiro, 33, Esc. 47, 4410 - 413 MAIA	1197 SARA CRISTINA ESTRADA DE BARROS 1249 SANDRA MARIA DE ALMEIDA SIMÕES
226	12-01-2009		ALBERTO MARTINS, SROC, Sociedade UNIPessoal, LDA	Rua Padre Estevão Cabral, 79, Sala 404, 3000 - 317 COIMBRA	438 MANUEL ALBERTO MARTINS
227	09-02-2009		MANUEL HENRIQUES PINTO, SROC, Sociedade UNIPessoal, LDA	Rua Padre Estevão Cabral, 120, Sala 404, 3000 - 317 COIMBRA	361 MANUEL HENRIQUES PINTO
229			JMP - JOÃO MONARCA PIRES, SROC, UNIPessoal, LDA	Avenida das Nações Unidas, 23, Escritório A, 1600 - 531 LISBOA	988 JOÃO ALBERTO MONARCA PIRES
230	24-05-2009		SIBA - SAMAGAO MORUJAO BENTO & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Rua do Paraíso, 88, 3770 - 355 PAU-ROÇA	1235 NUNO MIGUEL MENDES MORUJAO 1241 LUIS DANIEL DA SILVA BENTO 1387 ANTÓNIO CARLOS DE OLIVEIRA SAMAGAO NÃO ROC PEDRO LUIS PEREIRA VERGA MATOS
231	31-07-2009		JOÃO CRUZ, Sociedade de Revisões Oficiais de Contas, UNIPessoal, LDA	Centro de Negócios MAPER, Escritório AL, 2430 - 257 MARINHA GRANDE	1229 JOÃO CARLOS CUNHA DA CRUZ
232	31-07-2009		LUCIA SANTOS, SROC, Sociedade UNIPessoal, LDA	Rua Dr. Fernando Magalhães, 64, 2º Esc. 3500 - 468 VISEU	1164 LÚCIA MARIA RODRIGUES DOS SANTOS
233	31-07-2009		F. OLIVEIRA & ASSOCIADO, SROC	Campanha 24 de Agosto, 125, 7º, Sala 704 4300 - 504 PORTO	198 ANTÓNIO AFONSO DA SILVA CARVALHO 400 FERNANDO HENRIQUES DE OLIVEIRA
234	14-09-2009		ANTUNES RODRIGUES, SROC, UNIPessoal, LDA	Rua do Bairro Novo, 25, S. Martinho Sagrada, 2590-429 SOBRAL DE MONTE AGRICOLA	998 JOSE FRANCISCO ANTUNES RODRIGUES
235	23-11-2009		BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, SA	Edifício das Artes e da Paizagem, 48, 4º DT, 1000 - 081 LISBOA	979 PAULO JORGE DUARTE GIL GALVÃO ANDRÉ 1387 JOÃO MIGUEL LEONARDO CAPELO RODRIGUES 1388 RUTE ISABEL VALADAS COLAÇO VIEGAS

## Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)

198	01-09-2006		RIBEIRO DA SILVA & ASSOCIADO, SROC, LDA	Avenida de Londres, 83C, r/c, Parfais, 4335 - 067 GUILMARDES	940 JOAQUIM MANUEL RIBEIRO DA SILVA SROC 90 RIBEIRO, PIRES & SOUSA, Sociedade de Revisões Oficiais de Contas
199	30-01-2006		DUARTE Giesta, SROC, UNIPessoal, LDA	Rua Dr. Casteleiro de Andrade, 5 - 2º, Centro, 9500 - 037 PONTA DELGADA	520 DUARTE FELIX TAVARES Giesta
200	28-06-2006		ARLINDO LOURENÇO, AUDITORES, Sociedade de Revisões Oficiais de Contas, UNIPessoal, LDA	Rua Estrada Principal da Ribeira, 57, Alentejo, 2475 - 011 BENEDITA	1050 ARLINDO MATEUS LOURENÇO
201	31-07-2006		EUGÉNIO BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA	Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 251, GL 1º, 4200 - 314 PORTO	437 EUGÉNIO AGOSTINHO MORAIS BRANCO 893 MARIO EDUARDO OLIVEIRA DE SOUSA 970 HELDER SILVÉRIO BORGES
202	31-07-2006		MOREIRA & NADAIAS, Sociedade de Revisões Oficiais de Contas, LDA	Praça Mourinho de Albuquerque, 139, 2º, Dº, 4100 - 369 PORTO	NÃO ROC JOÃO MIGUEL MANSILHA BRANCO 525 JOSÉ AUGUSTO NADAIAS DE SOUSA 848 ARTUR ARMANDO FREDERICO MOREIRA
203	18-09-2006		OLIVEIRA MARTINS, SROC, UNIPessoal, LDA	Rua dos Ligeiros, 146, 1800 - 241 LISBOA	11 ALFREDO LOURO DE OLIVEIRA MARTINS
205	18-09-2006		J. RITO, SROC, UNIPessoal, LDA	Rua Julieta Ferrel, 12, 8º Esc- 804, 1600 - 131 LISBOA	822 JOSÉ LUIS FREIRE RITO
206	30-10-2006		AFONSO DA CUNHA FERNANDES, SROC, UNIPessoal, LDA	Rua João Dins, 591, 6º, Sala 602, 4050 - 325 PORTO	825 AFONSO DA CUNHA FERNANDES
207	19-01-2007		JORGE AMORIM, SROC, UNIPessoal, LDA	Rua Gilvares Gutenberg, 52, 4º, E- 10 - 4650 - 144 PORTO	1157 JOAQUIM JORGE AMORIM MACHADO
208	10-01-2007		PEDRO MIGUEL BRITO & PATRICIA CARDOSO DA SILVA, SROC, LDA	Av. da Liberdade, 144, 7º, Dto - 1250 - 148 LISBOA	1247 PATRICIA LUISA FERRERA CARDOSO DA SILVA 1274 PEDRO MIGUEL LOPES BRITO
209	29-01-2007		PONTES BAPTISTA & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisões Oficiais de Contas, LDA	Rua do Alentejo, 26, Pto 1, Esc. 1, 1200-018 LISBOA	1190 SÉRGIO LEONEL PINTO DA COSTA PONTES 1198 LUIS FERNANDO DA COSTA BAPTISTA 1214 DANIELA ALEXANDRA SANTOS MONTEIRO 1417 PAULA ALEXANDRA VIEIRA GARCIA MARTINHO
210	04-04-2007		JOSE GONÇALVES, AUDITORES, Sociedade de Revisões Oficiais de Contas, UNIPessoal, LDA	Varela do Calvário, 3, Associação - 9126 - 809 CANICO	1139 JOSE EDUARDO MENDONÇA DA SILVA GONÇALVES
211	18-09-2007		CATARINA DE SOUSA VIEIRA & ASSOCIADO, Sociedade de Revisões Oficiais de Contas	Edifício Trade Center, Via Norte, Estrada Nacional 13, 132, Sala 105 - 4470 - 038 MANA	1240 ANA CATARINA MONTEIRO DE SOUSA FONTES VIEIRA MENDES SROC 131 NELSON MOINHOS & PAULO LIMA, SROC
212	17-12-2007		LEITE & MACHADO VAZ, Sociedade de Revisões Oficiais de Contas, LDA	Rua Mercadal Saldanha, 303, r/c Esc. B - 4000 PORTO	1281 JOÃO TIAGO ROCHA GONÇALVES PINTO LEITE 1307 ANDRÉ DA SILVA ANTUNES MACHADO VAZ
213	14-01-2008		VITOR VALENTE, Sociedade de Revisões Oficiais de Contas, UNIPessoal, LDA	Rua Dr. José Henriques Varela, 30, 2º, Dº, 2410-122 LEIRIA	708 VITOR MANUEL SIMÕES VALENTE
214	11-02-2008		CASCAIS & RODRIGUES, SROC, LDA	Avenida 24 de Junho, 54, 3º Esc. 1200-068 LISBOA	1285 DOMINGOS MANUEL FERNANDES CASCAIS 1270 CARLOS MANUEL BASTOS RODRIGUES
215	11-02-2008		ARMANDO GONÇALVES & MANUEL LOURENÇO, SROC, LDA	Estrada de Benfica, 464, 1º Dº, 1500-104 LISBOA	274 ARMANDO DO CARMO GONÇALVES 665 MANUEL MARTINS LOURENÇO
216	11-02-2008		RAQUEL E NUNO CARVALHO, SROC, LDA	Rua A-66-Ferreira, 22, 2488-013 ALQUEDÃO DA SERRA	1234 RAQUEL ROSA CARVALHO CLEMENTE 1320 NUNO HENRIQUE ROSA CARVALHO
217	11-02-2008		LINO CORREIA, SROC, UNIPessoal, LDA	Av. João Paulo II, 28 B, Saneira, 2910-002 SESIMBRA	523 LINO ANTÓNIO GONÇALVES CORREIA

[illegible]

Lista de SROC (Registo na OROC e CNVM)									
									1414 MARIA MANUELA DOS SANTOS BARROSO PINHEIRO COELHO LWES NEXIA AUDITORES S.L. ( c )
									(a) Suspensão Voluntária (b) Registo Provisório (c) Sociedade Reconhecida para o Exercício da Profissão Notário-Estado (d) Sociedade Reconhecida para o Exercício da Profissão Notário-Estado (e) ROC Comunitária



**ANEXO II**  
**Carta de Apresentação**

Porto, 01 de Maio, 2011

Prezado (a) Auditor (a):

Venho por este meio solicitar a sua colaboração no preenchimento do inquérito sobre a utilização da amostragem em auditoria que junto em anexo, com o objectivo de integrar um estudo que está a ser realizado no âmbito da minha dissertação do Mestrado em Auditoria do ISCAP - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

A sua finalidade é compreender a aplicação, a recorrência e importância da amostragem nos trabalhos de auditoria. A pesquisa será para uso exclusivamente académica. Os dados colectados serão tratados de forma anónima e confidencial, sendo de extrema importância para a conclusão do trabalho. O seu contributo é crucial. A resposta a este inquérito demorará apenas alguns minutos.

Agradeço desde já a atenção dispensada.

Com melhores cumprimentos,

Ângela Salgado

### **ANEXO III**

#### **Inquérito da Dissertação de Mestrado de Auditoria**

**Inquérito da Dissertação de Mestrado de Auditoria**  
**Amostragem em Auditoria**

**Prezado(a) Auditor(a),**

Este questionário é parte integrante da Dissertação de Mestrado de Auditoria de Ângela Rita Costa Salgado, orientada pelo Professor Doutor António Carvalho Pedrosa, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

A sua finalidade é compreender a aplicação, a recorrência e importância da amostragem nos trabalhos de auditoria.

A pesquisa será para uso exclusivamente académica. Os dados colectados serão tratados de forma anónima e confidencial, sendo de extrema importância para a conclusão do trabalho.

O seu contributo é crucial. A resposta a este inquérito demorará apenas alguns minutos.

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

**Sociedade:**

Nome: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Cod. Postal: \_\_\_\_ - \_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_ Distrito: \_\_\_\_\_

Número SROC: \_\_\_\_\_ Data Inscrição: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Número CMVM: \_\_\_\_\_ Data CMVM: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ email: \_\_\_\_\_

**Representante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência profissional na área: \_\_\_\_\_

Formação Académica:

- Licenciatura: \_\_\_\_\_
- Mestrado: \_\_\_\_\_
- Outro: \_\_\_\_\_

## **Instruções Gerais de Preenchimento**

O questionário está dividido em 2 partes:

Parte I – Características gerais da sociedade

Parte II – Amostragem em Auditoria

Na parte I, as questões têm carácter genérico sobre a sociedade de auditoria.

A parte II está dividida em dois grupos: Procedimentos de Auditoria e a Aplicação da Técnica de Amostragem.

O questionário é constituído com um conjunto de questões, que se pretende que sejam respondidas de forma abstracta.

## PARTE I – CARACTERISTICAS GERAIS DA SOCIEDADE

1. Quais as principais áreas de actuação?
  - ☐ Auditoria Financeira
  - ☐ Auditoria Interna
  - ☐ Auditoria Gestão
  - ☐ Auditoria Operacional ou de Resultados
  - ☐ Auditoria Fiscal
  - ☐ Auditoria Projectos ou Programas
  - ☐ Auditoria Sistemas
  - ☐ Auditoria Ambiental
  - ☐ Outra (s). Qual (is)? \_\_\_\_\_
2. Quanto empregados tem a sociedade? \_\_\_\_\_
3. A sociedade aplica a amostragem nos trabalhos de auditoria?
  - ☐ Não
  - ☐ Sim
4. Tem alguém dedicado exclusivamente à amostragem em auditoria?
  - ☐ Não
  - ☐ Sim. Quantos elementos? \_\_\_\_\_
5. Qual o *software* utilizado?
  - ☐ Access
  - ☐ ACL
  - ☐ Microsoft Excel
  - ☐ IDEA
  - ☐ Outro. Qual? \_\_\_\_\_
  - ☐ Nenhum
6. Dá alguma formação na área amostragem?
  - ☐ Não
  - ☐ Sim. Qual? \_\_\_\_\_

## **PARTE II – AMOSTRAGEM EM AUDITORIA**

### **A) PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA**

1. A sociedade elabora programas de trabalho para cada entidade auditada?  
☐ Não  
☐ Sim
  
2. Costuma planear a utilização da técnica da amostragem?  
☐ Não  
☐ Sim
  
3. Identifique as fases da amostragem que costuma utilizar?  
☐ Determinação prévia do tamanho apropriado da amostra  
☐ Selecção da amostra  
☐ Aplicação de procedimentos de auditoria aos itens seleccionados  
☐ Avaliação dos resultados obtidos  
☐ Outra. Qual? \_\_\_\_\_

## **B) APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE AMOSTRAGEM**

1. A sociedade aplica a amostragem aos Testes Substantivos?

( ) Sim

( ) Não ( Ir para ponto B.2)

### **B.1) TESTES SUBSTANTIVOS**

1. Aplica que tipo de amostragem? (Se utiliza os dois tipos deve indicar ambos)

( ) Aleatória (Estatística)

( ) Determinística (Empírica, não estatística)

2. Que critérios são considerados para cálculo do tamanho da amostra?

( ) Dispersão na população

( ) Erro tolerável

( ) Nível de confiança

( ) Tamanho da população

( ) Outro (s). Qual (is)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### **B.1.1) AMOSTRAGEM ALEATORIA (ESTATISTICA)** (se não faz amostragem aleatória salte para B.1.2)

1. Que motivo (s) leva a sociedade a optar pela amostragem aleatória?

---

---

---

---

---

---



### **B.1.2) AMOSTRAGEM DETERMINISTICA (EMPIRICA, NÃO ESTATISTICA OU APRECIACÃO)**

2. Que critérios são considerados para seleccionar os elementos da amostra?

( ) Materialidade

( ) Experiência do auditor

( ) Outro (s). Qual (is)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Que motivo (s) leva a sociedade a optar pela amostragem determinística?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### **B.1.3) AMOSTRAGEM NOS PROGRAMAS DE AUDITORIA**

4. Indique os testes utilizados pela sociedade nos trabalhos de auditoria em cada classe do SNC.

Testes Possíveis	Classe							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Exame e contagem física								
Confirmações Externas (circularização)								
Reconciliação								
Exame de documentos originais								
Conferência de cálculos								
Inquéritos								
Observação								

Se utiliza outros testes para além dos nomeados, indique quais:

Classe 1: \_\_\_\_\_

Classe 2: \_\_\_\_\_

Classe 3: \_\_\_\_\_

Classe 4: \_\_\_\_\_

Classe 5: \_\_\_\_\_

Classe 6: \_\_\_\_\_

Classe 7: \_\_\_\_\_

Classe 8: \_\_\_\_\_

5. Indique para cada classe do SNC o tipo de amostragem utilizado.

	Amostragem Aleatória	Amostragem Determinística
Classe 1 – Meios Financeiros Líquidos		
Classe 2 - Contas a receber e a pagar		
Classe 3 - Inventários e Activos biológicos		
Classe 4 – Investimentos		
Classe 5 – Capital, Reservas e Resultados Transitados		
Classe 6 – Gastos		
Classe 7 – Rendimentos		
Classe 8 – Resultados		

#### **B.1.4) SOFTWARE APLICADO À AMOSTRAGEM**

6. Considere os seguintes critérios para selecção do *software*.

A - Análise custo / benefício

B - Objectivo da auditoria

C - Complexidade dos dados

D - Facilidade de utilização do *software*

E - Limitações impostas pelo *software*

F - Apoio do fornecedor do *software*

G - Nível de risco da auditoria

H - Outro (s). Qual (is)? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Indique por ordem decrescente de importância os critérios considerados na selecção do software (por exemplo, A-G-F-D-B-C-E-H)

\_\_\_\_\_

7. Indique as etapas de utilização das TAAC's consideradas.

( ) Definição dos objectivos de utilização

( ) Determinação do conteúdo e da acessibilidade das bases de dados da organização

( ) Identificação dos dados específicos ou bases de dados a serem analisados

( ) Definição dos procedimentos e testes específicos a realizar com os dados

( ) Definição dos requisitos de saída /resultados esperados

( ) Disponibilização por parte dos responsáveis dos sistemas de informação, dos ficheiros e bases de dados relevantes para a auditoria com as características desejadas

( ) Documentação apropriada de utilização das TAAC

( ) Análise dos resultados

( ) Outro (s). Qual (is)? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8. Que tipo de funções permite o *software* que está a ser utilizado?

( ) Consulta de dados

( ) Estratificação de dados

( ) Extracção de amostras

( ) Identificação de Gaps

( ) Análise estatística

( ) Cálculos complexos

( ) Detecção de duplicados

( ) Tabelas dinâmicas

( ) Outro (s). Qual (is)? \_\_\_\_\_

---

9. Na escala de 0 a 5 como classifica o *software* que está a ser utilizado?

( ) 0 – Mau

( ) 1 – Medíocre

( ) 2 – Satisfatório

( ) 3 – Bom

( ) 4 – Muito Bom

( ) 5 – Excelente

## **B.2) TESTES DE CONTROLO**

1. A sociedade aplica a amostragem aos Testes de Controlo?

( ) Sim

( ) Não (termina aqui)

2. Que motivo (s) leva a sociedade a optar a amostragem nos Testes de Controlo?

---

---

---

---

---

---

---

---

**Obrigado pela sua colaboração.**

**ANEXO IV**  
**Exemplo de Aplicação**

<b>Extracto Conta - Despesas de Representação</b> <b>(Refeições com Clientes)</b>						
<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Diário</b>	<b>N.º Doc.</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>	<b>Saldo</b>
06-01-2010	V/Factura 01/01	2	1	58.10	0.00	58.10
11-01-2010	V/Factura 01/02	2	2	115.35	0.00	173.45
18-01-2010	V/Factura 01/03	6	3	137.30	0.00	310.75
22-01-2010	V/Factura 01/04	1	4	8.80	0.00	319.55
22-01-2010	V/Factura 01/05	2	5	76.20	0.00	395.75
26-01-2010	V/Factura 01/06	2	6	61.20	0.00	456.95
27-01-2010	V/Factura 01/07	1	7	19.70	0.00	476.65
27-01-2010	V/Factura 01/08	2	8	83.45	0.00	560.10
29-01-2010	V/Factura 01/09	2	9	90.70	0.00	650.80
03-02-2010	V/Factura 01/10	2	10	128.00	0.00	778.80
15-02-2010	V/Factura 01/11	6	11	314.50	0.00	1 093.30
15-02-2010	V/Factura 01/12	6	12	63.45	0.00	1 156.75
23-02-2010	V/Factura 01/13	2	13	73.25	0.00	1 230.00
02-03-2010	V/Factura 01/14	2	14	86.60	0.00	1 316.60
03-03-2010	V/Factura 01/15	2	15	74.25	0.00	1 390.85
05-03-2010	V/Factura 01/16	2	16	308.00	0.00	1 698.85
09-03-2010	V/Factura 01/17	2	17	75.70	0.00	1 774.55
12-03-2010	V/Factura 01/18	2	18	86.10	0.00	1 860.65
15-03-2010	V/Factura 01/19	2	19	86.95	0.00	1 947.60
15-03-2010	V/Factura 01/20	6	20	367.00	0.00	2 314.60
22-03-2010	V/Factura 01/21	2	21	56.45	0.00	2 371.05
24-03-2010	V/Factura 01/22	2	22	80.60	0.00	2 451.65
29-03-2010	V/Factura 01/23	2	23	93.20	0.00	2 544.85
31-03-2010	V/Factura 01/24	1	24	189.34	0.00	2 734.19
31-03-2010	V/Factura 01/25	2	25	57.55	0.00	2 791.74
07-04-2010	V/Factura 01/26	2	26	77.55	0.00	2 869.29
12-04-2010	V/Factura 01/27	2	27	27.30	0.00	2 896.59
13-04-2010	V/Factura 01/28	2	28	70.45	0.00	2 967.04
16-04-2010	V/Factura 01/29	6	29	244.70	0.00	3 211.74
16-04-2010	V/Factura 01/30	6	30	90.40	0.00	3 302.14
16-04-2010	V/Factura 01/31	6	31	32.53	0.00	3 334.67
16-04-2010	V/Factura 01/32	6	32	44.75	0.00	3 379.42
19-04-2010	V/Factura 01/33	1	33	25.30	0.00	3 404.72
26-04-2010	V/Factura 01/34	2	34	37.20	0.00	3 441.92
30-04-2010	V/Factura 01/35	2	35	318.15	0.00	3 760.07
05-05-2010	V/Factura 01/36	2	36	125.90	0.00	3 885.97
07-05-2010	V/Factura 01/37	1	37	32.49	0.00	3 918.46
10-05-2010	V/Factura 01/38	1	38	19.82	0.00	3 938.28
17-05-2010	V/Factura 01/39	2	39	32.05	0.00	3 970.33
17-05-2010	V/Factura 01/40	6	40	358.50	0.00	4 328.83
17-05-2010	V/Factura 01/41	6	41	460.84	0.00	4 789.67
21-05-2010	V/Factura 01/42	2	42	118.10	0.00	4 907.77
24-05-2010	V/Factura 01/43	2	43	65.85	0.00	4 973.62

25-05-2010	V/Factura 01/44	2	44	106.85	0.00	5 080.47
26-05-2010	V/Factura 01/45	2	45	68.20	0.00	5 148.67
28-05-2010	V/Factura 01/46	2	46	87.20	0.00	5 235.87
07-06-2010	V/Factura 01/47	2	47	54.60	0.00	5 290.47
15-06-2010	V/Factura 01/48	2	48	61.70	0.00	5 352.17
16-06-2010	V/Factura 01/49	2	49	93.70	0.00	5 445.87
17-06-2010	V/Factura 01/50	6	50	550.40	0.00	5 996.27
18-06-2010	V/Factura 01/51	2	51	81.85	0.00	6 078.12
22-06-2010	V/Factura 01/52	2	52	64.20	0.00	6 142.32
25-06-2010	V/Factura 01/53	2	53	216.80	0.00	6 359.12
09-07-2010	V/Factura 01/54	1	54	130.90	0.00	6 490.02
15-07-2010	V/Factura 01/55	6	55	159.00	0.00	6 649.02
15-07-2010	V/Factura 01/56	6	56	94.08	0.00	6 743.10
06-08-2010	V/Factura 01/57	2	57	48.30	0.00	6 791.40
09-08-2010	V/Factura 01/58	2	58	158.65	0.00	6 950.05
11-08-2010	V/Factura 01/59	2	59	48.30	0.00	6 998.35
16-08-2010	V/Factura 01/60	6	60	44.20	0.00	7 042.55
16-08-2010	V/Factura 01/61	6	61	30.40	0.00	7 072.95
16-08-2010	V/Factura 01/62	6	62	133.94	0.00	7 206.89
03-09-2010	V/Factura 01/63	2	63	39.55	0.00	7 246.44
03-09-2010	V/Factura 01/64	2	64	105.85	0.00	7 352.29
07-09-2010	V/Factura 01/65	2	65	73.30	0.00	7 425.59
15-09-2010	V/Factura 01/66	6	66	72.55	0.00	7 498.14
17-09-2010	V/Factura 01/67	16	67	61.80	0.00	7 559.94
21-09-2010	V/Factura 01/68	2	68	45.45	0.00	7 605.39
06-10-2010	V/Factura 01/69	2	69	118.35	0.00	7 723.74
08-10-2010	V/Factura 01/70	2	70	84.35	0.00	7 808.09
18-10-2010	V/Factura 01/71	6	71	76.70	0.00	7 884.79
01-11-2010	V/Factura 01/72	2	72	72.10	0.00	7 956.89
02-11-2010	V/Factura 01/73	2	73	73.20	0.00	8 030.09
05-11-2010	V/Factura 01/74	2	74	80.45	0.00	8 110.54
12-11-2010	V/Factura 01/75	2	75	63.20	0.00	8 173.74
16-11-2010	V/Factura 01/76	6	76	225.25	0.00	8 398.99
16-11-2010	V/Factura 01/77	6	77	267.95	0.00	8 666.94
18-11-2010	V/Factura 01/78	1	78	45.00	0.00	8 711.94
19-11-2010	V/Factura 01/79	2	79	14.40	0.00	8 726.34
23-11-2010	V/Factura 01/80	2	80	62.70	0.00	8 789.04
30-11-2010	V/Factura 01/81	2	81	162.35	0.00	8 951.39
07-12-2010	V/Factura 01/82	2	82	46.65	0.00	8 998.04
07-12-2010	V/Factura 01/83	2	83	50.70	0.00	9 048.74
10-12-2010	V/Factura 01/84	2	84	110.10	0.00	9 158.84
10-12-2010	V/Factura 01/85	2	85	140.65	0.00	9 299.49
17-12-2010	V/Factura 01/86	6	86	202.90	0.00	9 502.39
18-12-2010	V/Factura 01/87	2	87	103.60	0.00	9 605.99
27-12-2010	V/Factura 01/88	2	88	66.45	0.00	9 672.44
29-12-2010	V/Factura 01/89	2	89	132.85	0.00	9 805.29
29-12-2010	V/Factura 01/90	2	90	127.60	0.00	9 932.89
<b>Total</b>				<b>9 932.89</b>	<b>0.00</b>	<b>9 932.89</b>